



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

DANIELA DOMS GODINHO DA SILVA

**ASSENTAMENTOS RURAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL LOCAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE TAMARANA - PR**

Londrina
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIELA DOMS GODINHO DA SILVA

**ASSENTAMENTOS RURAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL LOCAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE TAMARANA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Linha de pesquisa: População e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto.

Londrina
2007

DANIELA DOMS GODINHO DA SILVA

**ASSENTAMENTOS RURAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA
SÓCIO-ESPACIAL LOCAL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE TAMARANA - PR**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Elpídio Serra
Universidade Estadual de Maringá

Londrina, 30 de julho de 2007.

*Para Edwaldo, Vilma e Dayane.
Pelo carinho e apoio.
E para os que lutam por justiça social.*

AGRADECIMENTOS

No decorrer desses dois anos de pesquisa foram muitas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para que esse trabalho pudesse ser concluído, envolvidos desde o levantamento de dados pertinentes até o cotidiano cafezinho no departamento.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pelo respeito às minhas escolhas e, sobretudo, por apoiá-las, compreendendo que se constituem como etapas do meu processo de amadurecimento intelectual e humano.

Agradeço à minha orientadora, Ruth Y. Tsukamoto, cujo conhecimento extenso que possui em Geografia Agrária e a dedicação que presta ao ensino foram fundamentais para a realização dessa pesquisa. E, por ter provocado, em nossas longas reuniões, reflexões que devido à importância jamais serão esquecidas, aclarando-me sobre ciência.

Aos professores Elpídio Serra da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Alice Y. Asari (UEL), pelas importantes contribuições na participação de meu Exame de Qualificação.

Ao professor do Centro de Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Drº Luis A. C. Norder, pelas contribuições.

Meu agradecimento especial ao coordenador do Curso, Prof º Dr º José Paulo Piccinini Pinese, pelo apoio e carinho.

À CAPES, que financiou a pesquisa concedendo bolsa de estudo e garantiu o sustento financeiro necessário à realização dessa dissertação de mestrado.

Aos funcionários da Secretaria da Agricultura, da EMATER e da Prefeitura Municipal de Tamarana, por disponibilizarem as informações necessárias para a pesquisa e pela simpatia com que me receberam. Aos comerciantes e assentados do município, agradeço pela simpatia e disponibilidade em participar da pesquisa.

À Rosangela, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Departamento de Economia Rural de Londrina (SEAB/DERAL), pela agilidade em fornecer os dados requisitados para a pesquisa.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Londrina, principalmente, do Departamento de Geociências, em especial: Edna, pelo carinho. Às meninas da Secretaria de Pós-Graduação: Regina e Joelma, pela atenção e acompanhamento. E à dona Jacira, com seu terno cafezinho.

Ao estimado amigo Paulo Salvetti, pelo trabalho de revisar minha redação, e pelos momentos compartilhados.

Ao colega Sérgio Nabarro, pela confecção dos mapas.

E a todos os amigos e colegas, que participaram da minha vida durante o processo de gestação dessa pesquisa, em especial Manu, agradeço pelo carinho.

*Somos muitos Severinos
Iguais em tudo na vida
Morremos de morte igual,
Mesma morte Severina;
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta,
De emboscada antes dos vinte,
De fome um pouco por dia.*

MORTE E VIDA SEVERINA
João Cabral de Melo Neto (1997)

SILVA, Daniela Doms G. da. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio-espacial local: o caso do município de Tamarana-PR.** 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

Localizado ao Norte do estado do Paraná, o município de Tamarana sedia em seu território quatorze assentamentos rurais de reforma agrária, beneficiando trezentas e oitenta e duas famílias entre projetos instituídos pelo INCRA e pelo programa Banco da Terra. A territorialização dos projetos de assentamentos rurais gera mudanças sociais, políticas e econômicas, internas e externas a eles, refletindo o significado dessas experiências na sociedade mais ampla, configurando-se em potencialidades de desenvolvimento local e regional uma vez que, de alguma forma, contribuem para o aumento da renda das famílias assentadas. Tais projetos ainda promovem transformações que não se restringem em sua dimensão econômica, alterando em diferentes proporções as relações sociais e de poder local, além de modificarem a estrutura fundiária tornando-a menos desigual. Desse modo, procurou-se indicadores e relações que pudessem mensurar e qualificar o significado dessas experiências no município de Tamarana, a partir da situação sócio-econômica dos assentamentos e de seu entorno, e também através de algumas comparações entre a situação anterior e atual dos assentados, em termos tanto objetivos quanto subjetivos, além da avaliação dos efeitos resultantes da criação desses projetos na produção agropecuária municipal. Em resultado, tem-se a constatação de que a implantação dos projetos de assentamentos rurais legitima-se ao proporcionar a possibilidade de reestruturação da lógica de reprodução da unidade familiar, favorecendo também a dinamização do comércio local e a ampliação dos serviços públicos, de modo que tais projetos configurem-se como possíveis representantes de transformações sociais.

Palavras-chave: Reforma agrária. Assentamentos rurais. Dinâmica sócio-espacial.

SILVA, Daniela Doms G. da. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio-espacial local**: o caso do município de Tamarana-PR. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

Located in Northern Parana state, the county of Tamarana holds fourteen agrarian reform-related rural settlements in its territory, benefiting three hundred and eighty two families between projects founded by INCRA and by the Banco da Terra program. The territorialization of rural settlement projects generate social, political and economical changes, internal and external to them, reflecting the meaning of these experiences in wider society, shaping itself in potential local and regional development; since they somehow contribute to an increase in income for the settled families. Such projects also promote transformations that are not restricted to its economic dimension, altering social and local power relationships in different proportions, besides changing the land structure by making it less unequal. Indicators and relationships that could measure and qualify the meaning of these experiences in Tamarana were sought, starting from the socio-economic situation of the settlements and their surroundings, and also through before and after comparisons of the settled families situation, in either subject or objective terms, and also the evaluation of the resulting effects of creating these projects in the county's farming production. As a result, the implementation of rural settlement projects becomes legitimate by providing the possibility of restructuring the logic of reproducing the family unit, by benefiting local commerce by making it more dynamic, and by broadening public services in such a way that such projects may possibly become representative of social transformations.

Keywords: Urban geography. Regional planning. Land settlement.

SILVA, Daniela Doms G. da. **Assentamentos rurais e mudanças na dinâmica sócio-espacial local**: o caso do município de Tamarana-PR. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMEN

Localizado al Norte del estado del Paraná, el municipio del Tamarana sedia en su territorio catorce assentamientos rurales de reforma agraria, favoreciendo trescientos y ochenta y dos familias entre proyectos creados por el INCRA y por programa Banco da Terra. La territorialización de los proyectos de assentamientos rurales genera mundanzas sociales, políticas y económicas, internas y externas a ellos, demostrando el significado de esas experiencias en la sociedad más amplia, configurando en potencialidades de desarrollo local e regional una vez que, de alguna forma, promocionan lo aumento de la renta de las familias assentadas. Esos proyectos también generan transformaciones que no se restringem em su dimensión económica, alterando en diferentes porporciones las relaciones sociales y de poder local, más allá de modificar la estructura fundiaria tornándola menos desigual. En ese contesto, buscase indicadores y relaciones que pudiesen medir y cualificar el significado de esas experiencias en el municipio de Tamarana, partindo de la situación social y económica de los assentamientos y su entorno, y también a través de algunas comparaciones entre la situación anterior y actual de los assentados, en términos tanto objetivos cuanto subjetivos, más allá de la valoración de los efectos resultantes de la creación de esos proyectos en la producción agropecuaria municipal. En resultado, se tiene la constatación de que la implantación de los proyectos de assentamientos rurales se legitima al proporcionar la posibilidad de reestructuración de la unidad familiar, favoreciendo también la dinamización del comercio local y la ampliación de los servicios publicos, contribuyendo para que esos proyectos sean representantes potenciales de la transformación social.

Palabras-llaves: Reforma agrária. Assentamientos rurales. Dinámica socio-espacial.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocupação de terra 1987-2000	60
Gráfico 2 – Assentamentos rurais 1985-2000 número de famílias.....	61
Gráfico 3 – Assentamentos rurais 1995-2000 número de famílias.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária – 2003	67
Quadro 2	– Número de aposentados no município de Tamarana	88
Quadro 3	– Número de beneficiários do programa bolsa família em Tamarana	88
Quadro 4	– Assentamentos rurais do Município de Tamarana	90
Quadro 5	– Atividades desenvolvidas nos assentamentos em Tamarana	107
Quadro 6	– Tempo de funcionamento e frequência das compras dos assentados nos estabelecimentos	117
Quadro 7	– Valores gastos pelos assentados nas agropecuárias	118
Quadro 8	– Produtos mais vendidos nas agropecuárias	118

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1** – Localização do Município na microrregião geográfica.....86
- Mapa 2** – Localização dos assentamentos rurais no Município de Tamarana91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População ocupada segundo atividades econômicas	78
Tabela 2 – Nível de escolaridade da população residente no município de Tamarana	79
Tabela 3 – Classificação do rendimento mensal por número de habitantes	79
Tabela 4 – Ocupação do solo em Tamarana	82
Tabela 5 – Olericultura de Tamarana	83
Tabela 6 – Lavouras temporárias e permanentes	84
Tabela 7 – Atividades criatórias	85
Tabela 8 – Faixa etária da população	87
Tabela 9 – Evolução da olericultura em Tamarana – 1997-2005	106
Tabela 10 – Evolução das lavouras temporárias e permanentes em Tamarana – 1997-2005	108

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – vista aérea da sede municipal de Tamarana	76
Foto 2 – relevo íngreme em assentamento de Tamarana	81
Foto 3 – tamanho dos lotes do banco da terra	82
Foto 4 – sericicultura – assentamento mundo novo	94
Foto 5 – rebanho da pecuária de leite – assentamento cruz de malta	95
Foto 6 – escola fundamental – assentamento água da prata	112
Foto 7 – área comercial de Tamarana	120
Foto 8 – área comercial de Tamarana	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CAF – CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

CPR – COMBATE A POBREZA RURAL

PNCF – PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

EMATER – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MRAM – MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

MASTRO – MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO OESTE DO PARANÁ

MASTER – MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA

MEPF – MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

NPT – NOSSA PRIMEIRA TERRA

PCB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASILEIRO

PNRA – PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR

PROCERA – PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO PARA A REFORMA AGRÁRIA

STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

SUPRA – SUPERINTENDÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

UDR – UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	26
1.1 PANORAMA E DILEMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	26
1.2 GENEALOGIA DOS EXCLUÍDOS DA TERRA	37
1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA E AS ARTICULAÇÕES DE PODER	39
1.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	48
2 SOFISMAS E CONTRADIÇÕES: AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	53
2.1 AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	53
2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A REFORMA AGRÁRIA	56
2.3 A CONTRA-REFORMA DO GOVERNO FHC	58
2.4 BANCO DA TERRA: A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO	63
2.5 CONTINUIDADES DO GOVERNO FHC: A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA	66
3 O NORTE DO ESTADO DO PARANÁ: OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO	70
3.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E LUTA PELA TERRA	70
4 O MUNICÍPIO DE TAMARANA E OS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA	76
4.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA	76
4.2 TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM TAMARANA	89
5 OS REFLEXOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TAMARANA	103
5.1 ASSENTAMENTOS RURAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL LOCAL	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133

REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	143
ANEXO 1 – Questionário aplicado aos presidentes da associação dos assentamentos de tamarana	144
ANEXO 2 – Questionário aplicado nos estabelecimentos comerciais de tamarana	152
ANEXO 3 – Questionário aplicado aos cerealistas de tamarana	154
ANEXO 4 – Milícia expulsa sem terra da fazenda de janene – jornal de londrina – jan/2007	155

INTRODUÇÃO

O debate acerca da implantação dos projetos de assentamentos rurais em nosso país gera polêmica ao priorizar a eficiência econômica de tais intervenções. Por um lado, tem-se a perspectiva de que a fragmentação do território em pequenos lotes seja capaz de permitir a reprodução social das famílias assentadas e gere desdobramentos no plano em que estão inseridos, tal como a dinamização do comércio local e a intervenção do poder público na tentativa de sanar as deficiências de infra-estruturas materiais e sociais que emergem através da demanda social da nova realidade. Por outro lado, afirma-se que tais projetos apresentam baixa produtividade e, conseqüentemente, baixa eficiência econômica, procurando, desse modo, deslegitimar as ações que pretendem a desconcentração fundiária do território brasileiro.

Diante da implantação dos projetos de assentamentos rurais pode-se observar mudanças que vão desde a forma de utilização do solo à melhorias nas condições de vida dos assentados, bem como da população local, pois beneficiam-se com a dinamização do comércio, com o aumento e diversificação da oferta de alimentos, com a expansão dos serviços públicos, entre outros aditamentos desse processo que pode ser compreendido como gerador de riquezas. No entanto, as dificuldades características, de modo geral, do pequeno produtor rural brasileiro, configuram também a realidade dos assentamentos rurais, contudo, o assentado diferencia-se por um processo contínuo de luta, de reposição de conflitos, necessitando, além da terra, conquistar mercados, financiamentos, aquisição de máquinas e equipamentos, assistência técnica de qualidade, etc.

A ausência de uma estrutura capaz de permitir o acesso aos mercados e às tecnologias de produção acarreta comumente em conseqüências que não se restringem ao pequeno produtor, ao contrário, estendem-se para toda a sociedade, tal como o chamado *inchaço urbano* e o aumento da exploração do trabalho, decorrentes da concentração fundiária e do modelo excludente de modernização das bases técnicas de produção da agricultura que, acentuadamente a partir da década de 1970, viabilizou a expulsão e expropriação dos pequenos agricultores do campo brasileiro.

A visão mercadocêntrica de desenvolvimento, preocupada com a capacidade de competição desses assentados no mercado, envolve a modernização

tecnológica e a capacidade dos beneficiários em gerenciar os lotes. Evidencia-se uma visão liberal de eficiência que oculta um caráter social danoso, um foco produtivista excludente e, conseqüentemente, a continuidade dos processos estruturais que debilitam econômica, política e socialmente o povo brasileiro. Sendo essa a lógica predominante, as diversas pesquisas realizadas mostram que as unidades envolvidas com a implantação dos assentamentos rurais, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, institutos de terras estaduais, as secretarias de agricultura, organismos de assistência técnica, entre outros, têm atuado pontualmente sobre as situações de conflito, priorizando aqueles com maior gravidade ou visibilidade, dependendo dos interesses envolvidos.

Desse modo, percebe-se que a implantação dos Projetos de Assentamentos – PAs, na maioria dos casos, são desprovidos de estudos que possibilitem a sustentabilidade das famílias assentadas, gerando carências diversas: apoio financeiro escasso, assistência técnica insuficiente, ausência de infra-estruturas sanitária, educacional e viária que contribuam para possibilitar a inserção social e econômica desses pequenos agricultores no conjunto da sociedade atual. Esse fato parece querer legitimar a incapacidade de produção e geração de riqueza dos assentados, desqualificando a desapropriação de terras e a atuação dos movimentos sociais. O arraigado interesse rentista da propriedade privada da terra no Brasil ainda permanece com as amarras que privilegiam uma minoria, em detrimento de toda a sociedade.

É a partir do princípio de ganho que a relação cidade-campo adquire as condições necessárias para diferenciar-se historicamente, prevalecendo sobre os respectivos espaços as abordagens dualistas e conservadoras, reforçadas pela tendência contemporânea de transformação da paisagem rural em objeto de consumo. O modo de produção dominante mostra o presente como o lugar da tensão social, da desigualdade, da luta de classe, do conflito entre os espaços rural e urbano, representantes de uma totalidade dialética. No sistema capitalista não existem semelhantes, mas sim similares, e o consumir (coisas e pessoas coisificadas) é o regente da orquestra que recebe a modernidade. Assume-se, dessa maneira, a valorização das identidades rurais como exigências mercadológicas, caracterizando o descompromisso com o resgate de suas tradições e autonomia na perspectiva de um desenvolvimento horizontal desses espaços. Assim sendo, o espaço bifurca-se em sua totalidade, transforma-se em contradição.

Nas sociedades agrárias as cidades eram, sobretudo, cidades político-administrativas que organizavam o espaço rural. No entanto, o espaço rural dominava e delimitava a cidade, pois ela dependia essencialmente do campo para o seu abastecimento. Assim, enquanto o campo aparece como o lugar da produção, a cidade apresenta-se como consumidora de espaços, além de lugar de cultos e encontros (MARTINE, 1987). Quando os servos, tornados livres, fundam na cidade uma outra forma de propriedade que tem por base o trabalho e a troca, inicia-se o desenvolvimento das atividades comerciais pela separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, o capital passa a ser reproduzido independente da propriedade da terra, e é a cidade que vai sediar esse processo de acumulação de riquezas, conhecimentos e técnicas, tornando-se, por excelência, centro de vida social e política (MARQUES, 2002).

O aprofundamento das relações comerciais e o desenvolvimento da classe dos comerciantes irão gerar a expansão do comércio e, com isso, uma nova divisão do trabalho irá influir diretamente na relação cidade-campo: a separação, por um lado, do trabalho e da troca, e por outro, da produção e do comércio. Dessa maneira, modifica-se também a forma de organização do trabalho e o ritmo de produção no campo, some-se a isso um processo acelerado de alienação do trabalhador e monetarização do trabalho. O mercado passa a regular as relações sociais abrindo as possibilidades para que a Revolução Industrial ocorra, e com ela uma significativa mudança nas relações cidade-campo, isso porque os fundamentos da riqueza que nas sociedades agrárias pautavam-se na propriedade da terra foram modificados, estendendo-se para as relações de trabalho e de troca, diversificando as formas de propriedades que serão transformadas em capital (MARQUES, 2002).

Possibilitou-se, assim, a universalização do sistema econômico, estabelecendo para a satisfação das necessidades a interdependência econômica a cada nação e indivíduo do mundo inteiro. Desse modo, o desenvolvimento industrial proporcionou a rapidez na circulação das mercadorias, agravou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação modernos e centralizou capitais ao ampliar as forças produtivas e a divisão do trabalho (MARX, 1987). Surge, assim, a chamada *cidade industrial* abarcando em seu interior contradições inerentes ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, transformando o espaço em mercadoria.

A industrialização desmantela a sociedade tradicional e, dialeticamente, a transforma em *sociedade urbana*. A cidade prolifera-se e com ela surge a periferia que, segundo Marques (2002, p. 178), configura-se como: “[...] um lugar de status intermediário, [...] é uma extensão do urbano, seu fragmento. Constitui periferia aquilo que não é mais campo, território destinado à produção alimentar ou ao abandono”. Nos países em desenvolvimento, as favelas irão mediar a relação cidade-campo, ainda que insuficientemente, a partir do momento em que a cidade expande-se, explodindo a cidade tradicional.

O impacto da industrialização produzido sobre as sociedades agrárias empurrou para as cidades significativo número de camponeses em busca de alternativas ao processo de reprodução social, que foi impossibilitado pelo processo de territorialização do capital no campo, promovido principalmente pela modernização das bases técnicas de produção da agricultura (MARQUES, 2002). A periferia recebe os detrimientos da explosão provocada pela industrialização e liga-os, dialeticamente, à cidade como governados, sujeitos e objetos da própria industrialização, excluindo aqueles que ela oprime e que, ao mesmo tempo, a ameaçam (LEFEBVRE, 1973).

Associado ao processo de industrialização, o movimento urbano estrutura a circulação das mercadorias, organiza e administra as relações da atividade econômica, além de promover novas atividades econômicas movido pela lógica dialética da reprodução ampliada do capital. A cidade, desse modo, concentra as funções técnicas e administrativas assim como prepara, através da cultura e educação sua legião. No entanto, perde seu significado de centro político, como afirma Marques (2002, p. 179): “[...] a cidade é transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo”. Portanto, a explosão da cidade e a organização de um espaço urbano representam a deterioração da vida urbana, da irregularidade da estrutura baseada no valor de uso e da alienação.

Mas, ainda que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista promova a dialética campo-cidade, o que se pode concluir é que o ponto de convergência desses espaços está na caracterização de sua população empobrecida e marginalizada, marcando-as a constante instabilidade na procura de melhores condições de vida (MARQUES, 2002). A colisão entre esses espaços reforça a contradição presente nas reações da luta de classes, implicando na exploração e subordinação dos oprimidos por estarem em oposição ao domínio

econômico. O espaço urbano, por sediar funções técnicas e administrativas de todo o tipo, contribui para que a cidade transforme-se em um sistema fechado, acabado, promovendo, conforme Lefebvre (2004, p. 05): “todas as condições [...] para que exista uma dominação apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço”.

E, é nessa realidade que são absorvidos pelas cidades aqueles que as relações capitalistas expulsam do campo, reservando-os como força de trabalho e marginalizando-os. Por sua vez, o espaço rural, atingido pelo contínuo processo de industrialização nas relações de produção da agricultura, vê-se na emergência de redefinir sua estrutura sócio-econômica e política. A transformação da terra em equivalente de mercadoria gera as próprias contradições que irão sobrepor os espaços que o próprio capital separou.

A influência do Estado, no que diz respeito à reprodução ampliada do capital, é nítida no sentido da reprodução e controle da organização do espaço urbano (se vista pelo lado da divisão social do trabalho). No espaço rural, no entanto, a atuação do Estado, ainda em relação a mesma divisão social do trabalho, é menos visível, porém não menos influente. O Estado capitalista atua diretamente como grande industrial, como afirma Corrêa (2004, p. 24): “[...] consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais”.

A referência ao termo impacto dos assentamentos deve ser compreendida na pesquisa como o: “esforço de conhecer algumas das alterações que ocorreram na relação do assentamento com o seu entorno” (MEDEIROS, 2004, p. 23). E, portanto, torna-se necessário não somente o estudo do espaço rural, mas a abrangência rural-urbano. Pois, a fragmentação do espaço rural em pequenas propriedades que beneficiam trabalhadores rurais sem terra recai, inevitavelmente, em benefícios urbanos como a ampliação do comércio e a circulação do capital. A cidade vê-se na emergência de multiplicar tanto os serviços quanto os estabelecimentos e produtos oferecidos pelo comércio, além de representar a necessidade de reestruturação dos serviços públicos tais como saúde e educação, em conformação com Alentejano (2000, p. 105): “a efetiva construção de um novo mundo rural brasileiro passa pela difusão de serviços e atividades, tidas como urbanas, no campo, com um alto grau de dispersão espacial e uma territorialidade intensa”.

No entanto, esse fato não representa, como pretendem alguns autores, a urbanização do campo, mas sim o reordenamento espacial e aumento da territorialidade. Isso quer dizer, reordenamento do vínculo econômico, social e espacial que fazem da relação do homem com a terra o diferencial dos espaços rural e urbano em suas dimensões simbólicas, afetivas e culturais. Portanto, uma política de reforma agrária que represente o desenvolvimento do espaço rural demanda que se ultrapasse a visão econômica da terra como elemento de produção, reprodução ou valorização, como ressalta Alentejano (2000). É necessário que se altere a visão dicotômica que prevalece sobre esses espaços, dotando o campo com serviços e infra-estruturas que parecem típicas do urbano e que, no entanto, representam apenas a dualidade estabelecida pela modernidade, ou seja, as relações urbano-modernas e rural-arcaicas.

No intuito de contribuir ao debate, essa pesquisa procurou evidências que comprovassem, ou não, as potencialidades contidas nos projetos de assentamentos rurais capazes de contribuir para o desenvolvimento do plano no qual se originaram, tendo como recorte o município de Tamarana, no Norte do Estado do Paraná, por sediar oito assentamentos rurais instalados através do processo social de luta e outros seis assentamentos rurais financiados pelo programa Banco da Terra, configurando-se num espaço de intensa territorialidade da luta pela terra.

Pretendeu-se compreender as mudanças que ocorreram no município após a implantação desses assentamentos, para isso foram abordados como atores sociais na pesquisa representantes da classe dos trabalhadores rurais, da classe dos comerciantes do município e também, representantes da esfera pública municipal, buscando obter dados que comprovassem, ou não, as potencialidades de desenvolvimento local advindas do processo social de luta pela terra. A primeira etapa da pesquisa voltou-se para as leituras sobre o tema, visando o amadurecimento do objetivo proposto no projeto de estudo.

Nos questionários aplicados aos presidentes das associações dos assentamentos rurais procurou-se abarcar questões sobre o histórico do assentamento, a forma de organização interna dos assentados, as atividades agrícolas exercidas, as infra-estruturas existentes nas áreas dos assentamentos, a assistência técnica recebida pelos assentados, os financiamentos da produção, as formas de produção e comercialização, além de sugestões e alternativas para o processo de reprodução social das famílias assentadas (anexo 1).

Também foram entrevistados os responsáveis por vinte e cinco estabelecimentos comerciais do município de Tamarana, entre padarias, mercados, farmácias, lojas de produtos agropecuários, de materiais de construção, lojas de roupas, calçados, móveis e peças automotivas, além de uma loja de R\$ 1,99 e um brechó. As questões visaram obter informações sobre a situação do comércio antes e depois da implantação dos assentamentos rurais no município, e sobre as condições de infra-estrutura referentes à saúde, educação, segurança, qualidade de vida, crescimento econômico e sobre os assentamentos e assentados (anexo 2).

Entrevistou-se cerealistas do município (anexo 3), o Secretário da Agricultura, a assistente social, o presidente da Câmara dos Vereadores e técnicos da EMATER de Tamarana. Foram coletados dados junto à Previdência Social de Londrina e à Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Departamento de Economia Rural de Londrina (SEAB/DERAL), na intenção de obter dados que pudessem contrastar ou afirmar as respostas dadas tanto pelos assentados quanto pelos comerciantes do município. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2006. Houve interesse por dados no setor de arrecadação municipal que não foram apresentados até o fim dessa pesquisa.

A estrutura do trabalho pretende elucidar o desenvolvimento do capitalismo no campo e as amarras políticas que emanam da propriedade privada da terra para a compreensão da questão agrária brasileira. Desse modo, no primeiro capítulo procurou-se esclarecer os aspectos teóricos da questão agrária, seus dilemas e contradições, a fim de aclarar as relações de poder que derivam da concentração fundiária. Em seguida, apresenta-se o conjunto de ações políticas referentes à reforma agrária no Brasil, assim pretendendo elucidar a manutenção das amarras do poder político-econômico em detrimento do desenvolvimento sócio-econômico da sociedade brasileira.

No terceiro capítulo traça-se um esboço da história agrária do Estado do Paraná, para a compreensão de suas peculiares características e as lutas que se levantaram contra a exploração do homem do campo para que, por fim, adentre-se na pesquisa empírica. Procurou-se, no quarto capítulo, caracterizar sócio-economicamente o município de Tamarana e os assentamentos rurais que comporta em seu território, de modo que o capítulo cinco apresenta as mudanças ocorridas no município após a implantação dos projetos de assentamentos rurais.

Pretende-se com esse trabalho contribuir com o debate acerca da viabilidade dos projetos de reforma agrária, buscando a legitimidade desse tipo de intervenção através dos desdobramentos sócio-econômicos que se estendem além do próprio assentamento.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 PANORAMA E DILEMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A questão agrária em nosso país é mais do que uma questão conjuntural, fundamentada na maior ou menor ascensão dos movimentos sociais de luta pela terra em determinado período, ela é uma questão histórica que se configura numa crise orgânica na qual estão integrados os dilemas e tensões da nossa sociedade.

Segundo Gramsci (2005), tais manifestações orgânicas demonstram que está maturada a estrutura que manteve (e mantém) as contradições insanáveis no desenvolvimento do processo histórico e, assim, revelam dialeticamente o trabalho para que sejam superadas as faltas cometidas ao longo do tempo. No entanto, também salienta que as forças políticas que operam em favor da manutenção da estrutura procuraram sanar e superar tal crise dentro de seus limites.

Prolonga-se em nosso país a questão agrária, o modelo societário centrado na propriedade privada da terra no qual estão de um lado os exploradores e, de outro, os explorados. Isso porque no Brasil o processo de desenvolvimento de acumulação capitalista tem na terra, e não no capital, o seu fundamento (Martins, 1983). A terra é o principal instrumento de produção do capitalismo no campo, no entanto, não pode ser considerada como uma mercadoria. Só é mercadoria aquilo que foi produzido pelo trabalho humano, que dependeu do trabalho para existir. Sobre isso, Marx (2004, p. 32) diz:

A terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), como fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem, é encontrada sem contribuição dele, como objeto geral do trabalho humano. Todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho pré-existente por natureza.

A terra é, portanto, meio do trabalho e não produto dele, ela é o meio universal do trabalho, meio que se torna condutor da atividade humana. Nesse sentido, Marx (2004, p.40), clarifica; “[...] os meios de trabalho não são só mediadores

do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha”. Transformada em propriedade privada a terra auferir renda somente pela sua posse, é a chamada renda fundiária que é retirada da sociedade em conjunto, posto que todos os bens produzidos e consumidos pelo homem partem da base territorial para existir, com a contribuição do trabalho humano. Sendo assim, a renda da terra representa parte do valor das mercadorias produzidas pelo homem, ela é parte da mais-valia do trabalho abstrato contido na terra. Tal como Marx (1977, p.863) esclarece:

A renda representa então parte do valor, mais particularmente da mais-valia das mercadorias, a qual em vez de caber à classe capitalista que a tirou dos trabalhadores, pertence aos proprietários que a extraíram dos capitalistas.

A terra, enquanto meio de trabalho operando como mercadoria e objeto do monopólio da burguesia, concretiza-se como instrumento do desenvolvimento capitalista, separando o homem dos seus meios de produção. O impedimento de sua posse é o mesmo impedimento de realizar o trabalho e apropriar-se de seus frutos, o obstáculo da posse da terra é condição básica para que a riqueza produzida pelo trabalho seja apropriada por aquele que não trabalhou.

Tal fato ocorre porque o modo de produção capitalista não se restringe à produção das mercadorias, pois a terra não pode ser produzida pelo homem, mas abarca também a circulação das mercadorias produzidas, nas quais está contida a mais-valia do trabalho humano que se manifesta no momento da troca da mercadoria por dinheiro. É através da circulação das mercadorias, portanto, que a renda da terra demonstra-se como parte da mais-valia de todo o trabalho humano abstrato contido na terra. Assim, quando o capitalista compra a terra, também está comprando o direito de apropriar-se de parte da mais-valia da sociedade, pois, mais que a propriedade, está comprando a renda da terra. Conforme Oliveira (1981, p. 06):

Aí reside uma diferença fundamental entre a terra e o capital, pois a terra sem produção alguma rende, ou como se diz comumente ‘se valoriza’, e a condição de proprietário é o requisito para se abocanhar de parte desta renda produzida socialmente. Este fato decorre do monopólio que uma classe da sociedade detém sobre o meio de produção fundamental na agricultura; e reflete-se na parcela que a sociedade como um todo tem que pagar, para que a produção de alimentos continue a ser produzida na quantidade necessária.

Em nosso país, as elites logo articularam-se nesse perverso objetivo: eliminar as possibilidades de autonomia do trabalho daqueles que, livres, poderiam usufruir os meios de produção já prontos para o homem, para assim, apropriarem-se do produto do trabalho desses que o sistema capitalista no Brasil manteve em função do direito de extrair-lhes mais-valia, com a invenção do privilégio de cobrar a renda da terra. É por isso que a conjuntura político-econômica do país, formada também por grandes latifundiários, procura infatigavelmente legitimar como desnecessária a reforma agrária. Para tal, costumam pautar-se nas estatísticas geradas pela modernização das bases técnicas de produção da agricultura e em seu exemplo economicamente bem sucedido: o agronegócio.

Com o respaldo científico de intelectuais que afirmam que o campo está dominado pela indústria e também que as relações de trabalho não capitalistas ou familiares de produção tendem a desaparecer sendo substituídas pelas relações assalariadas, a reforma agrária aparece alheia à consciência social como fator para o desenvolvimento socioeconômico do povo brasileiro. Um dos defensores dessa linha de pensamento, Silva (1996, p. 19), diz o seguinte:

[...] nada comprova que dar um pedaço de terra para essas famílias marginalizadas seja a única, nem a melhor solução, do ponto de vista do interesse público. Talvez um bom emprego seja preferível ao assentamento. Ou então, tratá-las com mecanismos de política social, assistindo-as devidamente, garantindo-lhes alimentação e saúde.

De acordo com Oliveira (1981), entende-se que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira ocorre de duas maneiras: a territorialização e a monopolização do capital sobre as relações de trabalho no espaço rural. Assim, se considerássemos apenas o processo de territorialização do capital no campo, a linha teórica que norteia esta pesquisa estaria de acordo com o desaparecimento das relações de produção baseadas no trabalho familiar, ou seja, sem a remuneração por assalariamento.

Ao territorializar-se o capital inclui nas relações de produção da indústria o processo de produção da agricultura, assim como o faz, por exemplo, com os chamados bóias-frias na colheita da cana-de-açúcar, assalariando o trabalho que recolhe a matéria-prima para ser processada pela indústria. Nesse caso, generalizando a territorialização do capital sobre as relações de trabalho da

agricultura, pode-se concluir que gradualmente as relações de produção fundamentadas no trabalho familiar desaparecerão dominadas pelo assalariamento.

No entanto, ao compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo como desigual e contraditório, percebe-se que suas relações típicas de trabalho não se desdobram completamente no campo e, dialeticamente, promovem o seu desenvolvimento por vias não-capitalistas de produção. Assim, para não precisar investir capital na contratação de mão-de-obra e ainda garantir sua reprodução ampliada, o capital apropria-se do trabalho familiar e da renda da terra ao monopolizar o processo de produção da agricultura, como o faz, por exemplo, com os plantadores de fumo, com a sericicultura, com o leite, entre outros. E, em consequência disso, sujeitam a renda da terra ao capital, um exemplo da situação apontada é dado por Oliveira (2001a, p. 12), elucidando o citado caráter rentista, quando o proprietário necessita refazer o pasto:

[...] este fazendeiro, ao invés de destinar uma parte do seu capital para realizar a tarefa de refazer o pasto, arrenda a terra a camponeses sem-terra ou com pouca terra na região, para que eles façam o trabalho por ele. [...] A seguir o camponês planta, por um ano ou menos ainda, um produto na terra que era ocupada pela pastagem. Após a colheita, ou ele entrega parte da produção ao fazendeiro ou vende a safra e paga em dinheiro a quantia estipulada previamente no contrato de arrendamento. Em seguida, semeia capim na terra e entrega-devolve a área ao fazendeiro, que aguardará apenas o crescimento do capim e terá o pasto reformado, sem que para tal, tenha gasto parte de seu capital.

A monopolização do capital sobre a agricultura é, portanto, a evidência de que o capital, em vez de territorializar-se e incorporar o processo de produção da agricultura à indústria, desenvolveu os liames capazes de sujeitar o trabalho da produção não-capitalista em função de sua reprodução ampliada. Isso representa a permanência das relações de trabalho não-capitalistas no campo, pois são criadas e recriadas em função da própria reprodução ampliada do capital. De acordo com Martins (1979, p. 28); “O fundamental para o capital é a sujeição da renda territorial, pois a partir daí ele tem as condições necessárias para que possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra”.

A propriedade privada da terra somente permitirá o acesso à reprodução social mediante o pagamento da renda sob o sistema capitalista, isso mesmo nos países mais avançados economicamente. No entanto, quanto mais

fragmentado o território, menor é o monopólio fundiário que permite as desigualdades sociais vivenciadas no chamado Terceiro Mundo. O discurso que visa a melhoria das condições de vida dos brasileiros e que não inclui a redistribuição fundiária no fundo esconde interesses particulares dos grupos econômicos. Sabe-se que o capital não se territorializa completamente subordinando o trabalho no campo através do assalariamento assim como faz na indústria, no Brasil as contradições que envolvem terra e capital estendem-se além dos modelos homogeneizadores do modo de produção capitalista.

Nos países do centro do sistema, ou o chamado Primeiro Mundo, as contradições entre capital e trabalho foram atenuadas por processos que visaram justamente o controle do monopólio fundiário, procurando abrandar o ávido interesse rentista dos proprietários, equiparando a estrutura fundiária ao seu contingente populacional. Há que se considerar também, que se tais países estão no centro do sistema muito dessa ascensão deve-se aos saques históricos às riquezas de outras nações, no entanto, no objetivo da acumulação ampliada do capital, proporcionaram uma redefinição de suas estruturas fundiárias a fim de evitar os tributos do monopólio da terra pagos pela sociedade em conjunto.

Contrariamente, ao impedir o acesso à propriedade fundiária, senão mediante o pagamento em dinheiro, a Lei de Terras de 1850 no Brasil proporcionou que o capital se desenvolvesse no campo sem que fosse necessária a distribuição da terra para a produção de riquezas. Essa situação ajustou o desenvolvimento do capitalismo por vias não-capitalistas de produção, através da sujeição da renda da terra ao capital. Nesse contexto, como afirma Fernandes (2000, p. 25):

Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas.

Concomitante à luta pela terra, ex-senhores de escravos e fazendeiros começaram a grilagem de terras, dando origem ao chamado o posseiro, figura que possuía a terra sem o seu domínio. A posse era conseguida através do trabalho, enquanto o domínio através de armas e poder econômico, assim prevalecendo o domínio sobre a posse, configurando “em grande parte, o processo de territorialização

da propriedade capitalista no Brasil” (FERNANDES, 2000, p. 27). Intensificou-se o cerco às terras com a Lei de 1850, assim como a grilagem e a expropriação dos posseiros, com isso os conflitos fundiários eclodiram por todo o território, destacando-se Canudos (1896) e Contestado (1914) enquanto exemplos de organização e resistência camponesa no Brasil. O surgimento das Ligas Camponesas (1945) também representou importante forma de organização política dos trabalhadores rurais que resistiam à expropriação e expulsão da terra e ao assalariamento (FERNANDES, 2000).

Nas décadas de 1940 e 1950, os conflitos agrários generalizavam-se por todo o país e, acudados pelas pressões sociais que visavam modificar a estrutura fundiária através de uma reforma agrária, instaurou-se o chamado Golpe de 1964, no qual os militares assumiram o poder político visando a manutenção da elite brasileira. Tal ruptura do equilíbrio de forças, ou seja, a derrota da democracia pelo autoritarismo político, segundo Gramsci (2005, p. 49), decorre:

[...] de conflitos superiores ao mundo econômico imediato, ligados ao ‘prestígio’ de classe (interesses econômicos futuros), a uma exasperação do sentimento de independência, de autonomia e de poder. [...] Pode-se dizer, portanto, que todos esses elementos são manifestações concretas das flutuações do conjunto das relações de forças sociais, em cujo terreno ocorre a passagem dessas relações às relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva.

Para Martins (2000), nesse momento foi perdida a possibilidade histórica de transformação social decorrente das relações de forças que tornaram a questão agrária objeto de análise política. Segundo o autor, não somente a intervenção político-militar contribuiu para que essa possibilidade fosse perdida, mas a junção dessa política de direita à atuação da política de esquerda que interpretava muito dos conflitos que eram fundiários como conflitos trabalhistas. Assim, (2000, p.97):

A ação das esquerdas, já antes do Golpe de 1964, dividiu e enfraqueceu a massa dos trabalhadores rurais, segmentando-a em dois grupos com interesses desencontrados: os que lutam pelo salário e pelos direitos trabalhistas, de um lado, e os que lutam pela terra, de outro.

A atuação das esquerdas contribuiu, de um lado, para dissociar a discussão terra-trabalho, e de outro, a direita solidificou a união terra-capital. E é dentro desse contexto que Martins (2000, p. 99), afirma:

[...] essas duas intervenções no processo político que redefiniram profundamente os rumos da história da sociedade brasileira e a possibilidade de mudanças a partir do campo e da questão agrária [...] bloquearam, talvez para sempre, a possibilidade de uma reforma agrária referida à dimensão clássica da questão agrária, a do impasse histórico que inviabiliza o desenvolvimento do capitalismo.

Assim, as possibilidades de uma reforma agrária estariam vedadas, mesmo porque contribuiu para que o desenvolvimento do modo de produção capitalista fosse viabilizado sem a necessidade de incluí-la em seus propósitos políticos. Estes acontecimentos contribuíram para solidificar, como afirma Martins (2000, p. 98),

[...] que a propriedade da terra, isto é, a *renda fundiária*, continuaria sendo um dos fundamentos da acumulação e do modelo capitalista de desenvolvimento no Brasil. Portanto, um capitalismo discrepante em relação ao modelo dominante nos países hegemônicos (grifos do autor).

Agrava-se a partir daí a questão agrária brasileira. De maneira análoga à Lei de Terras de 1850, o golpe militar evitou que milhões de brasileiros pudessem ter acesso à terra de trabalho em benefício da manutenção do poder político-econômico da classe latifundiária. Neste sentido, Caio Prado Jr (1981) anunciava, já pouco antes do golpe¹, que a grande parcela da população rural sem terra ou com pouca terra para cultivar via-se na emergência de buscar emprego em serviço alheio, assim (1981, p. 18):

[...] a presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura de mão-de-obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições, quase sem limitações, nas relações de trabalho [...]. Não pode haver dúvida que os baixos salários relativos e as precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e outras atividades urbanas [...] se devem em boa parte ao potencial de mão-de-obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado urbano, deprimindo-lhe o preço.

¹ Artigo publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 28, março/abril de 1960. IN: PRADO JR, C. "Questão Agrária", São Paulo, 1981.

Dentre as estratégias políticas instauradas pelo golpe militar estava a implantação do Estatuto da Terra, mediando a tensão social, e a modernização das bases técnicas de produção da agricultura objetivando o desenvolvimento da chamada empresa-rural, introduzindo no país o pacote tecnológico designado como Revolução Verde potencializando, através de insumos químicos e da mecanização, a produtividade dos processos de trabalho da agricultura, incentivados pelos Estados Unidos (MARTINE, 1987).

O período que sucedeu o governo militar deu lugar para que uma situação democrática aparecesse, ou seja, o capital desorganizou as classes subalternas e estas viram-se na emergência de se reorganizarem autonomamente, assim, dando espaço ao surgimento dos chamados movimentos sociais, mais precisamente na década de 1980. Pertinente torna-se o envolvimento da Igreja Católica, especificamente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a questão agrária no Brasil e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Por outro lado, juntamente à apresentação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no Brasil, emerge a União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, organização formada por grandes latifundiários com o objetivo de defender a classe e a propriedade da terra (Simon, 1998).

O confronto entre os interesses desses grupos culmina, não raro, em violência. A tentativa de desarticulação dos movimentos sociais de luta pela terra ocorre através do assassinato das lideranças rurais e das pessoas envolvidas com a questão e, de acordo com informações obtidas através das pesquisas organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em meados da década de 1990, torna-se crescente o número de conflitos fundiários e os respectivos assassinatos de trabalhadores rurais no Brasil. Em propaganda oficial, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), costuma divulgar que cerca de 350 mil famílias foram beneficiadas em projetos de reforma agrária no Brasil de 1927 a 1994. Por trás desses números escondem-se os projetos de colonização, as regularizações fundiárias de posseiros e reassentamentos, ou seja, as estatísticas contribuem para dissimular o projeto político que norteia a questão agrária brasileira, incluindo nos números como projetos de reforma agrária o que não se configura como tal.

De maneira genérica, pode-se definir assentamentos rurais segundo Norder; Bergamasco (1996, p. 07), como: “[...] a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do

uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. Assim como, de uma forma geral, apresenta-se como definição de reforma agrária, segundo Martins (2000, p. 102): “[...] todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade”. Ao associar a política de assentamentos rurais com uma política de desconcentração fundiária, objetivando a inserção de agricultores sem terra no processo produtivo da agricultura, desdobram-se as possibilidades de fortalecimento do mercado interno, distribuição de renda e desenvolvimento social local e da sociedade em geral (MEDEIROS; LEITE, 2004).

O termo assentamento surgiu pela primeira vez no contexto da reforma agrária venezuelana nos anos de 1960 e pode ser definido como a abertura de novas áreas de produção agrícola e reordenamento do uso da terra, bem como a espacialização e territorialização da capacidade de reprodução social da grande população sem terra que compõem a sociedade brasileira. Isso tudo, porém, se os assentamentos rurais, instituídos por políticas governamentais, apresentarem condições adequadas para o uso da terra, favorecendo a organização social e a vida comunitária (NORDER; BERGAMASCO, 1996). No Brasil, no entanto, o processo de desconcentração fundiária por meio de assentamentos rurais de reforma agrária concretiza-se como um processo de reposição de conflitos, pois, a partir da terra conquistada, há a necessidade de disputar créditos, buscar mercados para a comercialização, assistência técnica, infra-estruturas, etc (MEDEIROS; LEITE, 2004).

No intuito de desqualificar a viabilidade sócio-econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária, os que a entendem como desnecessária costumam afirmar que tais assentamentos são ineficientes para o desenvolvimento da sociedade brasileira e, mais que local de moradia e produção, tornam-se favelas rurais, em nada modificando a condição social dos pobres do campo. Diante de tal polêmica, e quem sabe procurando legitimá-la, o ministro da Agricultura do governo Collor de Melo, Antonio Cabrera, encomendou uma pesquisa em convênio com a FAO (Food and Agriculture Organization), para elaborar um diagnóstico da situação dos assentamentos brasileiros. Em 1992 foram publicados os resultados da pesquisa surpreendendo o esperado, revelando a viabilidade sócio-econômica dos assentamentos rurais e demonstrando eficiência no combate contra pobreza no campo (ROMEIRO; GUANZIROLLI; LEITE, 1994).

Na década de 1960 a implantação dos assentamentos rurais no Brasil teve como objetivo colonizar áreas devolutas e expandir a fronteira agrícola do país, também reassentar populações atingidas pela instalação de usinas hidrelétricas e que perderam a posse de suas terras, além das áreas de regularização de posse e valorização de terras públicas. A partir de 1985, com o I PNRA, os primeiros assentamentos de reforma agrária via desapropriação por interesse social, baseado no Estatuto da Terra, começaram a ser implantados, incluindo, a concessão de explorações de reservas extrativistas (NORDER; BERGAMASCO, 1996).

Porém, nem todas as desapropriações para fins de reforma agrária no Brasil são feitas com a preocupação de contribuir para que, além do aspecto econômico, tais assentamentos representem a possibilidade de reprodução social dos trabalhadores do campo, territórios de política, economia e cultura participativa. As condições para viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico das famílias envolvidas não são possibilitadas, mesmo porque estão assentados através da luta que travaram, e em tal luta, possuir a terra é a primeira batalha ganha dentre o porvir de outras tantas necessárias, assim como indica Medeiros; Leite (2004, p. 19):

Em resultado, os assentamentos até o momento existentes são espacialmente dispersos, muitas vezes sem nenhuma estrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os produtos gerados), com apoios financeiros, de assistência técnica, sanitário e educacional em geral muito deficientes. Nos locais onde se verifica uma maior concentração de projetos, ela se deve muito mais à própria forma que a luta por terra assumiram em determinadas regiões do que a uma opção prévia de intervenção coordenada.

Uma vez assentados² necessitam legitimar no sistema capitalista a viabilidade econômica de seu espaço: o rural, no entanto, diferente das grandes extensões de pastagem ou plantações de soja. Diferente em área de propriedade, mas também no potencial de capitalização de investimentos, no acesso ao crédito para a produção, na trajetória de vida e consciência de classe, diferente, portanto, da

² O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

empresa-rural que norteia o objetivo dos desenvolvimentistas brasileiros, assim conforme Teófilo Filho (1994, p.101):

As evidências demonstram ainda, no caso brasileiro, uma nítida preferência pelo que se denomina agricultura empresarial, colocando a economia camponesa em plano inferior nas políticas públicas de desenvolvimento, o que corresponde, na maioria dos casos, a condená-la a um tipo de inserção subordinada ao mercado capitalista, para além daquilo que ele já determina.

A manutenção da produção de excedentes exportáveis mantém-se ao custo da fome do povo brasileiro; de acordo com Romeiro (1990), a grande monocultura mecanizada e quimificada que se pretende racional e moderna é, em verdade, uma produção que se baseia nos exclusivos critérios da maximização dos ganhos, subutilizando os recursos fundiários e penalizando a massa camponesa em geral. A relevância econômica e política da questão agrária no Brasil permanecem subjugadas. A pequena produção familiar perde espaço quando a interpretação de desenvolvimento dá-se basicamente pelo viés econômico, sendo ainda considerada como atraso no campo. Embora a condição de assentado apresente-se superior a condição de sem terra ainda não se pode alegar que estejam sendo tomadas as diretrizes necessárias para o desenvolvimento sócio-econômico dessas famílias.

A exclusão social e política a partir daí é considerada irrelevante à economia do país, pois representam uma porcentagem ínfima de alguma coisa econômica. Portanto, a agricultura e a própria demanda por terra tornam-se secundárias no processo de análise e formulação de políticas econômicas e sociais de desenvolvimento dessa grande parcela da população brasileira, sendo assim excluídas do processo de geração e apropriação de riquezas (Martins, 2000).

Pode tornar-se perigosa qualquer análise mais simplificadora em termos de sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais de reforma agrária. As trajetórias apresentadas pelos projetos não comportam a homogeneização de resultados, ao contrário, apresentam-se diferenciadas de acordo com as condições internas e externas ao assentamento, que dependem, em essencial, de infraestrutura, da qual quase sempre são desprovidos, para que consigam prosperar socioeconomicamente. No mais, é fundamental que sempre se recoloca a questão da legitimidade desse tipo de intervenção (MEDEIROS, 2004).

Para a compreensão da problemática social envolvida na discussão da questão agrária brasileira, e os conflitos por terra na atualidade, é imperativo que antes se faça o necessário resgate do desenvolvimento histórico do país, cunhado no modelo de propriedade privada sob o sistema capitalista.

1.2 A GENEALOGIA DOS EXCLUÍDOS DA TERRA NO BRASIL

A obtenção da terra no território brasileiro como resultado de herança, no século XVIII, era vedada aos mestiços e aos índios, ou seja, àqueles que para o pensamento moderno eram impuros de sangue, reduzindo-os aos chamados moradores de favor, agregados da fazenda. Nesse mesmo período, um outro grupo adensaria a população sem terra e empobrecida: os excluídos do direito de propriedade pelo regime de morgadio, que resguardava o direito de herança ao primogênito (MARTINS, 1983). Desse modo, ao centralizar o poder de propriedade esse sistema impedia a dispersão de riquezas, mas não impedia a abertura de novas áreas de produção agrícola, pois podiam ser requeridas à Coroa pela Lei de Sesmarias, e cujo fator principal para legitimar a concessão de posse era o emprego útil da terra, ou seja, a produção agrícola naquele dado espaço do território.

O futuro sesmeiro primeiro ocupava a terra e abria sua fazenda, então, credenciava-se para obter o direito de posse. No entanto, as formas tradicionais de exclusão social permitiriam que um branco deserdado pelo morgadio se tornasse um sesmeiro, mas ao mestiço e ao índio tal posse dificilmente seria consentida, já que mesmo podendo ocupar e estabelecerem-se nas terras viviam sob constante insegurança. Inicia-se nesse período a formação dos grandes latifúndios e da concentração fundiária brasileira (MARTINS, 1983). É nessa realidade que surge a figura do posseiro, simbolizando a natureza migrante da luta pela terra que pode ser definida até agora em nosso país qual um movimento constante pelo direito de ocupar um determinado espaço do território como necessidade primária do processo de reprodução social.

Dessa maneira, coube ao fazendeiro beneficiado pelas sesmarias aceitar ou não o posseiro como seu agregado na fazenda, fato que se tornava um processo vantajoso ao proprietário, pois, além de sujeitá-los ao pagamento de

diversos tributos, ainda poderiam assegurar outras posses em nome do fazendeiro legitimando-a com o próprio trabalho. Assim, caracteriza-se no Brasil o desenvolvimento de um modelo de propriedade que, a partir do direito de posse, estabelecia uma clara distinção de classes: de um lado os favorecidos pela propriedade da terra e de outro os excluídos sociais, dependentes dos proprietários para produzir e reproduzir socialmente e, ainda assim, em benefício da classe dominante.

O fim da escravidão já anunciado trazia consigo uma incômoda pergunta aos fazendeiros: quem trabalhará agora? Posto que, uma vez livre, o escravo poderia estabelecer-se nas abundantes terras brasileiras como senhor de si e produzir. Sendo assim, tratando-lhes de assegurar mão-de-obra e a manutenção do poder, é que se efetiva a Lei de Terras nº. 601 de 1850, determinando que a propriedade da terra só poderia ser adquirida pelo pagamento em dinheiro, alterando o seu significado, antes de trabalho, agora mercadoria.

Esse processo brasileiro foi o contrário, por exemplo, da Lei de Colonização aprovada nos Estados Unidos, mais ou menos no mesmo período. Lá as terras foram abertas à livre ocupação dos colonos com a supervisão do governo, fato que garantiu “a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar” (MARTINS, 1997, p. 14). Contudo, no Brasil, gerou-se uma grande massa de expulsos e expropriados que engrossam o exército de reserva empobrecido e marginalizado que hoje constitui parte das periferias urbanas. Sobre isso, Prado Jr. (1981, p. 25), atestou: “O virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles”.

Portanto, tratando de providenciar o processo de substituição do escravo na labuta da grande lavoura sem prejuízos à sua economia, principalmente as lavouras de café e cana de açúcar, a Lei de Terras foi promulgada a fim de alterar o regime de sesmarias proibindo a abertura de novas posses senão pelo pagamento em dinheiro, fato que geraria um exército de excluídos do poder de propriedade e que obrigatoriamente permaneceria ligado ao grande latifundiário, submetidos à permanência da exploração do trabalho. Entretanto, os trabalhadores livres que aqui viviam não seriam suficientes para a demanda da grande lavoura em franca expansão, a solução então encontrada foi a abertura de correntes migratórias cujos

países tivessem excesso de população, sendo que esses migrantes laboriosos formariam, destarte, o contingente de mão-de-obra a serviço dos grandes fazendeiros, incentivados ao trabalho árduo sob a égide de uma lógica protestante com a esperança de, no futuro quiçá, acumular parte do dinheiro pago pelo seu trabalho e adquirir suas próprias terras (MEDEIROS, 1989).

Pelo exposto, percebe-se que a conseqüente exclusão social gerada pela propriedade privada da terra decorre do monopólio que uma classe obtém historicamente sobre o território, concentrando-o em função da manutenção do poder que emana da propriedade dos meios de produção do trabalho. Essa contradição envolve toda a sociedade, privada da própria reprodução do capital, pois este, se concentrado, obviamente ampliar-se-á nas mãos de seus detentores, privando de inúmeros direitos as famílias brasileiras.

1.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA E AS ARTICULAÇÕES DE PODER

As primeiras lutas camponesas que se levantaram contra as desigualdades que estariam dizimando a população rural ocorreram entre o período que compreende o final do Império e início da República. Em 1893 iniciava-se no sertão da Bahia a Guerra de Canudos que se prolongaria até 1897. O Nordeste brasileiro, no final do século XIX, apresentava uma situação muito precária: fome, seca, miséria, violência e abandono político afetavam os nordestinos. Esses fatores contribuíram para um forte movimento messiânico que iniciou uma Guerra Civil mobilizando mais de dez mil soldados oriundos de dezessete estados brasileiros, distribuídos em quatro expedições militares. Estima-se que desse confronto cerca de cinco mil pessoas, dentre crianças, adultos e velhos, tenham sido mortas e a cidade de Canudos, ou Bello-Monte, fadada ao desaparecimento (Medeiros, 1989).

Em 1912, mais uma luta camponesa endossaria a história contraditória de um Brasil que possui a maior extensão territorial da América Latina e um imenso número de pobres sem terras. Dessa vez o sertão do Paraná e Santa Catarina seria palco de um dos mais importantes movimentos sociais da nossa história, a Guerra do Contestado. Em comum com Canudos, Contestado apresentava o messianismo e a luta pela terra, sendo o monge João Maria principal mentor espiritual do movimento. A atuação de empresas norte-americanas e dos latifundiários passou a controlar a

economia local formando uma camada de trabalhadores braçais de extrema pobreza e marginalizados. O movimento foi calado, assim como em Canudos, através de violência e intervenção do Exército para reprimir os chamados subversivos (MEDEIROS, 1989).

Para os sertanejos envolvidos nas lutas sociais desse período as causas dos problemas que os atingiam eram decorrentes da implantação da República e da desordem por ela provocada no país. No entanto, como afirma Martins (1981, p. 41): “[...] as mudanças que atingiam diretamente os camponeses diziam respeito à posse da terra e essas mudanças de imediato tinham muito pouco a ver com a alteração do regime político”. As bases estruturais para esses movimentos de luta camponesa emergirem já haviam sido estabelecidas no período colonial, com o fim da escravidão e a efetivação da Lei de terras. Combatidos com violência, o governo admitia que a razão principal para o envolvimento do Exército foi a mesma de Canudos: os sertanejos do Contestado foram acusados de monarquistas, entretanto, segundo Martins (1983, p. 57): “A monarquia era simplesmente o contrário da República, com suas injustiças e violências contra o pobre do campo. Era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária”.

A situação de concentração das terras agravou-se durante o decorrer da história brasileira, a solução tomada pelos governos, na maioria dos casos, até o presente momento no Brasil para conter as lutas sociais de reivindicação por terra foi o combate violento de tais movimentos, desde repressão psicológica ao assassinato dos atuantes nesse processo que permanece a incomodar a elite do nosso país. No entanto, a violência debela apenas temporariamente o movimento de luta pela terra, pois como mostra a história, eles tendem a ressurgir revigorados pleiteando o direito que ainda lhes é negado, e assim permanecerá até que haja uma efetiva reestruturação do território brasileiro, com a distribuição das terras de exploração de volta às mãos daqueles que a fazem terra de trabalho.

Em meados de 1950 surgem as Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, apoiadas pelo PCB, dando visibilidade à luta pela terra no país que nessa época ainda era restrita aos círculos intelectuais e políticos. Embora tenham sido expressivos e recorrentes os movimentos sociais de luta ainda não se manifestavam por meio de uma reforma agrária (MEDEIROS, 1996). Os conflitos gerados por terra, até então, existiam isoladamente em cada região do país, posseiros, arrendatários, meeiros combatiam as ações dos proprietários pelo direito de permanecer nas terras

das quais estariam sendo expulsos por serem considerados proprietários ilegítimos, porém a razão para tal era basicamente econômica, segundo Medeiros (1996, p. 15): “A expansão da fronteira agrícola, a introdução de novos cultivos, a substituição da agricultura pela agropecuária eram algumas das razões que promoviam essa expulsão”.

Nesse período, a atuação do PCB contribuiu para movimentar a discussão da reforma agrária no Brasil, entretanto, fundamentada sob a ótica leninista que visava o fim do grande latifúndio – portador de relações de trabalho feudais e, segundo a vertente teórica, considerado como símbolo do atraso. A extinção do latifúndio por este viés representava o primeiro passo para o modelo de desenvolvimento que promoveria o “crescimento das forças produtivas tanto no campo como na cidade e criaria condições para uma revolução socialista” (MEDEIROS, 1996, p. 16). Francisco Julião, representante das Ligas, em 1961 no Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, contrapôs suas idéias às explanadas pelo PCB, já rompidas as ligações entre ambos, inaugurando a proposta de reforma agrária radical *na lei ou na marra*, admitindo o campesinato como efetivo desenvolvimento do povo brasileiro; tal movimento ganhou força durante os anos de 1960, mediado pelas suas ações de resistência, greves, manifestações de rua, etc (MEDEIROS, 1996).

No Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, no Norte e Sudoeste do Estado, os conflitos armados deixaram um saldo de vários mortos, destacam-se os municípios de Jaguapitã e Porecatu, enquanto conflitos fundiários que, conforme Serra (1981, p. 105):

Vão se constituir no desfecho sangrento de um emaranhado de interesses envolvendo a posse da terra no Paraná, tendo numa das pontas o posseiro; que via na terra um fator de produção e de reprodução da sua força de trabalho, e na outra ponta elementos de livre trânsito nos corredores do Estado, que viam na terra um fator de especulação e de sustentação política junto às esferas de poder dominante.

Tais conflitos foram denominados de Levante dos Posseiros, no Sudoeste, e Guerra de Porecatu, na região Norte do Estado. Abrindo espaço para que inúmeros grileiros passassem a atuar nessa região, a situação agrava-se a partir de 1945, após Moisés Lupion assumir o governo do Paraná, e as suas conseqüentes

artimanhas políticas envolvendo a propriedade da terra no Estado, apadrinhando seus companheiros políticos. Tais homens queriam suas terras limpas, ou seja, livre dos posseiros e outros intrusos, como afirma Serra (1981; 138):

Para isso existiam dois caminhos: apelar para a proteção do Estado, que deveria enviar as tropas para desalojar os antigos ocupantes, ou agir com as próprias mãos, contratando jagunços e mata-paus para o trabalho de limpeza. Não importando o caminho, a violência era certa e via de regra os posseiros passaram a ser literalmente massacrados pelos agressores, no caso de se recusarem a abandonarem a área amigavelmente.

O Governador Lupion, ainda contribuiu para o acirramento da batalha impetrada no campo ao iludir os agricultores com a promessa de áreas legalizadas na região, além de moradia e transporte. Tal compromisso não foi concretizado, acarretando em diversas dificuldades para as famílias que estavam preparadas para partirem para a área prometida (BALHANA, 1969). Revoltados com o logro do qual foram vítimas, os posseiros de Porecatu recorrem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), entusiasmados com as notícias das Ligas Camponesas no Nordeste do país, que os orienta a recorrer ao governo federal denunciando as ilegalidades cometidas pelo governador do Paraná. No entanto, essa atitude somente acirrou a violência no campo, provocando a ira dos grandes latifundiários paranaenses (SERRA, 1981).

Nesse íterim, os posseiros fundam as Ligas Camponesas no Norte do Paraná, sendo que Porecatu contava com 120 posseiros filiados, Centenário com 200, e Jaguapitã com 400 filiados às Ligas, organizadas para a defesa dos posseiros que estavam expostos à violência de jagunços e grileiros. No entanto, o envolvimento do PCB acabou por dificultar ainda mais a situação dos posseiros de Porecatu (SERRA, 1981). A luta armada era uma estratégia visada pelos comunistas para se tomar o poder, como anunciada no *Manifesto de Agosto*, documento elaborado pelo PCB. No entanto, esses interesses eram contrários aos dos posseiros do Norte do Paraná.

Em 1951, o governador Bento Munhoz da Rocha, que assumiu o lugar de Lupion, assina um decreto desapropriando as terras em conflito em Jaguapitã, Porecatu e Arapongas, e providencia o assentamento definitivo das famílias de posseiros da região. Essa decisão, ao mesmo tempo em que atendia as reivindicações dos camponeses, representava para o partido a desarticulação de um importante foco de resistência no Paraná (SERRA, 1981). O resultado foi então, o fim

do movimento dos posseiros de Porecatu, os quais acabaram por receber terras no município de Campo Mourão, longe da região onde requeriam as terras de primeira qualidade e nas quais já haviam se estabelecido, deixando-as nas mãos daqueles que ambiciosamente iniciaram suas expropriações. O município de Campo Mourão sediaria, segundo Serra (1981), 380 famílias assentadas nas colônias de Tapejara e Goio-erê, no Sudoeste do Estado do Paraná. É nesse sentido que Martins (2000), refere-se à atuação das esquerdas que, nesse período, contribuiu para dissociar a discussão terra-trabalho, juntamente com a direita unificando terra-capital.

O Sudoeste do Paraná foi palco de diversas guerrilhas por terra, ligadas às questões de limites geográficos, de apropriação jurídica da terra e mando político regional (SERRA, 1981). Através do Artigo nº 64 da Constituição de 1891, nessa região, a empresa inglesa BRAZIL RAILLWAY reincorpora as terras que lhes foram retiradas, e a partir de 1940 intensifica-se a penetração de colonos gaúchos na região. Fatores de disputas das terras entre o governo federal e estadual acabaram por intensificar a tensão estabelecida pela colonização dirigida. O governo federal retoma para a sua administração as terras que até então eram de responsabilidade do Estado, alegando que tais terras já não mais caracterizavam-se como devolutas, pois haviam sido transferidas do patrimônio público para a iniciativa privada. A multiplicidade de donos, como afirma Serra (1981): “tornava cada vez mais confusa a situação do Sudoeste paranaense”.

Dessa maneira, como mostra Martins (1999, p. 64): “Os conflitos atingiam mais do que a mera propriedade econômica da terra. Eles atingiam diretamente os mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras”. Esse período torna-se notório por disseminar, como questão social e política, a grilagem de terras, aparecendo efetivamente como questão política no contexto brasileiro com o caso do Sudoeste do Paraná (Martins, 1999). Assim, um grande número de pequenos agricultores seria envolvido nas fraudes que visavam obter retorno econômico, ao vender a mesma terra a inúmeros interessados, ao mesmo tempo em que regularizavam a posse, estabeleciam diversos proprietários para os mesmos lotes. De acordo com Martins (1999, p. 66): “A sua reação armada, em outubro de 1957, não foi contra as limitações e insuficiências das leis, mas pelo cumprimento do que julgavam um direito assegurado em lei”. O conflito encerrou-se somente com a proibição da interferência particular de colonização na região.

No Brasil, o enfraquecimento das Ligas Camponesas ocorreu, principalmente, pela desarticulação de suas lideranças, ou seja, pelo assassinato dos mentores do movimento. Contudo, o então presidente da República João Goulart (1961-1964) entendia a reforma agrária como uma questão que fazia parte da Agenda do Governo, tratando-se de um empecilho para o efetivo desenvolvimento econômico e social do país, visto a necessidade de industrialização dos meios de produção e criação de um mercado interno que absorvesse parte desta produção (MEDEIROS, 1996).

No ano de 1962, foi regulamentado o direito à sindicalização dos trabalhadores do campo, dando reconhecimento à sua especificidade e, embora frágil, o movimento sindical dos trabalhadores rurais foi um canal para a institucionalização das demandas por parte desses trabalhadores. No ano seguinte, em 1963, deu-se à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, concedendo aos trabalhadores do campo alguns dos direitos trabalhistas dos quais gozavam o proletariado industrial, como férias, registro profissional, décimo terceiro salário, etc, (MEDEIROS, 1996).

Porém, quanto a reforma agrária nada havia sido concretizado senão a instituição de um organismo estatal sob a sigla SUPRA, que seria entendida como a Superintendência da Reforma Agrária, demonstrando assim alguns indicativos de que estavam sendo estipuladas as bases de sua realização. Prestes à distribuição das terras devolutas do Estado e do grande latifúndio para os trabalhadores do campo, apressaram-se as elites latifundiárias, tal como aconteceu com a Lei de Terras, no intuito de impedir que se levasse adiante tal projeto.

A articulação do poder culminou no chamado Golpe de 1964, no qual assumiram a presidência os militares, depondo o presidente João Goulart e tomando para si a responsabilidade de definir os rumos que a sociedade deveria seguir na finalidade de crescimento econômico, não obstante, mantida a desigualdade social e, principalmente, as formas de subordinação do trabalhador. Dessa maneira, no dia 30 de novembro de 1964, oito meses após o golpe, estabelece-se o chamado Estatuto da Terra, o qual objetivava, segundo Martins (1983, p. 96): “[...] uma reforma agrária noutros moldes, mas a realidade é que tal instrumento acarretou, principalmente, em impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe”.

Dividiu-se a propriedade da terra em quatro categorias: minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por extensão e empresa rural, sendo esta última o

modelo ideal de imóvel. Quanto aos latifúndios, em caso de apresentarem tensões sociais, previa-se a desapropriação dos mesmos. No mais, caso não fossem objetos de nenhuma luta social de reivindicação por terra, eram incentivados também ao modelo ideal de produção rural. Os modelos de propriedades em questão tiveram como critério para as categorias de definição a extensão da área de terreno, sendo destinado especificamente como objeto de desapropriação a categoria de latifúndio por extensão. Objetivavam-se os parâmetros de uma agricultura modernizada e de uso racional do solo, a qual enquadrava-se na perspectiva ideal de desenvolvimento prevista pelos militares. Todavia, as ambigüidades contidas no Estatuto permanecem até os dias atuais a confundir critérios no tocante a desapropriação de terras quando diz respeito à reforma agrária.

Devido ao rearranjo político que seguiu o Golpe Militar, a reforma agrária foi posta de lado em função da modernização das bases técnicas de produção estendidas para a produção agrícola. O governo passa a subsidiar a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura em larga escala, sendo este processo denominado modernização da agricultura que, em verdade, em nada modernizou concretamente a agricultura, mas sim os instrumentos de produção por ela utilizados. Esse período caracteriza, conforme Oliveira (2001a, p. 186): "Não a transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários".

Os incentivos fiscais, créditos fartos e baratos, começaram a atrair o setor industrial e financeiro para o meio rural, fato que permitiu descartar a hipótese da reforma agrária como condição ao desenvolvimento econômico do país, ficando mais uma vez esquecidas, ou melhor, bem guardadas (a custa de fortes repressões), as lutas que marcaram a história do Brasil pelo direito à terra. Esse processo representa a intensificação das relações capitalistas na agricultura, transformando o meio rural e, conseqüentemente, toda a sociedade brasileira.

O Estatuto da Terra, portanto, favoreceu a concentração fundiária e mais que isso, "definiu a questão agrária não como questão política, mas como questão acessória do desenvolvimento econômico" (MARTINS, 1983, p. 98), estabelecendo os entraves que impossibilitam até hoje a efetivação de uma reforma agrária que represente a solução de parte dos problemas sociais do povo brasileiro.

Os projetos de colonização desse período visavam aquietar aqueles que ficaram sem terra, transferindo-os para as regiões do Brasil onde houvesse menor densidade populacional. No dizer do general Médici, presidente do país de 1970 a 1974, o objetivo era levar *os homens sem terra à terra sem homens*, visto que as comunidades indígenas residentes nas citadas regiões não eram representativas para os militares. A região escolhida para tais projetos de colonização ou processo de transferência populacional foi a da Bacia Amazônica, pois, esses migrantes também serviriam como garantia de mão de obra aos ambiciosos projetos planejados pelos militares nesse território, tais como mineração, pecuária e extração de madeira, tornando assim o Centro-Oeste e a Amazônia como representantes de uma espécie de *paraíso do latifúndio* (MEDEIROS, 1996; OLIVEIRA, 2001b).

Com a finalidade de ampliar o comércio internacional com a Europa e Japão o governo militar estimulou as exportações de soja, e em 1974 o governo fez coligações com o Japão, resultando na instauração da empresa multinacional CAMPO (Companhia de Promoção Agrícola), que teve por finalidade colonizar, ocupar e explorar cerca de 60 milhões de hectares no cerrado brasileiro e foi responsável direta pela expansão da soja no Brasil Central (OLIVEIRA, 2001b).

O período militar significou o agravamento da questão agrária brasileira ao estabelecer como objetivo o desenvolvimento da empresa rural, fato que culminou em intensiva concentração fundiária em proporções nunca antes registradas na história, agravando também as desigualdades sociais do nosso país. A intenção de equiparar a agricultura brasileira com a dos países mais avançados demandou a necessidade de modernizar as bases técnicas de produção no campo, abrindo espaço para a alteração da estrutura de produção então existente, inovando-a tecnologicamente objetivando maior produtividade e rentabilidade. A produção agrícola passou a ser considerada uma forma de expansão dos negócios do capital urbano, ávido por ampliar sua atuação, e também significou um período de fortalecimento da oligarquia rural e da concentração fundiária.

O Governo Militar subsidiou as bases para que tal transformação fosse estabelecida. A disponibilidade de um pacote tecnológico *milagroso*, advindo sob o desígnio de uma *Revolução Verde* foi responsável pela introdução maciça de insumos químicos nas lavouras, alterando não só a natureza da produção agrícola, mas o regime de trabalho antes vigorante. Através do crédito agrícola, o governo subsidiou a

aquisição de máquinas, equipamentos e dos pacotes químicos, necessários ao aumento da produtividade das lavouras.

No entanto, tais subsídios “foram destinados preferencialmente aos grandes produtores modernos [...] e às culturas exportáveis” (MARTINE, 1987, p. 09), os pequenos produtores que produziam as culturas que abasteciam o mercado interno, quando puderam acessar os subsídios, acabaram endividados e obrigados a se desfazerem de sua propriedade para quitar as dívidas do empréstimo. O êxodo rural, na década de 1970, acentuou-se significativamente devido às transformações pelas quais passava a agricultura brasileira, conforme Martine (1987, p. 59): “O descompasso sobre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziram, durante a década de 70, o maior êxodo rural já visto no Brasil. Quase 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural para ir morar nas cidades”.

O aumento da produtividade exigia também o aumento da área de terreno a ser cultivada e aquisições de novas parcelas de terra só eram possíveis aos detentores de capital, posto que o preço da terra neste período teve uma valorização de 2.000% entre 1971-1977, sendo que no período de 1966-1971 esta valorização foi de 130% (MARTINE, 1987). O modelo da empresa rural passou a vigorar expressivamente e os chamados complexos agroindustriais emergiram no campo tal como o objetivo que a própria indústria impôs: maximizar lucros e minimizar custos. Nessa perspectiva a exploração do trabalho também aumentou significativamente, como não poderia deixar de ser no âmbito das linhas gerais do desenvolvimento proposto pelos militares. Dessa maneira, o capital encontrou as bases necessárias para territorializar e monopolizar a agricultura, criando e recriando as formas de apropriar-se da renda da terra e do trabalho nela executado.

O período da ditadura militar representa para a agricultura do nosso país o aumento da concentração fundiária e a aquisição de novas tecnologias apenas por parte daqueles que possuíam capital e terra, ficando excluídos dos incentivos do governo os pequenos produtores que, cada vez mais pressionados, acabam deixando o espaço rural rumo aos centros urbanos, agravando a crise social do país e solidificando as bases da manutenção da burguesia brasileira.

1.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

No Rio Grande do Sul, no final dos anos 1950, o governador Leonel Brizola começou o processo de desapropriação de alguns latifúndios, dada a demanda de cerca de 270 mil famílias sem terra que buscavam alternativas à sua sobrevivência e reprodução social. No entanto, o golpe militar pôs fim a reforma agrária iniciada pelo governador nesse Estado, distribuindo, inclusive, parte das terras desapropriadas por Brizola para os aliados políticos do regime. Às famílias sem terra restavam, portanto, as seguintes alternativas: aceitar os projetos de colonização e migrar do Sul para a Amazônia; cruzar a fronteira em busca de terra no vizinho Paraguai; ou invadir terras indígenas. Desse modo, no ano de 1976, a reserva indígena do povo Kaingangue, em Nonoai, havia sido ocupada por 974 famílias que ali construíram suas casas e exerciam atividades agrícolas e extração de madeira. O próprio INCRA chegou a cobrar imposto sobre as terras, fato que parecia legitimar a posse na visão das famílias (BRANFORD; ROCHA, 2004).

Porém, em 1978, Kaingaugues munidos de espingardas, arcos e flechas expulsaram as famílias ali estabelecidas. Não tendo outro destino, algumas delas refugiaram-se em estábulos e cocheiras, cada uma dessas famílias com aproximadamente cinco ou seis crianças. O governo insistia em transferi-las para a Amazônia e dessas 974 famílias, 500 aceitaram a proposta, outras conseguiram receber terras no Sul, no entanto, cerca de 350 famílias ficaram sem destino certo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), formada por integrantes da igreja católica em 1975, representou importante influência na questão da luta pela terra. O despejo de Nonoai tornar-se-ia, no Sul do Brasil, o ponto crucial da luta pela terra. Estavam lançadas, portanto, as bases para a formação de um novo movimento social de luta pela terra (BRANFORD; ROCHA, 2004).

O MST procurou resgatar as memórias das experiências de outros movimentos sociais de luta pela terra, sendo considerado “como herdeiro das Ligas Camponesas, que foram a organização similar mais parecida que surgiu na década de 50 e 60” (STÉDILE, 1997, p. 103). No dia sete de setembro de 1979 essas famílias, organizadas, ocuparam a Fazenda Sarandi, dividida em duas glebas: Macali e Brilhante, iniciando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que só seria oficializado cinco anos mais tarde, em 1984, no I ENCONTRO NACIONAL

DOS SEM TERRA, ocorrido de 21 à 24 de janeiro com a participação de representantes de dezesseis Estados, no município de Cascavel no Paraná, depois de algumas ocupações que resultaram em desapropriação e distribuição das terras (STEDILE, 1997).

Nesse primeiro encontro nacional foram definidos os símbolos da luta, tal como a bandeira e seus significados, a saber: a cor vermelha representando o sangue derramado nos anos de resistência camponesa e o compromisso de continuidade da luta; o casal de camponês dentro do mapa do Brasil que representa a unidade dos trabalhadores; e o facão, símbolo do trabalho (FERNANDES, 2000). Além da bandeira, também foi modificada a palavra de ordem do Movimento, passando de: *terra para quem nela trabalha*, para: *sem reforma agrária não há democracia*, aproveitando a conjuntura política do momento. Do mesmo modo, afirmou-se: *ocupação é a única solução*. Em 1989, altera-se novamente a palavra de ordem no intuito de agregar na mesma condição de luta acampados e assentados, assim: *ocupar, resistir e produzir* passaria a ser o novo lema do movimento (FERNANDES, 2000).

A organização do MST é composta por dez instâncias, sendo as seguintes: Congresso Nacional; Encontro Nacional; Coordenação Nacional; Direção Nacional; Encontros Estaduais; Coordenações Estaduais; Direções Estaduais; Coordenações Regionais; Coordenações de Assentamentos e a formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos; nessa instância são formadas as militâncias que atuarão de maneira pontual nos espaços de sociabilização política dos grupos (FERNANDES, 2000).

Quanto às formas de organização das atividades do Movimento, estas são representadas por diversas secretarias e setores: Secretaria Nacional; Secretarias Estaduais; Setor de Frente de Massa; Setor de Formação; Setor de Educação; Sistema Cooperativista dos Assentados; Setor de Comunicação; Setor de Finanças; Setor de Projetos; Setor de Direitos Humanos; Setor de Relações Internacionais; Setor de Saúde; Coletivo de Mulheres; Coletivo de Cultura; Articulação dos Pesquisadores; e Mística (FERNANDES, 2000).

A espacialização da luta pela terra promoveu sua territorialização, ou seja, a pressão social advinda das ocupações de terra culminou na desapropriação de latifúndios e, em seu lugar, originaram-se assentamentos com diversos lotes, de modo que, no 5º Encontro Nacional do MST, as preocupações que emergiam, tal como as

dificuldades de produção e reprodução social dos assentados, seriam definidas, conforme Fernandes (2000, p. 191), como: “questões e desafios, cujas soluções estavam por ser construídas”.

Tais preocupações, norteadas pelo lema *ocupar, resistir e produzir*, permaneceram durante praticamente toda a década de 1990, na qual ocorreram diversos conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros, grileiros, empresários, e até mesmo com o Estado, como no caso das chacinhas em Rondônia e no Pará, durante o governo FHC. Nesse período o movimento desenvolveu o Setor de Educação, com pedagogia própria da luta, e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e conforme Fernandes (2000, p. 228): “Não é possível compreender o SCA apenas pela lógica econômica, principalmente porque este Sistema não foi pensando somente para desenvolver essa dimensão da organização social dos sem terra”.

Em resultado, segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2004), de 1979 a 1999 foram instalados no Brasil três mil novecentos e cinquenta e oito assentamentos rurais, com quatrocentos e setenta e cinco mil oitocentos e uma famílias, territorializando-se em vinte e dois milhões novecentos e noventa e seis mil cento e noventa e sete hectares do espaço rural brasileiro. Sem dúvida, um dos maiores feitos do MST foi o de manter presente o tema da reforma agrária nos debates acerca do desenvolvimento social brasileiro. Ressalta-se que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi importante aliada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante esses anos de territorialização da luta em defesa dos direitos humanos.

Em 2007, o Movimento apresentou outras modificações em suas diretrizes, propondo à sociedade: *A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira*, que de acordo com o Dirigente Nacional do Movimento, Neuri Rosseto, em entrevista concedida ao jornalista Osvaldo Leon, no dia dezesseis de junho de 2007, e publicada no jornal eletrônico Portal Popular, consiste na reformulação do modelo de reforma agrária até então proposto pelo MST:

Neste momento, o que mais interessa aprofundar com a nossa militância, com nossa organização, é qual é o caráter da reforma agrária nesta nova configuração do capitalismo mundial e do capitalismo brasileiro, como é que nele se insere a reforma agrária. Esta não é mais a reforma agrária de quando o MST surgiu. Naquela época, a idéia era a de uma reforma agrária em sua concepção clássica. Estava vinculada ao sistema produtivo industrial. Com a reestruturação, a globalização, o neoliberalismo de forma geral, esse

período passou. Agora vivemos um período onde a hegemonia é do capital financeiro e a agricultura se insere nesta nova modalidade - por isso, não cabe mais um modelo de reforma agrária nos termos que pleiteávamos. Precisamos estabelecer qual o novo modelo agora, pois isso também requer delinear qual é o modelo de desenvolvimento alternativo que se contrapõe ao neoliberalismo; não são coisas separadas (ROSSETO, 2007 – grifo da autora).

Com a derrota das ideologias em torno da reforma agrária no governo Lula, pretende-se a unificação dos movimentos sociais na constituição de um novo modelo de reforma agrária através da própria dialética produzida pelo desenvolvimento do capitalismo, como definiu Rosseto, em entrevista já citada:

Neste momento o maior desafio é como construir a unidade dos movimentos sociais para, a partir desta unidade, poder pensar como alterar a correlação de forças na política nacional. Melhor dizendo, a questão é confrontar o projeto ao qual Lula está dando continuidade. [...] É uma situação complicada e complexa já que, por sua tradição, no imaginário, Lula é identificado com a classe trabalhadora, e é por isso que tem muita popularidade e aceitação - inclusive dentro de nossa base social, pois há um sentimento de afinidade e afetividade, além de trazer expectativas com suas políticas assistencialistas.

Nesse sentido, encontrar caminhos para que as mudanças ocorram dentro desse desencontro, “dependem de mediações interpretativas mais sólidas, de cunho teórico e não de cunho ideológico” (MARTINS, 2000, p. 28). Tal desencontro é definido por Martins (2000, p. 28), da seguinte maneira:

No compreensível esforço de trazer as lutas camponesas para a sua concepção de mundo moderno, essas agências de mediação reduzem a utopia camponesa (e seus ricos elementos conservadores de referência, ricos justamente porque são fecunda referência crítica à alienação na sociedade moderna) a uma ideologia mais partidária do que política. Mutilam, portanto, o que há de propriamente histórico e criativo na *utopia de superação*, supondo que a História só é possível na perspectiva de uma *ideologia de contestação* (grifos do autor).

Ainda segundo Martins (2000, p. 27), o desenvolvimento de uma consciência social fundamentada e adequada das causas e problemas e das possibilidades de sua superação, proposto nos órgãos de mediação das lutas

populares como o MST e a CPT, mostrou-se insuficiente devido a *perda da batalha do conhecimento*, resultante da concepção do fundamentalismo popular:

O fundamentalismo se faz presente nessa tentativa e nesse modo de compreender e resolver a falta de domínio consciente e pleno dos significados, funções, contradições e conseqüências dos próprios atos. O fundamentalismo dispensa e mesmo suprime essa característica das ações sociais e políticas e reduz toda a sociabilidade àquilo que pode ser compreendido nos limites estritos do senso comum relativo às carências populares. Ele diz respeito a *uma consciência imediata do que materialmente falta* [segundo a interpretação ideológica do momento] e *não uma consciência mediada do que historicamente é necessário* [que inclui, portanto, o que é necessário à emancipação do homem de suas carências, de suas privações históricas] (grifos do autor).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra, enquanto órgãos de mediação da lutas populares, parecem admitir que suas ideologias e referenciais teóricos foram insuficientes para abarcar a realidade dos pobres do campo e da conjuntura político-econômica do momento. No entanto, propõem-se às discussões e reformulações de suas perspectivas de transformação social, através do projeto que chamam de *reforma agrária popular*, repensando a visão quantitativa que limita a reforma agrária à redistribuição de terras e permite a preservação da forma arcaica de direito fundiário e dos mecanismos da renda da terra, mantendo a concentração fundiária e gerando *clientes da reforma agrária*, ou seja, “mantida a lógica do regime fundiário, continuam operando simultaneamente às desapropriações e à reforma os mecanismos de reconcentração da propriedade” (MARTINS, 2000, p. 23). Nesse contexto, o debate acadêmico representa o movimento das possibilidades de transformação social, contudo, se entendido além da concepção econômica que norteia o termo desenvolvimento.

2 SOFISMAS E CONTRADIÇÕES: AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A partir da década de 1960 a situação da concentração de terras no Brasil transformava-se num debate que, pela primeira vez na história do país estabeleceu a questão agrária como uma questão política. Entre os principais fatores, está a organização dos trabalhadores do campo nas Ligas Camponesas que inauguraram a discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. No ano de 1961, em proposta apresentada pelas principais organizações camponesas da época³, o objetivo da Reforma era, segundo Stédile (2005, p. 185):

[...] superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização da reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrária e as relações sociais imperantes no campo.

Em 1963, Leonel Brizola e outros deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, apresentaram ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 120, que dispunha sobre a Reforma Agrária e sobre as condições de sua realização durante a sessão plenária de 13 de abril de 1963. A pressão política pela reforma neste período tornava sólida a esfumaçada nuvem de esperança em torno de sua realização, ocasionando que, num emocionante discurso no dia 13 de março de 1964, o Presidente da República João Goulart anunciasse na Central do Brasil (STÉDILE, 2005):

³ Ligas Camponesas, Ultabs e Master/RS. Primeira Proposta De Reforma Agrária Unitária Dos Movimentos Camponeses Do Brasil – Belo Horizonte – 1961. IN: STÉDILE, J.P. (Org.). “A questão Agrária no Brasil – Programas de Reforma Agrária: 1946-2003”. Vol. 3. 2º Edição, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

Por meio do Decreto n.º 53.700 de 13 de março de 1964, iniciou-se, um breve processo de Reforma Agrária, pois no dia 1º de abril de 1964, menos de um mês após o pronunciamento de João Goulart anunciando a reforma – um dos motivos de sua deposição, o Golpe Militar fechou as instituições democráticas no Brasil. Sucedendo o governo de João Goulart, o governo Castelo Branco e seu Ministro do Planejamento, Roberto Campos, implantaram o Estatuto da Terra, através da Lei n.º. 4.504 de 30 de novembro de 1964, buscando contornar a situação agrária do país, e como afirma Oliveira, (2001b, p.199/200):

Roberto Campos informou previamente os deputados que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o I Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra, elaborado pelos militares.

Portanto prevaleceu – e ainda prevalece – a conjuntura político-econômica das classes dominantes representadas pelos latifundiários, empresários capitalistas, madeireiros e grileiros de terras, em detrimento das famílias trabalhadoras do campo. Seguiu-se o curso histórico da manutenção dos latifúndios, da territorialização do capital, da especulação de terras e da continua expansão da apropriação privada de terras públicas pelo capital. E, conseqüentemente, agravou-se o êxodo rural, a pauperização das famílias trabalhadoras do campo, o endividamento dos pequenos agricultores, o aumento do desemprego urbano e da exploração do trabalho. Manteve-se o país das desigualdades sociais, políticas e econômicas.

No governo da Nova República, de Tancredo Neves, foi delegado a Nelson Ribeiro, ligado à igreja católica, o cargo de primeiro Ministro da Reforma Agrária do Brasil. Isso em decorrência da visita feita por Tancredo Neves ao Vaticano, pois o único pedido feito pelo Papa ao presidente foi para que realizasse a Reforma Agrária no país, e então, mais uma vez anunciava-se a realização da mudança na

estrutura fundiária brasileira. Tancredo Neves faleceu antes de sua posse, assim seu vice José Sarney ficou incumbido de colocar em prática o I PNRA, que foi elaborado e anunciado, porém das metas contidas no Plano pouco chegou a se cumprir, como nos elucida Oliveira (2001b, p. 200):

No final do governo Sarney, os resultados do I PNRA foram os seguintes: apenas 8% das terras previstas foram desapropriadas, e 10% das famílias assentadas. Assim, o sonho de 1,4 milhões de famílias assentadas, que havia sido anunciado em 1985, ficou reduzido a pouco mais de 140 mil.

No entanto, algumas dezenas de empresários, políticos e fazendeiros foram beneficiados com indenizações milionárias nas desapropriações de suas terras. O então ministro da reforma agrária do governo Sarney, Jader Barbalho, esteve profundamente envolvido com as fraudes. Além de desarticular a organização montada para a implantação do Plano, extinguindo o INCRA e instituindo o Instituto de Terras - INTER e o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento - MIRAD e, logo depois, recriando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, contribuiu também para impedir que milhões de famílias pudessem ter acesso à terra (OLIVEIRA, 2001b). Em 2001, o escândalo do livro de registro de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), foi anunciado no jornal Correio Braziliense, de 30 de setembro, da seguinte maneira:

Na semana em que provavelmente se verá obrigado a renunciar, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) terá de começar a responder por mais um escândalo. Um livro de registros de Títulos da Dívida Agrária (TDAs), com mais de 300 páginas, revela que Jader, como ministro da Reforma Agrária — e também o senador Íris Rezende (PMDB-GO) e o ex-deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG), que ocuparam o mesmo cargo no governo José Sarney — ajudou a lesar os cofres públicos em R\$ 1,5 bilhão — apenas no período compreendido entre 1987 e 1989 — e impediu que pelo menos 150 mil famílias tivessem acesso a terra.

Ainda conforme a mesma publicação, algumas desapropriações geraram indenizações milionárias beneficiando grandes proprietários de terras, além das fraudes ocorridas em função das desapropriações fundiárias, das quais muitas não se aproveitavam de maneira produtiva para fins de reforma agrária. Iniciou-se no campo a reação por parte dos latifundiários com a União Democrática Ruralista – UDR, liderada por Ronaldo Caiado, aumentando brutalmente a violência contra os

trabalhadores rurais visando frear a implantação do Plano e a ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Em relação a uma efetiva mudança na estrutura fundiária brasileira pode-se afirmar que não houve senão sofismas e contradições que visaram a manutenção das elites agrárias e manifestaram o poder político-econômico dessa classe. De 1964 a 1984, entre projetos de colonização e assentamentos, foram assentadas 162 mil famílias, fato que representa o desinteresse político pela reforma agrária em nosso país, tal como esclarece Oliveira, (2001b).

2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A DERROTA DA REFORMA AGRÁRIA

Em relação às possibilidades de efetuar-se uma verdadeira mudança na estrutura fundiária no Brasil em termos de uma Constituição Federal a que mais aproximou-se desse objetivo foi instituída no ano de 1969, pelo governo militar. Antes de 1964, a Constituição vigente no país impossibilitava a realização de uma Reforma Agrária ao estipular o pagamento prévio em dinheiro pelas áreas a serem desapropriadas.

No período do governo militar, a Constituição em vigência eliminou o prévio pagamento em dinheiro e também regulamentou o preço a ser pago pelas terras desapropriadas com base no tributo territorial declarado pelo proprietário. Desta maneira, como afirma Gomes da Silva (2002, p. 174): “O Executivo estava perfeitamente equipado para desencadear uma autêntica mudança na estrutura fundiária brasileira. Desgraçadamente não o fez”. Não o fez porque, conforme visto anteriormente, tal como no Estatuto da Terra, o objetivo nunca foi a realização de uma Reforma Agrária e sim protelar esperanças em torno de sua possibilidade, e então, retardar a pressão do movimento social de luta pela terra.

No período da redemocratização do país a Constituição da Nova República não progrediu – ao contrário – regrediu duplamente, pois restabeleceu o prévio pagamento das áreas a serem desapropriadas, além de omitir-se nos critérios que definiriam o preço justo a ser pago por elas. No caso, foram beneficiados os políticos, empresários e fazendeiros aos quais o ministro Jader Barbalho outorgou

valiosas indenizações por suas terras, e que pouco contribuíram para melhorar a situação dos trabalhadores do campo.

Conforme nos elucidou Gomes da Silva (2002), a Constituição de 1988, além dos recuos citados, apresentou outras fragilidades, tais como rebaixar de 100 para 50 hectares o limite do instituto de usucapião e manter praticamente inalterado o limite de concessão de terras públicas: de 3 mil para 2.500 hectares. Imputando, inclusive, a deformação semântica ao estabelecer a expressão *propriedade improdutiva*. Segundo o mesmo autor (2002, p. 175), tal expressão esconde “uma armadilha legal e uma prática latifundista”. Ou seja:

Na prática, a vigorar o princípio de que ‘propriedades produtivas’ não podem ser desapropriadas restarão apenas, para essa finalidade, as propriedades improdutivas cujas terras estão ociosas ou não tem capacidade de produzir.

Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) utilizem as expressões terras produtivas não utilizadas e área aproveitável não explorada, respectivamente, as dubiedades, inclusive etimológicas, parecem prevalecer no tocante às desapropriações para fins de reforma agrária. Este fato pode ser percebido em assentamentos rurais espalhados pelo Brasil, onde a própria prática da agricultura é dificultada pela topografia do terreno e qualidade do solo. De acordo com Gomes da Silva (2000, p. 175): “[...] se, eventualmente, os tribunais se fixarem no conceito de fertilidade (mais preciso), ficarão para a Reforma Agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras”.

Alguns avanços entremeiam-se aos inúmeros recuos citados. A Constituição de 1988 foi a primeira constituição brasileira que dedicou um capítulo exclusivo para o tema reforma agrária, além de incluir a função social da terra em seu texto. Instituiu também a Perda Sumária no caso das propriedades que cultivam plantas psicotrópicas, reavaliou os incentivos fiscais, demarcou as terras públicas e obrigou a revisão dos títulos de terras públicas concedidas no ano anterior, em 1987, com área superior à 3 mil hectares (GOMES DA SILVA, 2002). Porém, tais avanços pouco recaíram positivamente sobre a questão agrária brasileira, tampouco contribuíram para a realização de uma reforma na estrutura fundiária do país. Pode-se

dizer, inclusive, que as propostas de reforma agrária na Constituição de 1988 foram, mais uma vez, derrotadas.

2.3 A CONTRA-REFORMA DO GOVERNO FHC

Até o momento, o que se tem observado em relação às políticas de reforma agrária dos governos brasileiros nos últimos cinquenta anos é a tendência sempre muito “favorável aos interesses da classe dominante [...] com respaldo político dos capitais industrial, bancário e comercial” (CARVALHO, 2005, s/p.). A principal estratégia desta conjuntura é tentar desqualificar politicamente a necessidade de uma reforma agrária no país. Tal estratégia vem sendo disseminada através da, cada vez mais aprofundada, política neoliberal do Banco Mundial que vai de encontro aos interesses das classes dominantes.

Essa política, reforçada desde a ditadura militar até os dias atuais, acentuou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso por meio de estratégias políticas contraditórias e, principalmente, pela coação violenta das reivindicações feitas pelos movimentos sociais de luta pela terra. No programa de governo do PSDB, em 1994, a necessidade de desconcentração fundiária e o apoio à agricultura familiar eram reconhecidos, porém não associado à mudança na estrutura fundiária através da reforma agrária, tampouco à democratização do poder político. As propostas de mudança do modelo de desenvolvimento econômico do país, diretamente impulsionado pelo desejo de ampliação e fortalecimento do mercado interno e redistribuição de renda, não eram significativas ao governo.

Como afirma Pereira (2005, p. 94): “não por acaso a política de reforma agrária vinculava-se, de início, ao programa Comunidade Solidária de caráter notoriamente assistencialista”. Ou seja, pretendia, de fato, tratar secundariamente a questão da pobreza no campo através de políticas compensatórias, e assim manter a estrutura fundiária desigual e atrasada, legado das desigualdades sociais brasileiras. Nesse sentido, cabe ressaltar aqui as palavras do Presidente João Goulart em discurso proferido no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, dias antes do Golpe Militar (STÉDILE, 2005): “A reforma agrária só prejudica a uma minoria de

insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida”.

Dentre as estratégias aplicadas no governo FHC em relação à Reforma Agrária estava a recriação, no ano de 1996, do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), tendo sido Raul Jungmann designado para ocupar o cargo. Tal ação resultou como assinala Pereira (2005, p.94), de um conjunto de pressões e acontecimentos desencadeados no biênio 1996-1997, tais como:

- O assassinato de 28 trabalhadores rurais pela polícia militar (Corumbiara/RO, em agosto de 1995 e Eldorado do Carajás/PA em abril de 1996);
- Em resposta, o aumento em praticamente todo o país das ocupações de terra organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem terra – MST e outros movimentos sociais de luta pela terra;
- A tensão social crescente no Pontal do Paranapanema, local de prática histórica de grilagem de terras;
- A *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça* organizada pelo MST e que chegou a Brasília em abril de 1997;
- A realização de protestos em outros países a favor do MST e contra a violência praticada aos trabalhadores do campo.

Portanto, a recriação do ministério visava principalmente atenuar as conseqüências sociais provocadas pela política autoritária e liberal do governo FHC, demonstrando também uma política agrária secundária e extemporânea, como afirma Pereira (2005, p. 94). Pois, nunca se conseguiu no Brasil enfraquecer o propósito estratégico das classes dominantes, ou seja, “a apropriação do espaço geográfico rural e sua transformação em território do capital e dos especuladores de terra” (CARVALHO, 2005, s/p.). Por outro lado, nunca se acomodou, ao contrário têm se fortalecido, a pressão social da luta pela terra no movimento dialético da história.

Tal fato pode ficar evidente no gráfico 1 que mostra o número de ocupações de terra a partir do ano de 1987, acentuadamente crescente durante o governo FHC. Cabe ressaltar que, como afirma Fernandes (1996, p. 238):

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o movimento traz a público a situação ao ocupar uma propriedade – um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização.

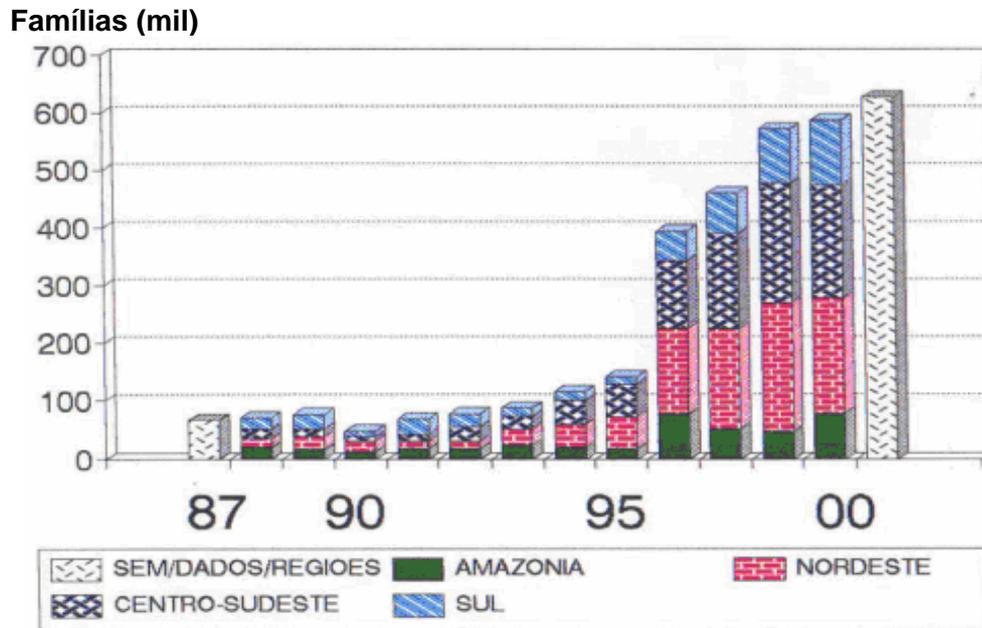
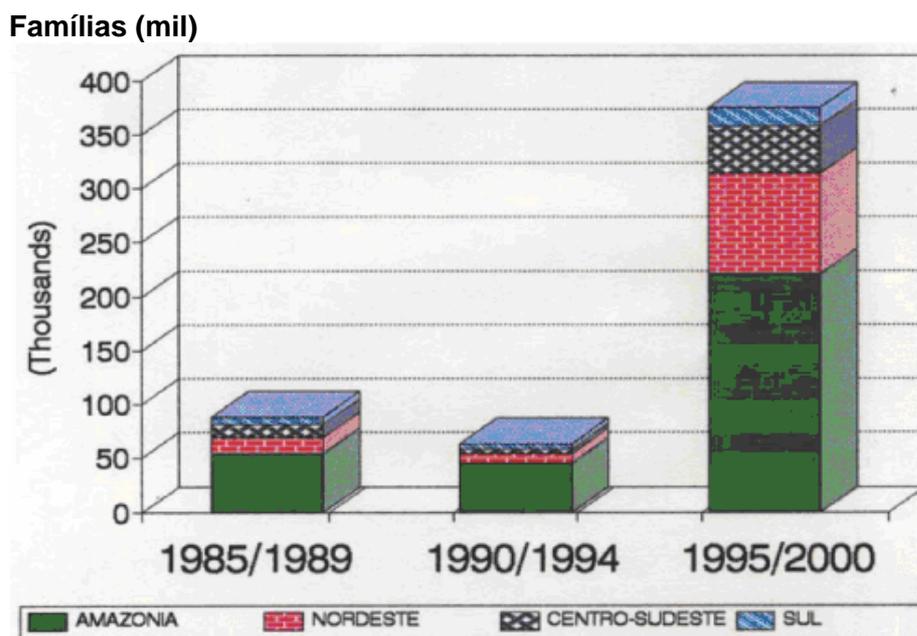


Gráfico 1 – Ocupações de Terras 1987-2000

Fonte: CPT – Org. OLIVEIRA, A.U. (2001b).

O aumento das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os números de assentamentos rurais, e de acordo com Oliveira (2001b, p. 201): “tal fato mostra que a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social”. No entanto, através de diferenciadas estratégias, o que realmente pretendeu-se – mais uma vez – foi protelar as reivindicações dos trabalhadores rurais e retardar uma efetiva reforma na estrutura fundiária brasileira. Esse fato torna-se claro ao comparar-se gráfico 1, referente às ocupações de terra, ao gráfico 2, que diz respeito a implantação dos assentamentos rurais.



Fonte: CPT – Org. OLIVEIRA, A.U. (2001b).

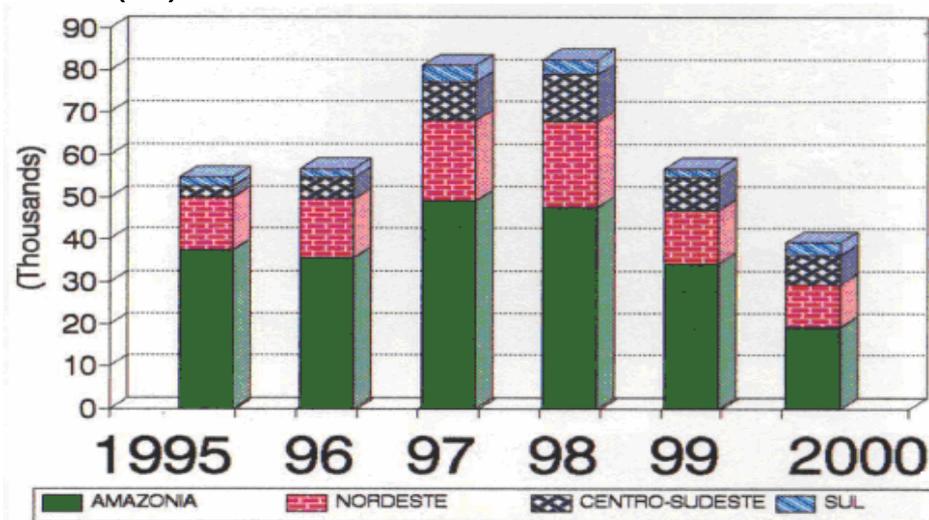
Gráfico 2 – Assentamentos Rurais 1985-2000 – Número de Famílias

Das 373.210⁴ famílias assentadas, contabilizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, 223.368 famílias foram assentadas na região amazônica, ou seja, quase 60% do total. Porém, no gráfico 1 as ocupações de terra naquela região não passam de 10%, conforme Oliveira (2001b, p. 201): “Enquanto isso, a maior parte dos acampados nas regiões tradicionais continua aguardando a reforma agrária chegar”.

O gráfico 3 torna evidente que a política agrária de assentamentos rurais no governo de Fernando Henrique Cardoso, objetivou, principalmente, remediar a situação de violência a que foram submetidos os trabalhadores do campo pelas próprias forças policiais do Estado brasileiro, a partir de 1995, ou seja, a partir do episódio de Corumbiara/RO, o número de assentamentos rurais torna-se crescente. Porém, a partir do segundo mandato do presidente, a tendência de implantação dos assentamentos rurais apresenta forte declínio.

⁴ Nesses números, além dos assentamentos de reforma agrária, também são contabilizados regularizações fundiárias, os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural.

Famílias (mil)



Fonte: CPT – Org. OLIVEIRA, A.U. (2001b).

Gráfico 3 – Assentamentos rurais 1995-2000 – número de famílias

No período que compreende o primeiro mandato FHC, de 1995 a 1998, a política adotada em relação à Reforma Agrária visava principalmente atenuar atos de violência cometidos contra os trabalhadores do campo e desqualificar a ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, que se projetou nacionalmente a partir dos anos 90 e demonstrou seu poder de mobilização. Conivente com tal objetivo estava a mídia a propagar os feitos políticos de FHC em relação à implantação dos assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que procuravam criminalizar os atos de ocupação das terras improdutivas. Além da recriação do MEPF, como afirma Marques (2004, p. 46), outros projetos de lei foram aprovados no Congresso⁵ visando a aceleração dos processos de desapropriação e uma “certa moralização da atividade da justiça nos conflitos agrários”, porém, tais medidas não passaram de pura demagogia política:

Para obter melhores índices de desempenho nesta área, o Estado priorizou o cumprimento de metas quantitativas, gerando situações caóticas como a existência de ‘assentamentos’ onde as famílias aguardavam a demarcação dos lotes acampadas na terra desapropriada durante anos. Para efeitos de contabilidade, essas famílias eram consideradas devidamente assentadas pelo governo.

⁵ Tais como a participação do Ministério Público nas etapas do processo de reforma, e o projeto de lei do Rito Sumário.

No que se refere à inserção no sistema produtivo, uma das conquistas dos trabalhadores rurais foi a ampliação do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, em vigência desde 1986. Porém, dois anos após, o programa foi extinto. O mesmo ocorreu com o Projeto LUMIAR, programa de assistência técnica direcionado para áreas de assentamentos rurais, também extinto em 1999.

A partir do segundo mandato de FHC, o direcionamento da política de reforma agrária modifica-se, diminuem as desapropriações e é lançado o programa *Novo Mundo Rural*, visando, principalmente, a integração dos pequenos produtores, assentados ou não, ao mercado do agronegócio, permitindo assim a monopolização do capital no processo de produção da agricultura. Substitui-se o PROCERA, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com recursos financeiros inferiores e tempo limitado para os financiamentos. Descentraliza-se o poder de reforma, transferindo-o para outras esferas de governo responsabilizando-os com os ônus financeiros e políticos das desapropriações. E por fim, a criação do Programa Banco da Terra, de orientação claramente liberal, reafirmando o direito da propriedade privada e delegando ao segundo plano a função social da terra (Marques, 2004).

2.4 BANCO DA TERRA: A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

Os programas que chamam de Modelo de Reforma Agrária de Mercado – MRAM, no Brasil, foram concebidos pelo Banco Mundial – BM, como uma política estatal que combina, segundo Pereira (2005), transação patrimonial privada e política distributiva. Torna-se, portanto, um caso típico de operação mercantil já que os proprietários são pagos em dinheiro a preço de mercado, configurando: “uma relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado” (PEREIRA, 2005, p. 93).

Esse modelo foi direcionado aos países que apresentam graves conflitos sociais no campo, como África do Sul, Malawi, Zimbábue, Indonésia, Tailândia, Índia, Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Colômbia e Brasil (RAMOS FILHO, 2005). A deficiente capacidade de regulação do Estado sobre o

território nesses países permite sua apropriação pelo capital privado, dificultando o processo de reforma agrária que consiste na desapropriação de propriedades não cumpridoras da função social da terra; deste modo, através do MRAM liberaliza-se e dinamiza-se o mercado de terras.

Ao contrário do que pretende o Banco Mundial, o modelo não se configura como reforma agrária, pois essa consiste em ação pública que vise a redistribuição de terras monopolizadas por uma classe de grandes proprietários ao campesinato pobre, democratizando a estrutura fundiária da sociedade, transformando assim as relações de poder econômico e político que delinham a concentração fundiária. De acordo com Ramos Filho (2005: s/p):

A propositura de uma solução sem conflitos (ou seja, não coercitiva para os proprietários), desconsidera o caráter histórico da concentração fundiária no país e a legitimidade da organização dos movimentos sociais representativos das trabalhadoras e trabalhadores do campo brasileiro.

Sucedâneo de inúmeros projetos de combate à pobreza rural financiados pelo Banco Mundial no Nordeste brasileiro desde 1975, o primeiro projeto nesta orientação denominou-se Reforma Agrária Solidária, uma experiência iniciada no Ceará em 1997, com o objetivo de financiar 40 mil hectares a 800 famílias, originando a partir daí o Projeto Cédula da Terra – PCT, que abrangia inicialmente os estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia e norte de Minas Gerais (PEREIRA, 2005).

No entanto, mais do que aliviar a pobreza rural, diminuir a pressão advinda da espacialização da luta pela terra, ou seja, das ocupações, e impedir a ascensão dos movimentos sociais eram os objetivos do governo federal e do Banco Mundial, através da introdução de mecanismos de mercado que fossem capazes de representar a adesão de agricultores sem terra ao programa, priorizando o MRAM e secundarizando a desapropriação.

Em 1998, instituiu-se o Banco da Terra no Brasil, baseado na experiência do Projeto Cédula da Terra – PCT, territorializando o mecanismo de mercado como forma de obtenção de terra, objetivando forjar uma alternativa ao modelo tradicional de reforma agrária, esvaziando o sentido político dos movimentos sociais. Em 1999, substituiu-se o Banco da Terra pelo Programa Nacional de Crédito

Fundiário – PNCF, fortalecendo a implantação de assentamentos instituídos pelo MRAM, tal como no quadro 1; esta política já territorializou-se por vinte estados brasileiros.

Ocorre que os beneficiários desse programa acabam adquirindo pesadas dívidas pela terra superavaliada, o que contribui para que este tipo de reforma agrária configure-se mais benéfica aos grandes latifundiários que aos agricultores pobres do campo, reafirmando a lógica rentista do sistema econômico que prevalece no país. Além disso, como as terras passam a ser alienáveis, se o agricultor não conseguir pagar o empréstimo corre o risco de perder a terra, fato que contribui não para o alívio da pobreza, como sugerem os idealizadores do projeto, mas para o endividamento e pauperização do pequeno agricultor.

A atual política do PNCF constitui-se em três projetos que visam a inserção de diversos segmentos dos trabalhadores rurais, tais como: Combate à Pobreza Rural – CPR, que objetiva a formação de associações de agricultores para o financiamento da terra, voltado para a região Nordeste, Consolidação da Agricultura Familiar – CAF, o financiamento nesse caso ocorre individualmente e está voltado para a região Sul do país, e Nossa Primeira Terra – NPT, voltado para jovens agricultores na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade.

Dessa maneira, o Governo Federal e o Banco Mundial pretendem viabilizar o modelo para uma parcela cada vez maior de agricultores que aderirem ao projeto, dando continuidade à lógica rentista do sistema econômico brasileiro e onerando-os às formas de subordinação e exploração do trabalho. Favorecendo os grandes latifundiários e empresários, que se beneficiam tanto com a venda de terras de baixa qualidade a preços superavaliados, quanto com os liames que permitem a apropriação do trabalho do pequeno produtor pela indústria.

Segundo Ramos Filho (2005), no governo FHC a ampliação do número de famílias envolvidas com o MRAM em relação às famílias em reforma agrária foi bastante significativa. Em 2000, das famílias contabilizadas em projetos de reforma agrária, 27,95% estavam envolvidas com os financiamentos. Em 2001 representavam 28,28%, passando para 40,45% em 2002.

No governo Lula houve uma redução do número de famílias envolvidas com projetos de reforma agrária de mercado, porém, isso não significa dizer que esse modelo neoliberal de reforma agrária tenha sido abandonado. Em 2003, das famílias envolvidas em projetos de reforma agrária, 15,52% estavam ligadas ao Programa

Nacional de Crédito Fundiário, e em 2004 atingiam o patamar de 28,49%, representando a permanência de tal política.

2.5 CONTINUIDADES DO GOVERNO FHC: A REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA

Em dezembro de 2003, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), no governo Lula, com a meta de assentar 400 mil famílias até o final de 2006. No entanto, segundo Marques (2004), o número de famílias beneficiadas neste período corresponde à apenas 15% dessa meta, aproximadamente 60.000 famílias assentadas. O MDA/INCRA, por sua vez, anunciou que a meta havia sido cumprida com sucesso, afirmando em nota oficial que somente no ano de 2005 haviam sido assentadas mais de 115 mil famílias. Em contraposição, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST⁶, questionava como poderiam ser estes números considerados como verdadeiros quando 200 mil famílias ainda permaneciam acampadas nas beiras de estradas por todo o país. Considerando que:

[...] o que o Ministro comemora hoje é uma política que não desconcentra a propriedade da terra e não distribui renda, premiando o latifúndio e que assemelha-se mais aos projetos de colonização da Amazônia do regime Militar, do que qualquer coisa que pudesse ser chamada de Reforma Agrária (*apud* OLIVEIRA, 2006, s/p).

Desta maneira, dando continuidade aos sofismas propagados pelo governo anterior, somaram-se entre os números de assentamentos rurais os projetos de colonização, regularização de posse e assentamentos antigos, implantados em governos anteriores. Segundo Oliveira (2006), foram somados os números das diferentes metas contidas no Plano como se todas fossem parte da meta 1, referente às novas famílias assentadas. Tais metas são as observadas no quadro 1:

⁶ Nota à imprensa e à sociedade, de 22 de dezembro de 2005. IN: OLIVEIRA, A. U. “A ‘não reforma agrária no governo Lula”, 2006.

Nº.	METAS
1º	400.000 NOVAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.
2º	500.000 FAMÍLIAS COM POSSES REGULARIZADAS.
3º	150.000 FAMÍLIAS BENEFÍCIADAS PELO CRÉDITO FUNDIÁRIO
4º	RECUPERAR A CAPACIDADE PRODUTIVA E A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS ATUAIS ASSENTAMENTOS.
5º	CRIAR 2.075.000 NOVOS POSTOS DE TRABALHO NO SETOR REFORMADO.
6º	IMPLEMENTAR O CADASTRAMENTO GEORREFERENCIADO DO TERRITÓRIO NACIONAL E REGULARIZAÇÃO DE 2,2 MILHÕES DE IMÓVEIS RURAIS.
7º	RECONHECER, DEMARCAR E TITULAR ÁREAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.
8º	GARANTIR O REASSENTAMENTO DE OCUPANTES NÃO ÍNDIOS DE ÁREA INDÍGENAS.
9º	PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO NA REFORMA AGRÁRIA.
10º	GARANTIR ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CAPACITAÇÃO, CRÉDITO E POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO A TODAS AS FAMÍLIAS DAS ÁREAS REFORMADAS.
11º	UNIVERSALIZAR O DIREITO A EDUCAÇÃO, À CULTURA E À SEGURIDADE SOCIAL NAS ÁREAS REFORMADAS.

Quadro 1 – Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária – 2003.

Fonte: Oliveira, AU (2006). Organizado pela autora.

O autor ainda destaca que no número anunciado pelo MDA/INCRA em relação aos assentamentos implantados no ano de 2005 estão incluídos, inclusive, o reconhecimento de famílias assentadas no ano de 1942 no governo de Getúlio

Vargas, no Estado do Maranhão, além de incluírem nos números da meta 1 do II PNRA o número de famílias em áreas de assentamentos agroextrativistas. Caso típico de regularização fundiária.

Ao protelar o cumprimento das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra através dos números estatísticos, a política de reforma agrária do governo Lula dá continuidade a política de colonização, assentando famílias na região Norte do país, onde 45.504 famílias foram assentadas em terras públicas, segundo Oliveira (2006), que ainda completa: “Como se vê, o governo FHC fez escola até para muitos daqueles que se dizem petistas no governo Lula”. Desse modo, seguindo o pensamento de Oliveira (2006, s/p):

Quanto aos assentamentos novos relativos à Meta 1 do II PNRA, verificou-se que 8,18% deles ficou na região Norte; 17,30% no Nordeste, com destaque para os estados do Maranhão e Piauí com mais de 11 mil famílias assentadas; 7,46% com o Centro-Oeste, perfazendo as três regiões um total de 92% dos Assentamentos da Meta 1 realizados. Para as regiões sudeste e Sul ficaram os percentuais ínfimos de 2,26% e 0,49% respectivamente. Como se vê pela distribuição territorial, nada de se fazer reforma agrária onde domina o agronegócio.

O MDA/INCRA continua com as manobras estatísticas visando o embuste dos trabalhadores rurais sem terra. Continuidade, diga-se, das políticas instituídas desde o governo militar até o presente momento, fazendo do tema reforma agrária um sofisma permanente em nosso país. O problema da grilagem de terras também permanece. Oliveira (2006) afirma que o Estado do Pará é a *bola da vez* da grilagem, sob o respaldo de funcionários do INCRA, fazendo alusão ao episódio da Operação Faroeste da Polícia Federal no final de 2004, o qual culminou na prisão de nove funcionários deste órgão.

Em 2007, iniciou-se o segundo mandato do presidente Lula reeleito, anunciando diversas reformas, porém, quanto à reforma agrária ainda não se tocou no assunto. O governo prevê crescimento econômico, mas não considera a reforma agrária como condição para que isso aconteça, preferindo seguir uma linha teórica contraditória ao partido. Ainda permanece, portanto, a crescente instabilidade da produção dos assentados e pequenos produtores em geral frente ao aprofundamento da lógica de mercado, priorizando a agricultura moderna e altamente capitalizada. Permanece a precariedade das infra-estruturas produtivas e sociais nas áreas de

assentamentos, conseqüente descaso político com a classe, a marginalização e violência contra os trabalhadores rurais sem terra.

3 O NORTE PARANAENSE: OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E LUTA PELA TERRA

O início do processo de colonização do Norte paranaense retrocede aos tempos imperiais, e tem como delimitação geográfica o território compreendido entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema. A caracterização da ocupação da porção Norte do Estado do Paraná, em termos geográficos e históricos, assume três fases; sendo denominadas Norte Velho, ou mais usualmente Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, diferenciando-se do restante do território paranaense na forma de colonização, bem como na atividade econômica, marcadamente caracterizada pela monocultura cafeeira.

A ocupação e colonização do Norte Pioneiro, segundo Wachowicz (1987, p. 06), iniciou-se antes mesmo do surgimento da Província do Paraná, em 1953, por dois motivos distintos:

- A – pelo caminho terrestre – fluvial do Tibagi-Paranapanema, por iniciativa do Barão de Antonina, com a finalidade de ligar o litoral atlântico com a Província do Mato Grosso;
- B - pelo leste, por iniciativa dos tropeiros e latifundiários mineiros, que começaram a possuir terrenos na região.

Da iniciativa de João da Silva Machado, o *papa terras* e precursor dos grileiros; Barão de Antonina, surgiram os municípios de Jataí e São Jerônimo da Serra. Enquanto que da iniciativa dos mineiros destacam-se o surgimento dos municípios de São José do Cristalino, São José da Boa Vista, Colônia Mineira (Siqueira César), Tomasina, entre outros.

Tais mineiros eram representantes de famílias patriarcais e escravocratas, profundos conhecedores dos problemas fundiários do país. No Paraná organizaram grandes latifúndios, sendo detentores de capitais e orientadores das políticas locais (WACHOWICZ, 1987).

Entre o final do século XIX e início do século XX, configurava-se no Brasil, o interesse dos capitais ingleses pelos negócios de terras. O governo brasileiro havia delegado grande parte dos serviços públicos aos ingleses, pois “um país sem

recurso para investimentos, teve que lançar mão do seu patrimônio de terras, para a implantação de tais serviços” (WESTPHALEN, 1988, p. 12).

Nessa conjuntura, no Paraná foram concedidas imensas glebas para a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em troca da construção da estrada que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu. A ocupação desses espaços praticamente vazios seria facilitada por tal concessão, dentre outras que visavam a colonização do espaço paranaense. No Norte do Estado, as primeiras concessões realizadas na vigência da Lei de 1916, seriam feitas à margem esquerda do Tibagi, para a CORAIN e CIA e Leopoldo de Paula Vieira (WESTPHALEN, 1988).

Entre as décadas de 1930 e 1950, essa região configurou-se em pólo de atração de migrantes brasileiros, e devido ao seu crescimento econômico, a denominavam como *Terra da Promissão*, *El Dorado*, ou ainda como o *Paraíso da Terra Roxa*. A qualidade das terras do Norte do Estado iniciou o chamado *negócio de terras* que, como afirma Westphalen (1988, p. 14), “[...] pela movimentação fundiária favoreciam a ascensão econômica do Paraná moderno, mas que, também, muitas vezes, convulsionaram as comunidades paranaenses”.

Assim é que a região Norte do Estado do Paraná constitui-se por um fenômeno que, em menos de quarenta anos, fez transformar uma área de densa mata (cerca de trinta e seis por cento do território do Paraná) em uma região que no ano de 1960 abrigava aproximadamente trinta e quatro por cento da população do Estado, segundo Padis (1981).

No entanto, tal ocupação – como na maioria dos processos de ocupação do espaço agrário brasileiro – não aconteceu sem conflitos. E, embora tenha promovido, como afirma Balhana (1969, p. 230), “o regime da pequena propriedade, salvo casos excepcionais e em áreas restritas”, ao mesmo tempo promoveram a especulação de terras e geraram conflitos com inúmeros lavradores.

A posse configurou-se no Estado, pois além dos projetos de colonização particular, a ocupação de terras devolutas ou pertencentes a particulares pulverizou-se pelo espaço rural paranaense. Desse modo, onde se configuraram os *negócios de terra* no Paraná, configurou-se também a chamada indústria da intrusão⁷, que segundo Balhana (1969; 231-232), tinham interesse apenas:

⁷ A intrusão caracteriza-se como uma modalidade ilícita de ocupação e posse da terra, muitos desses invasores estavam ligados aos grandes grupos de grileiros, ou seja, àqueles que se apossam de terras alheias com base em documentos falsos de propriedade.

[...] no recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações por benfeitorias realizadas na propriedade [...] a prática organizada da grilagem [...] com base em falsos títulos de propriedade, perdurou grandemente, também no Paraná.

A atuação dos grileiros, apropriando-se de imensas áreas com a falsificação de documentos, não só provocou conflitos jurídicos como intensificou a inquietação no espaço rural do Estado, destacando-se os conflitos fundiários de Porecatu e Jaguapitã. A situação de revolta no campo paranaense somente atenuou-se com a proibição das companhias imobiliárias na região. Tais lutas ocasionaram uma redemocratização da propriedade fundiária no Estado, caracterizando-a com grande número de pequenas propriedades, até meados da década de 1960 (PROSCÊNCIO, 1999).

A partir do Golpe Militar, o interesse do Estado em manter o homem ligado a terra, surgido diante dos movimentos sociais de luta nos anos anteriores, entra em conflito com os interesses dos empresários rurais e mesmo com os próprios interesses econômicos do Estado. Portanto, como descreve Serra (1991, p. 155):

O choque torna-se inevitável na medida em que o novo modelo passa pelo fortalecimento da categoria dos proprietários rurais, pela transformação da estrutura fundiária e por profundas mudanças nas relações de trabalho e de produção até então vigentes, ou seja, rompe com a agricultura tradicional geradora de mão-de-obra e por isso mesmo alimentadora do “colchão de ar” que evitava ou atenuava os impactos da tensão social no campo.

A estrutura fundiária do Norte do Estado, formada por pequenas e médias propriedades baseadas na produção cafeeira, a partir da década de 1970, passou por profundas modificações. A introdução das culturas de soja e trigo, para a viabilidade econômica, demandou áreas bem superiores às das pequenas e médias propriedades, resultando numa acelerada concentração fundiária.

A terra considerada de trabalho passa a ter significado de terra de negócio, deixando de abrigar o trabalho familiar para intensificar a produção capitalista voltada ao mercado. Assim, inaugurando no Estado um intenso êxodo rural a caminho das novas frentes pioneiras no Mato Grosso, Rondônia e Acre, os agricultores procuravam, principalmente, manterem-se fixados à terra. Assim como Martine (1987, p. 85) nos diz:

Isto constitui a reversão mais abrupta já observada no Brasil; partindo da condição de foco mais importante de atração, as áreas rurais do Paraná passaram de repente a ser os maiores fornecedores de emigrantes do país.

Do ponto de vista do capital, estaria o campo paranaense em plena fase de desenvolvimento, principalmente, com a adoção das culturas de soja e trigo, altamente mecanizável, ou seja, substituta do trabalhador rural. A modernização da agricultura no Paraná pode ser considerada um dos maiores responsáveis pela modificação da estrutura do espaço agrário paranaense, trazendo à tona a agricultura dependente do capital e não mais do trabalhador rural, como afirma Serra (1981).

O pacote tecnológico introduzido no Brasil por intermédio dos Estados Unidos, sob a designação *Revolução Verde*, traz para o campo a intensificação do capital financeiro e industrial. Impulsionando a aquisição de máquinas e equipamentos que visavam o uso racional do solo na intenção de aumentar a lucratividade.

A modernização da agricultura paranaense, bem como a adoção das culturas de soja e trigo, reafirmou a grande propriedade e a reconcentração das terras passa a vigorar como novo modelo de estrutura fundiária no Estado. Dessa forma, conforme Serra (1981, p. 161):

Viabilizaram inovações tecnológicas, o que levou a industrialização da agricultura via sementes selecionadas, insumos químicos e [...] a integração simbiótica com o comércio, a indústria, os Bancos e o Estado, que por sua vez levaram a perda de independência do produtor rural e o aumento da intervenção do Estado na economia agrícola.

Tal situação proporcionou que uma desestruturação fundiária ocorresse no Estado, gerando a exclusão de inúmeros pequenos agricultores em função da capacidade de capitalização dos grandes fazendeiros. Além do mais, no final da década de 1970, a construção de barragens no Estado intensificaria a expropriação de diversos agricultores que tinham suas terras localizadas nas áreas que seriam inundadas.

Fato que gerou o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizando os trabalhadores expropriados das áreas que seriam inundadas, formando o Movimento de Justiça e Terra que, em 1981, daria início ao MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra da Região Oeste, além do envolvimento de

pastores da Igreja Luterana e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs (FABRINI, 1998).

O INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária, aliado à USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, deveria reassentar esses agricultores expropriados, no entanto abriram caminho para que colonizadoras particulares se responsabilizassem pelo problema, tais colonizadoras ofereciam terras na região de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sul do Pará, Acre, Rondônia, ou seja, em áreas onde havia o interesse de direcionamento dos fluxos migratórios (SILVA, 1998).

As estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelo movimento foram as pressões através de acampamentos e ocupações, resultando em algumas desapropriações e assentamentos no Estado do Paraná, além do MASTRO, também surgiram o MASTES, no Sudoeste, e o MASTEN, no Norte do Estado. No entanto, é somente a partir dos anos 1980 que o governo passa a implantar alguns assentamentos frente a pressão exercida pelos movimentos sociais (PROSCÊNCIO, 1999).

Segundo Proscêncio (1999), do decorrer de 1984 foram implantados quatro assentamentos em terras do Estado, a saber: ABAPAN, no município de Castro, com oitenta e seis famílias militantes do MASTRO; o Assentamento Água da Prata, no município de Tamarana, com noventa e três famílias; Colônia João XXIII, em Bocaiúva do Sul, com vinte e nove famílias sendo que destas, cerca de treze famílias de bóias-frias do município de Medianeira; e o Assentamento Ilha das Flores, no município de Cândido de Abreu.

Na década de 1980, as regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, devido seu processo histórico de ocupação do território e, conseqüente, organização e resistência camponesa, destacavam-se nos números de ocupações e assentamentos rurais. A partir de 1990, as regiões Norte e Noroeste do Estado passam a destacar-se, principalmente, o município de Querência do Norte que, segundo Relatório Preliminar do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (2005), de 1988 a 2004, avulta-se como município com maior número de ocupações no Estado, sendo trinta e oito ocupações envolvendo 3.402 famílias.

Fazendo parte desse contexto, na região objeto deste estudo, em janeiro de 2007 o Deputado Federal José Janene (PP-PR), proprietário da Fazenda 3J, localizada entre o município de Tamarana e o distrito de Guaravera, ocupada por 32 famílias de trabalhadores rurais sem terra, contratou cerca de 16 homens armados

para expulsar as famílias da propriedade, gerando polêmica na região. Este fato mobilizou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ONG Terra de Direito, padres e o deputado estadual Tadeu Veneri (PT/PR) a instituir uma comissão exigindo que a Polícia Federal investigue a expulsão dos trabalhadores sem terra, inclusive acionando o Ministério da Justiça através de reunião com o Ministro Marcio Thomaz Bastos. Dionísio Vandresen, coordenador da CPT, relatou ao Jornal de Londrina (JL)⁸, no dia 19 de janeiro de 2007, que:

A formação de bandos ou milícias exige a ação da PF. Se a moda pega, teremos um estopim de conflitos no campo. A milícia atuou como se fosse a Polícia Civil, inclusive se anunciando assim. Perderam a noção de que temos uma Constituição neste país.

A política de reforma agrária, uma das bandeiras do Partido dos Trabalhadores (PT), originariamente de esquerda, parece não ter mais a relevância da época de campanha, representando a continuidade das políticas de reforma agrária dos partidos de direita e a vitória dos latifundiários, em detrimento das milhares de famílias sem terra no Brasil.

⁸ Reportagens em anexo.

4 O MUNICÍPIO DE TAMARANA E OS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA

Tamarana localiza-se ao Sul de Londrina, município em que até o ano de 1997 pertencia enquanto distrito administrativo. Em 2000, segundo dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, a população total do município era de 9.713 habitantes, distribuídos de maneira equivalente entre cidade e campo, pois 4.718 pessoas eram residentes no espaço urbano, enquanto 4.996 da população encontrava-se no espaço rural do município, que possui área terrestre total de 472 Km (IBGE, 2000). A foto 1 mostra a vista aérea da sede do município.

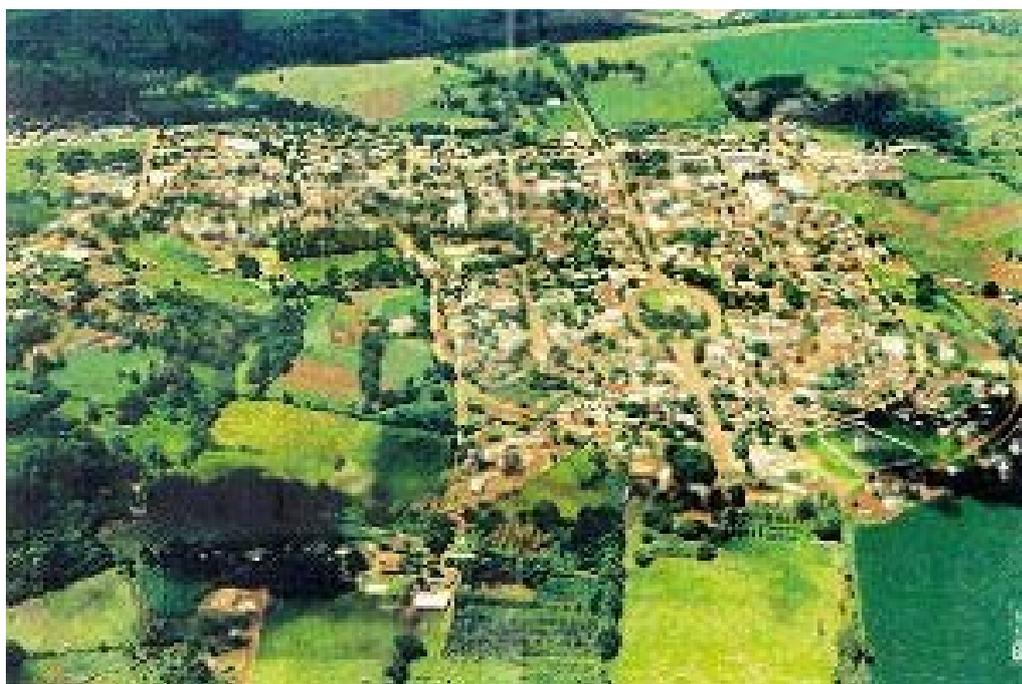


Foto 1 – Vista aérea da área urbana de Tamarana

Fonte: IPARDES, Cadernos Municipais, 2007.

Conforme informação obtida junto à Prefeitura Municipal de Tamarana, existem no município vinte e cinco (25) estabelecimentos industriais, incluindo indústrias caseiras de beneficiamento (como no caso dos derivados do leite), cento e quarenta e seis (146) estabelecimentos comerciais, dentre atacadistas e varejistas, além de quatorze estabelecimentos de prestação de serviços.

Segundo os números do Produto Interno Bruto (PIB) de Tamarana, divulgados pelo IBGE, o valor adicionado na agropecuária chegou a R\$ 34.257.000,00 no ano de 2004, enquanto os valores adicionados à indústria e ao comércio/serviços somaram uma quantia de R\$ 30.768.000,00, ou seja, demonstram que as atividades agropecuárias no município detêm importância fundamental na economia local (IPARDES, 2006).

Na tabela 1, pode-se constatar que a agropecuária exerce importante papel no município, ocupando um número significativo de trabalhadores, ao lado das atividades que se pressupõem exigir um baixo nível de escolaridade, como serviços domésticos, construção e serviços de reparo, por exemplo. Os números dos trabalhadores ocupados na indústria e nos serviços públicos seguem exercendo papel importante no município, além do número de pessoas ocupadas no comércio.

Tabela 1 – População Ocupada Segundo Atividades Econômicas em Tamarana – 2000

ATIVIDADES ECONOMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.	1.756
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água.	25
Indústria de transformação	344
Construção	192
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos.	480
Alojamento e alimentação	113
Transporte, armazenagem e comunicação	95
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados à empresas.	31
Administração pública, defesa e seguridade social.	199
Educação	212
Saúde e serviços sociais	95
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	4
Serviços domésticos	269
Atividades mal definidas	33
Total	3.889

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000.

Por fim, outras atividades, além daquelas que foram chamadas de mal definidas, completam o quadro da estrutura econômica de Tamarana, levando-se a considerar que o município caracteriza-se, principalmente, pelas atividades agropecuárias diretas e indiretas, e das atividades com baixo custo de mão-de-obra, seguidas pelas atividades nos serviços públicos e na indústria.

A tabela 2 demonstra que a população residente no município apresenta um baixo nível de escolaridade, 73% dos habitantes de Tamarana possui, no máximo, o ensino fundamental completo.

Tabela 2 – Nível de escolaridade da população residente no município de TAMARANA – 2000.

PESSOAS RESIDENTES – 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	Nº DE HABITANTES
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1.379
1 a 3 anos de estudo	1.793
4 a 7 anos de estudo	2.816
8 a 10 anos de estudo	830
11 a 14 anos de estudo	618
15 anos ou mais de estudo	76

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

A Tabela 3 chama a atenção para o número de habitantes com e sem rendimento, evidenciando que 57% da população não obtêm rendimento mensal, pressupondo a informalidade como alternativa de reprodução social. Vê-se que o número de habitantes que recebe de um a três salários mínimos predomina em 80% da população ocupada, fato que reforça a idéia de que o baixo nível de escolaridade (Tabela 2) dos habitantes do município contribui para atividades que demandem baixo custo de mão-de-obra, evidenciando a precária estrutura econômica formal e social do município.

Tabela 3 – Classificação do Rendimento Mensal por Número de Habitantes

PESSOAS RESIDENTES – 10 ANOS OU MAIS DE IDADE	Nº. DE HABITANTES
Até 1 salário mínimo	1.744
Até 2 salários mínimos	1.181
Até 3 salários mínimos	412
Até 5 salários mínimos	376
Até 10 salários mínimos	317
Até 20 salários mínimos	54
Acima de 20 salários mínimos	35

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Segundo dados obtidos junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Tamarana, no município existem dez propriedades com área em

torno de 726 ha. No entanto, a maioria das propriedades, aproximadamente 250, segundo estimativa feita pelo Secretário da Agricultura do município, constituem-se com área média entre sete e vinte e quatro ha. Em Tamarana também existem duas Vilas Rurais (instaladas no Governo Lerner), com 80 famílias.

Em seu território Tamarana abriga oito assentamentos rurais de reforma agrária, originados pelo processo social de luta pela terra e instituídos pelo INCRA, sendo que o primeiro a ser instalado, no ano de 1985 pelo governo Sarney, foi também o primeiro assentamento a ser implantado no Brasil como parte do I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. Trata-se do Assentamento Água da Prata, costumeiramente chamado na região de “INCRÃO”. Como aclaram Asari e Tsukamoto (2005, s/p):

O Norte do Paraná foi palco do primeiro assentamento rural concretizado pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985. Desde então, diversos assentamentos rurais se implantaram. O Estado do Paraná está representado por 46% dos assentamentos rurais no contexto da região Sul e o Norte do Paraná conta com um quarto das famílias assentadas no âmbito estadual.

O município de Tamarana apresenta, segundo as autoras, características particulares em relação aos demais municípios do Norte do Paraná: “Por ser aquele que conta com maior número de assentamentos, áreas com solos fracos e com declividade acentuada onde a pecuária de corte predominava em grandes extensões de terras” (ASARI; TSUKAMOTO, 2005, s/p). Além dos assentamentos rurais originados por processos sociais de luta pela terra, o município sedia ainda outros seis assentamentos rurais financiados pelo programa Banco da Terra, possibilitando que a produção agropecuária contribua para caracterizar a economia do município com importante destaque para a pequena produção dos assentados.

Foram beneficiadas em projetos de assentamentos rurais no município de Tamarana trezentos e oitenta e duas (382) famílias. Duzentos e cinquenta e três (253) famílias foram assentadas pelo INCRA através do processo de desapropriação, e outras cento e trinta e cinco (135) famílias assentadas pelo programa Banco da Terra. A área desses estabelecimentos, quando referentes aos assentamentos de reforma agrária instalados pelo INCRA, varia de cinco a dezoito hectares.

Alguns assentamentos possuem lotes maiores, como no caso do Assentamento Mundo Novo que chega a contar com lotes de até trinta e dois hectares. No entanto, esta distribuição das áreas diz respeito, na maioria dos casos, à topografia do terreno bastante acidentada, fato que acaba dificultando o processo de produção dos assentados. Quanto aos lotes financiados pelo Banco da Terra, as áreas dos terrenos variam entre dois e seis hectares, conforme dados obtidos na Secretaria de Agricultura do Município.

A foto 2 mostra a acentuada declividade no relevo; nota-se a residência no fundo do vale e a cultura de café nas encostas íngremes do lote próximo à estrada de acesso, evidenciando a dificuldade de escoamento da produção no período chuvoso. Já na foto 3, além do relevo suavemente ondulado, também podemos perceber a proximidade dos lotes, fato que demonstra a pequena área destinada a produção dos assentamentos do Banco da Terra, no caso, em torno de seis hectares.



Foto 2 – Relevo em assentamento de Tamarana

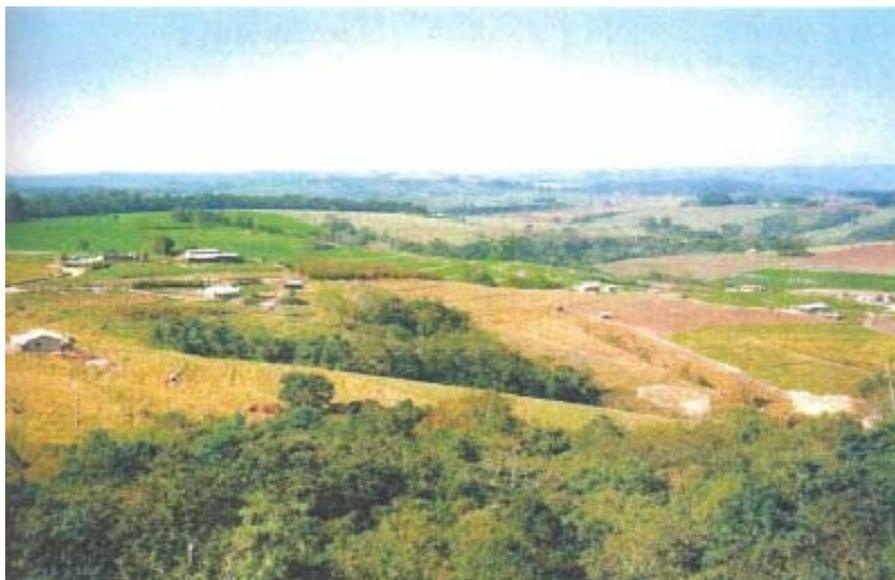


Foto 3 – Proximidade dos lotes em assentamento do banco da terra

Pode-se observar na tabela 4, os números referentes ao reflorestamento, esses dizem respeito às áreas de plantação de *Pinus* e Eucalipto; tais projetos visam principalmente fornecer madeira à indústria, no caso a produção é vendida para a PASA – Papelão Apucarantina, indústria de papel e celulose sediada no município desde 1964. Essa atividade é praticada também por uma parcela da população assentada pois, de acordo com o Secretário da Agricultura de Tamarana, 10% dessas famílias praticam o que chamam de reflorestamento, a fim de obterem melhores rendimentos ao diversificar a produção dos lotes.

Tabela 4 – Ocupação do solo em Tamarana

ITENS	Área (ha)
Lavouras temporárias	27.608
Lavouras permanentes	252
Pastagens cultivadas	10.660
Pastagens naturais	-
Reflorestamento	4.550
Matas naturais – preservação permanente	3.000
Matas naturais – outras	200
Outras áreas	380
Total	46.600

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola Municipal – 2004/2005

Em relação às matas naturais de preservação permanente, os números representam as áreas que contam com averbações de reservas legais em áreas de preservação permanente, próximas aos recursos hídricos, conforme lei ambiental. Quanto às áreas de matas naturais – outras, essas representam as áreas averbadas em locais fora de área de preservação permanente, segundo dados obtidos junto a EMATER do município.

Nota-se, ainda na tabela 4, que a área de pastagens cultivadas é bastante significativa em Tamarana, representando a importância da pecuária leiteira e de corte no município, sendo que, no universo dos assentados a atividade leiteira prevalece em cerca de 80% dos estabelecimentos, além da representatividade das lavouras temporárias e da olericultura, expostas nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Olericultura

EXPLORAÇÃO	PRODUTORES	ÁREA CULTIVADA NO ANO (ha)
Repolho	300	700
Couve-flor	220	500
Aipim de mesa	200	50
Tomate	100	110
Batata doce	80	80
Feijão-vagem	80	70
Pimentão	70	50
Pepino	70	50
Abobrinha	60	40
Berinjela	55	40
Cebola	30	25
Gengibre	20	20
Inhame	20	30
Cenoura	16	30
Chuchu	15	30
Alface	12	8
Salsa	10	2
Beterraba	9	5
Batata salsa	6	5
Alho	4	2

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola Municipal – 2004/2005

Pelo exposto na tabela 5, percebe-se o número expressivo de produtores de couve-flor, repolho, tomate e aipim de mesa. Ressalta-se que esta atividade está sendo desenvolvida com sucesso por vários assentamentos, destacando-se o Renascer I constituído basicamente por ex-parceiros neste ramo da agricultura no próprio município.

Tabela 6 – Lavouras Temporárias e Permanentes

LAVOURAS	PRODUTORES (NÚMERO)	ÁREA (Ha)
Milho	520	4.800
Feijão das águas	320	1.500
Aveia	300	2.000
Soja	290	13.000
Arroz de sequeiro	225	180
Feijão das secas	188	1.100
Trigo	80	2.500
Café	41	125
Triticale	30	800
Milho Safrinha	20	500
Amoreira	18	48
Soja Safrinha	2	100
Arroz irrigado	1	25

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola Municipal-2004/2005.

Na tabela 6, além dos cereais e grãos, atente-se para o número de produtores de amoreira, necessária para a criação do bicho-da-seda; esta atividade contava até o ano de 2003 com cerca de oitenta produtores que comercializavam a produção com a Cooperativa Agroindustrial de Maringá - COCAMAR. No entanto, segundo o Secretário da Agricultura de Tamarana, a cotação do produto feita em dólar, acabou levando muitos dos produtores a desistirem desta atividade diante dos preços oferecidos pela indústria. Ainda assim, percebe-se pelo exposto na tabela 7 que os números da produção são significativos, pois em 2004 a produção foi de 19.500 quilos, segundo dados do Perfil da Realidade Agrícola do Município (EMATER, 2004/2005).

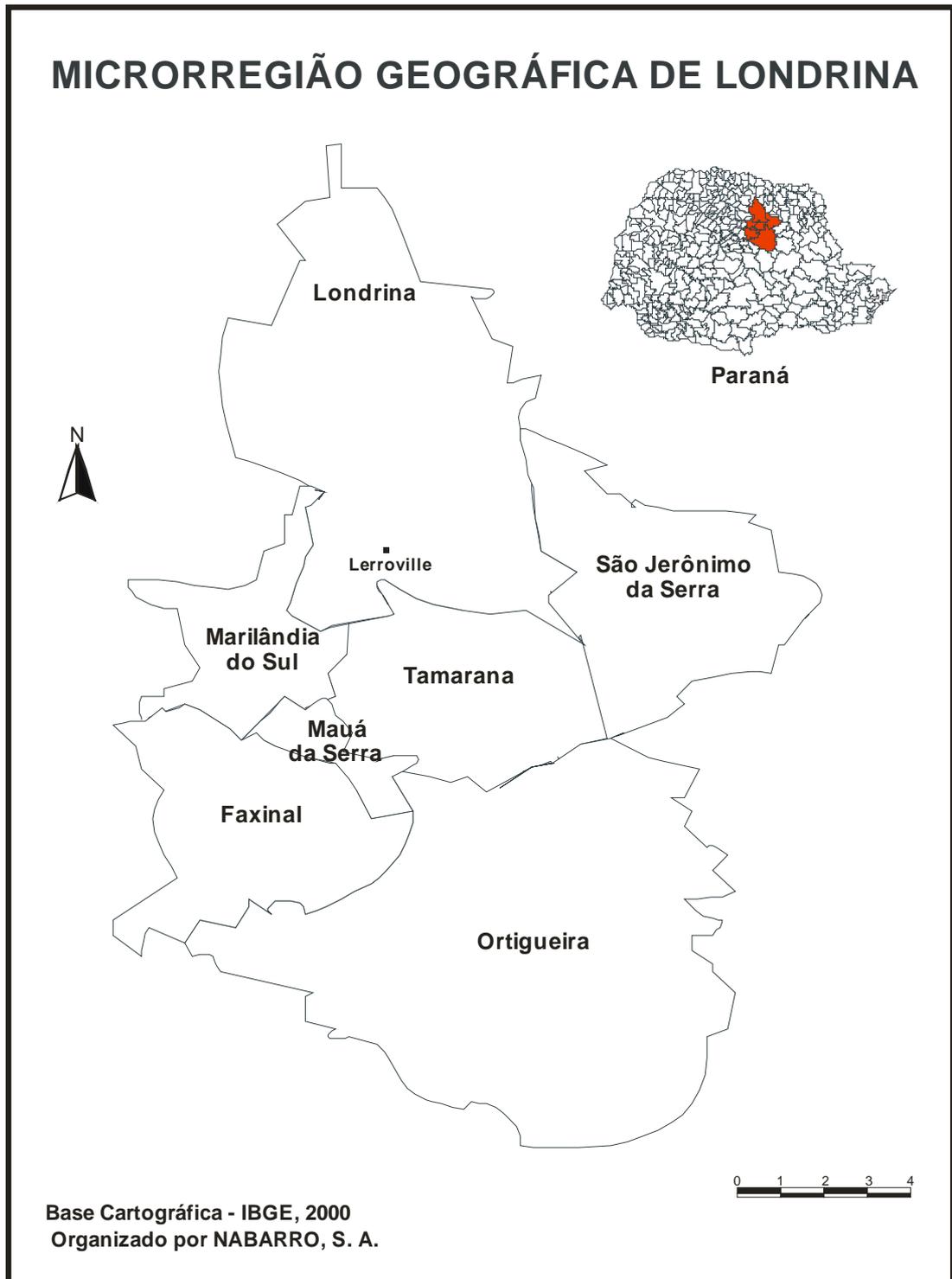
Tabela 7 – Atividades Criatórias

ESPÉCIE	PRODUTORES (NÚMERO)	REBANHO (CABEÇAS)
Suinocultura	400	5.020
Bovinocultura de leite	309	3.360
Bovinocultura de corte	106	14.880
Bovinocultura mista	99	3.879
Piscicultura	40	10
Apicultura	30	300
Ovinocultura	25	1.000
Avicultura	18	1.296
Sericicultura	18	-
Caprinocultura	15	100

Fonte: EMATER – Perfil da Realidade Agrícola Municipal-2004/2005.

Vale ressaltar que a topografia de muitos dos terrenos desapropriados para fins de reforma agrária em Tamarana apresentam declividade bastante acentuada, o que por um lado dificulta a própria produção agrícola e por outro contribui para atividades que mantenham a subordinação do trabalhador rural à indústria, tal como no caso da sericicultura e da pecuária de leite. Nota-se, através da tabela 7, quão significativo é o número de produtores de leite no município cuja produção em 2004 foi de 1.470.000 litros, de acordo com os dados da EMATER. Uma outra atividade criatória tradicional em Tamarana e com números expressivos de produtores é a suinocultura.

O ato de emancipação do município aliado à instalação dos assentamentos rurais contribuiu efetivamente para que Tamarana se desenvolvesse economicamente, ampliando infra-estruturas tais como estradas, educação, saúde, além da dinamização do comércio local, assim representando um pólo de atração para a população dos municípios limítrofes como Ortigueira, por exemplo, e do distrito de Lerroville, em Londrina, dos quais muitos habitantes fronteiriços acabam utilizando os serviços públicos e mesmo o comércio da cidade de Tamarana devido sua proximidade geográfica. Conforme observado no mapa 1.



Mapa 1 – Localização do Município na microrregião geográfica

Fonte: Base Cartográfica – IBGE, 2000. Organizado por NABARRO, S.A.

Na área urbana, em breve será inaugurada uma agência do Banco do Brasil, o qual já possui um posto de atendimento na cidade, de acordo com o presidente da câmara dos vereadores, esse fato contribuirá para a centralização do

crédito no município. Conseqüentemente, o comércio se beneficiará com a instalação desta agência, pois, muitos dos moradores de Tamarana recorrem às agências bancárias do município de Londrina, no qual acabam também fazendo algumas de suas compras.

Pela tabela 8, percebe-se que 74% dos habitantes do município são considerados como População em Idade Ativa (PIA), acima de dez anos de idade tal como definido pela Previdência Social. Aqueles entre zero e nove anos de idade representam 23% dos habitantes de Tamarana e 3% da população está entre setenta e oitenta anos de idade.

Tabela 8 – Faixa etária da população

PESSOAS RESIDENTES	Nº DE HABITANTES
0 A 3 ANOS	868
4 ANOS	198
5 E 6 ANOS	404
7 A 9 ANOS	654
10 A 14 ANOS	1.081
15 A 17 ANOS	602
18 A 19 ANOS	426
20 A 24 ANOS	864
25 A 29 ANOS	770
30 A 39 ANOS	1.325
40 A 49 ANOS	975
50 A 59 ANOS	695
60 A 64 ANOS	342
65 A 69 ANOS	147
70 A 74 ANOS	148
75 A 79 ANOS	105
80 ANOS E MAIS	109

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Em Tamarana, de acordo com dados obtidos junto à Previdência Social de Londrina, têm-se seiscentos e doze aposentados por tempo de serviço e apenas um aposentado por tempo de contribuição na área rural do município, o que representa 12% da população residente nesse espaço e 6% da população total do

município, enquanto na área urbana têm-se trinta e nove aposentados por tempo de serviço e quarenta e seis por tempo de contribuição, tal como exposto no quadro 2.

Conforme o Ministério da Previdência Social, têm direito à aposentadoria por idade os trabalhadores urbanos do sexo masculino aos sessenta e cinco anos e do sexo feminino aos sessenta anos de idade, trabalhadores rurais do sexo masculino aos sessenta anos e do sexo feminino aos cinquenta e cinco anos de idade.

TIPO DE APOSENTADORIA	RURAL	URBANO
POR IDADE	612	39
POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1	46

Quadro 2 – Número de aposentados no município de Tamarana

Fonte: SUIBE/INSS-LONDRINA. JUNHO/2007.

No quadro 3, nota-se que no programa Bolsa Família estão cadastradas setecentos e oitenta e uma famílias residente na área rural, enquanto na área urbana do município estão cadastradas mil trezentas e setenta e seis famílias. No entanto, segundo a assistente social de Tamarana, apenas setecentas e setenta e cinco famílias recebem tais benefícios, não obtendo dados oficiais do local de residência desses beneficiários, porém calcula que 30% dos que recebem o programa residem na área rural do município. O valor total dos benefícios repassados pelo programa no município de Tamarana é de R\$ 46.210 e, segundo a assistente social de Tamarana, esse valor é revertido no próprio comércio da cidade.

RESIDÊNCIA	FAMILIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
URBANA	1.376	-
RURAL	781	-
TOTAL	2.157	775

Quadro 3 – Número de beneficiários do programa bolsa família em Tamarana

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PROVOPAR-Tamarana.

Conforme o observado até o presente, a população ocupada residente no município de Tamarana é caracterizada pela oferta de mão-de-obra de baixo custo, 73% dos habitantes possui nível de escolaridade igual ou inferior ao ensino fundamental e 51% da população total do município encontra-se na área rural, desses, 30% são assentados. Quanto às atividades econômicas, 69% da população está ocupada em atividades como a agropecuária, o comércio, a construção e os serviços domésticos, outros 21% estão ocupados com atividades da indústria e dos serviços públicos, desses, 80% recebem entre um e três salários mínimos (IBGE, 2000).

A dinâmica da produção agropecuária tem importante influência em Tamarana, pois além das estatísticas que demonstram sua abrangência no mercado formal de trabalho do município, também contribui informalmente para a geração de renda da população municipal, além de dinamizar o comércio local ao proporcionar a circulação das mercadorias, ainda que as condições necessárias para que a pequena produção agrícola consiga desenvolver-se sejam pontuadas por dificuldades, contribuem para possibilitar a reprodução social dos trabalhadores rurais e elevar a condição sócio-econômica da sociedade.

4.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM TAMARANA

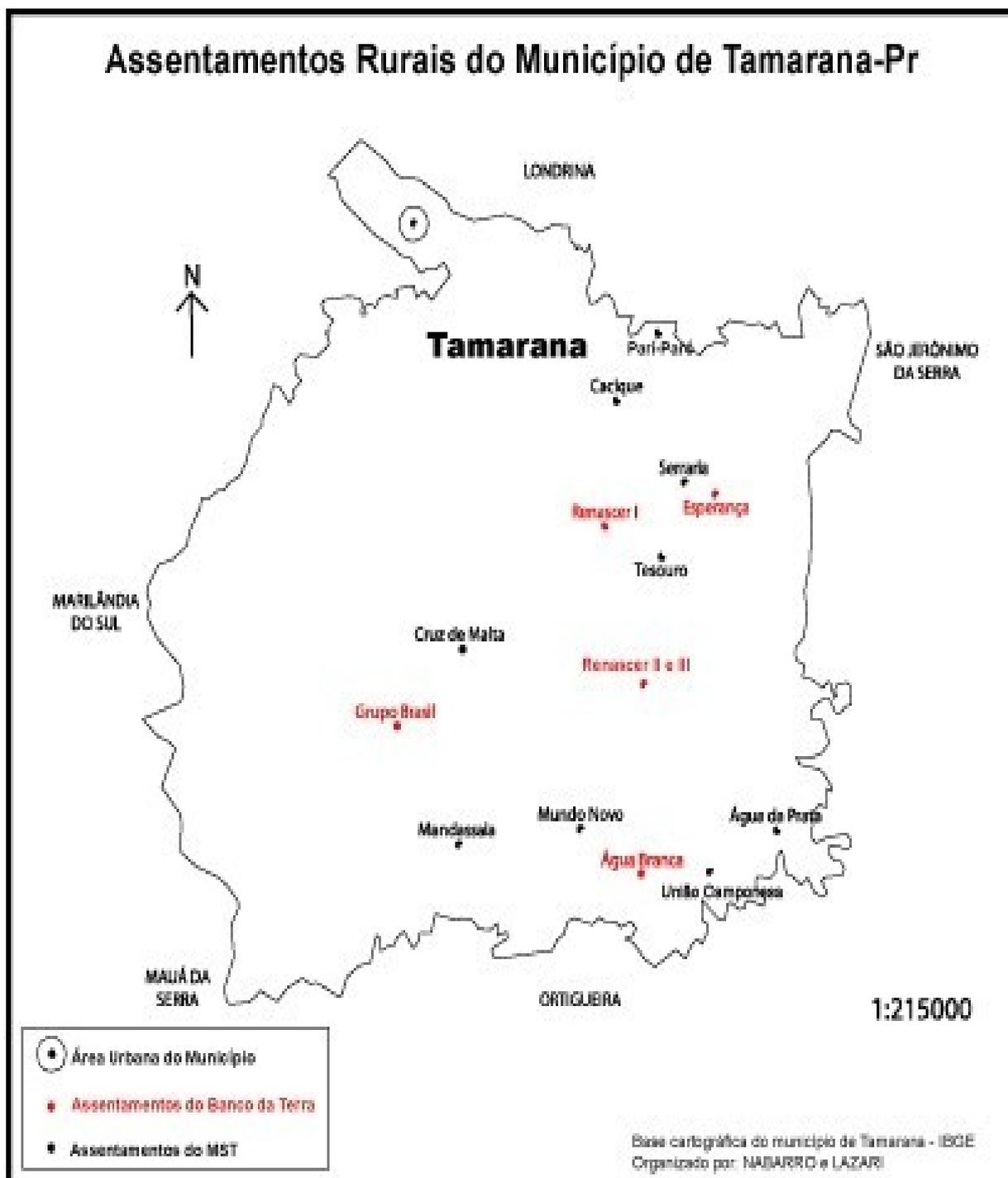
O processo de territorialização da luta pela terra, o qual Fernandes (1999, p. 23), define como, “o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais”, configura-se em Tamarana nos quatorze assentamentos rurais do município, oito deles instituídos pelo INCRA, e outros seis assentamentos financiados pelo programa Banco da Terra⁹, tal como exposto no quadro 4 e localizados no mapa 2.

⁹ O Banco da Terra trata-se de uma transação patrimonial privada mediada pelo Estado a fim de propor uma solução sem conflitos para a questão fundiária brasileira. Esta política de financiamento foi desenvolvida pelo Banco Mundial na tentativa de resolver o problema da pobreza no campo. Ver página 68 desse trabalho.

Nº	ASSENTAMENTO RURAL	ÁREA (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	ANO/IMPLANTAÇÃO	ORIGEM
01	PA Água da Prata	1.651	93	1985	Ocupação
02	Pa Serraria	381	20	1991	Ocupação
03	PA Mandassaia	485	30	1996	Ocupação
04	PA União Camponesa	546	27	1997	Ocupação
05	PA mundo novo	810	27	1997	Ocupação
06	PA Tesouro	581	24	1997	Ocupação
07	PA Cruz de Malta	407	14	1998	Ocupação
08	PA Cacique	162	12	1999	Ocupação
09	Grupo Brasil	560	50	2001	Banco da terra
10	Renascer I	17	20	2001	Banco da terra
11	Renascer II	19	18	-	Banco da terra
12	Renascer III	17	17	2004	Banco da terra
13	Grupo Água Branca	209	22	2002	Banco da terra
14	Grupo Esperança	82	08	2001	Banco da terra
	TOTAL	5.927	382	-	-

Quadro 4 – Assentamentos rurais do Município de Tamarana

Fonte: NERA-UNESP – Presidente Prudente, 1999. Atualizado por ASARI e TSUKAMOTO, 2005.



Mapa 2 – Localização dos assentamentos rurais no Município de Tamarana

Fonte: Base Cartográfica do município de Tamarana – IBGE.
Org: NABARRO, S; LAZARI, V., 2006.

Em 2007, próximo à finalização desse trabalho, o secretário da agricultura do município informou que mais três projetos do Banco da Terra estão sendo viabilizados em Tamarana, dois deles (envolvendo setenta e três famílias),

ainda esperam os trâmites legais do processo, enquanto que um projeto concluiu-se com cinco famílias.

No ano de 1985, o governo do Estado desapropriou uma área de 1.651 ha, sendo 1.031ha agricultáveis, da Fazenda Apucarantina, localizada a 37 km do município de Tamarana, para transferir e assentar noventa e três famílias de posseiros que ocupavam a reserva indígena Barão de Antonina, no município de São Jerônimo da Serra, configurando-se no primeiro assentamento implantado pelo I PNRA do Brasil. Denominado ÁGUA DA PRATA (INCRÃO), as famílias desse assentamento dedicam-se, segundo o Secretário da Agricultura do Município, à produção de feijão e leite.

Em 1991, instalou-se o ASSENTAMENTO SERRARIA, com área de 382 ha, beneficiando vinte famílias, que se dedicam à pecuária leiteira e à olericultura. Em 1996, mais um assentamento seria implantado em Tamarana, movido pela luta dos trabalhadores rurais, tal projeto foi denominado ASSENTAMENTO MANDASSAIA, com área de 485 ha, beneficiando trinta famílias, também dedicadas à produção de leite e derivados. Ainda em 1996 foi criado o ASSENTAMENTO TESOURO, desapropriando uma área de 581 ha, envolvendo vinte e quatro famílias que se dedicam à pecuária leiteira e à olericultura.

O ASSENTAMENTO MUNDO NOVO foi instalado no ano de 1997 e beneficiou vinte e sete famílias que residem e produzem no local com área total de 810 ha, sendo sua economia, do mesmo modo, baseada na pecuária leiteira. O ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA foi implantado também no ano de 1997, localizando-se em área vizinha ao assentamento Água da Prata, beneficiando outras vinte e sete famílias dedicadas ao cultivo do milho e da soja, em área de 546 ha. Os assentamentos Água da Prata e União Camponesa estão localizados a mais de 30 km de distância da sede do município, em área limítrofe ao município de Ortigueira, e assim, contam com uma escola rural (nível fundamental) e um posto de saúde. Em 1998 instalou-se o assentamento CRUZ DE MALTA, com área de 407 ha e quatorze famílias que dedicam-se ao cultivo da soja e do milho, além da pecuária leiteira. E, por fim, no ano de 1999, foi desapropriada uma área de 162 ha, da Fazenda do Grupo de Café Solúvel Cacique, originando o ASSENTAMENTO CACIQUE, no local hoje residem doze famílias dedicadas ao cultivo de soja e milho.

Nota-se que a demanda por terra através do processo social de luta intensificou-se em Tamarana após a implantação do primeiro assentamento, o Água

da Prata, a maioria das desapropriações que deram origem aos assentamentos rurais foram facilitadas pelo interesse dos proprietários em vender suas terras ao INCRA, visto que muitas das áreas onde foram instalados tais projetos, pela topografia e qualidade do solo, não asseguravam aos proprietários ofertas mais vantajosas que as oferecidas pelo governo. Nesse sentido, a implantação do programa de financiamento do Banco da Terra no município, a partir de 2000, objetivou estabelecer a chamada reforma agrária de mercado, financiando lotes e desqualificando o processo social de luta pela terra, evitando, dessa maneira, as tensões sociais locais. Ressalta-se, o fato da manutenção dos mecanismos de reconcentração da propriedade privada da terra simultaneamente às desapropriações e à reforma agrária.

Portanto, têm-se no município outros seis assentamentos financiados pelo Programa Banco da Terra, que são os seguintes: GRUPO BRASIL, com área de 560 ha e cinquenta famílias que produzem café e olericultura; GRUPO ESPERANÇA, com área de 82 ha e oito famílias dedicadas à pecuária leiteira; ÁGUA BRANCA, com vinte e duas famílias que produzem feijão e arroz, além da pecuária leiteira, em área de 209 ha; GRUPO RENASCER I, II e III, com área de 17 ha, 19 ha, 17 ha, beneficiando, respectivamente, vinte, dezoito e dezessete famílias, que produzem milho e olericultura, segundo dados obtidos com o Secretário da Agricultura do Município. Atente-se para a diferença no tamanho dos lotes financiados pelo Banco da Terra e os desapropriados pelo INCRA.

As estradas que dão acesso aos assentamentos foram reformadas, porém, somente àquelas dos assentamentos instituídos através do processo social de luta, pois o recurso para tais melhorias vem do INCRA. Segundo o Secretário da Agricultura de Tamarana, a Prefeitura Municipal não possui recursos financeiros para tais obras, necessitando de convênio com o INCRA para que essas melhorias ocorram. Dessa maneira, os assentados pelo Banco da Terra, além de outras agruras do programa, ainda sofrem a falta de infra-estrutura necessária para o bom desenvolvimento sócio-econômico das famílias. Ao todo, contabiliza-se uma área de 5.927 ha e 382 famílias beneficiadas, ou cerca de aproximadamente 1.528 pessoas residindo no espaço rural do município por meio de programas de reforma agrária, instituídos pelo INCRA e pelo programa Banco da Terra, representando 30% da população rural do município de Tamarana.

Atualmente, as ocupações praticamente cessaram no município, de acordo com informações obtidas através de membros do MST e do secretário da

agricultura de Tamarana, apenas uma fazenda está ocupada com trinta famílias. No entanto, proliferam-se os assentamentos rurais financiados pelo Banco da Terra. No primeiro semestre de 2007 aproximadamente oitenta famílias estavam envolvidas com tais projetos no município. Tal fato deve-se, segundo o secretário da agricultura de Tamarana, ao tempo de espera que os pequenos produtores são submetidos nos processos de desapropriação por interesse social e às agruras dos acampamentos, pois afirma que o Banco da Terra, além da agilidade no financiamento da área, não demanda que esses produtores fiquem acampados, ou seja, coloca-se desnecessário, portanto, o processo político que se manifesta por meio do processo social de luta pela terra.

Em geral, as áreas que foram desapropriadas através do processo social de luta pela terra e que deram origem aos assentamentos eram antes ocupadas por pastagens, fato que gerou dificuldades no início do processo de produção dos assentados, pois foi necessário corrigir o solo para começar o plantio. Além disso, muitas das áreas dos assentamentos em Tamarana possuem declividade bastante acentuada e solos fracos, diminuindo as possibilidades da produção agrícola, restando como alternativa a criação do bicho da seda, em alguns casos, e atualmente em maior grau, a pecuária de leite. A foto 4 mostra o trabalho do agricultor na criação do bicho da seda em sua quinta idade, período em que se exige maior dedicação à produção. Ao fundo da foto 5 pode-se observar a reserva legal do lote em que predomina a pecuária leiteira, no assentamento Cruz de Malta.



Foto 4 – Sericultura – assentamento mundo novo



Foto 5 – Pecuária Leiteira – assentamento cruz de malta

Os lotes dos assentamentos foram distribuídos por sorteio após demarcação da área pelo INCRA, conforme os assentados entrevistados:

Nóis calculamos lá um lote de cada um, né? Que não sabia como ia ser dividido, daí foi dividido mais ou menos, aí veio os técnicos já mediram e ficou cada um no seu local, né? Em torno de 11 hectares, 11,8; 11.4. Entre 11 e 12 hectares. (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Em torno de 18 hectares para cada um, uma parte foi sorteio, uma parte as pessoas já se localizaram em determinado lugar e daí foi discutido na assembléia do assentamento, foi um consenso e daí não teve problema (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

Foi sorteio. Daí quando o INCRA veio fez uma pré-medição na terra pra ver quantos lotes mais ou menos dava, aí foi feito sorteio. Daí foi cada um pro seu lote, fez seu barraquinho lá e fomo tocando, até 1998, de 1996 à 1998, no comecinho de 98 daí já veio o dinheiro pra habitação e a gente fez as casas daí (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Os assentados também consideram que a área do lote é suficiente para a produção que realizam, apesar das deficiências apresentadas em grande parte dos solos de Tamarana. Quando indagado aos presidentes das associações dos assentamentos sobre as maiores dificuldades no inicio do processo de produção, obtiveram-se as seguintes considerações:

É, o mais difícil quando começou o assentamento é que a área ali era tudo pasto, né? Daí teve que investir muito em arado, 'gradeação', essa 'coisarada' pra começar a plantar. E começou a plantar, teve que por calcareo, teve que corrigir a terra e gastou bastante. Hoje em dia tá precisando corrigir de novo, tá faltando verba pra corrigir de novo (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Prá começar a produzir, a maior dificuldade foi o preparo do solo, que a nossa terra lá agora a gente ta produzindo, né? Então, o difícil foi o preparo do solo, o investimento muito alto, né? Calcareo, adubo, e assim por diante (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

Os assentados recebem assistência técnica da EMATER, e não consideram-na suficiente, pois reclamam que possui poucos funcionários para atender os quatorze assentamentos do município, além dos outros estabelecimentos rurais de Tamarana. Sobre a frequência da assistência, os presidentes das associações entrevistados declararam que procuram os técnicos no escritório da EMATER na cidade quando sentem necessidade, e que comumente não há acompanhamento técnico da produção, exceto nos casos onde são desenvolvidos os projetos elaborados pela EMATER. Assim como disseram os Presidentes das Associações: "De repente quando é algum projeto que a gente faz com a EMATER, aí eles vão lá. Mas de resto tem que vir até aqui [na cidade]" (ASSENTAMENTO CACIQUE). E ainda:

É pouco técnico prá muito serviço, então eles não conseguem fazer. Tem vez que a gente fica bravo com eles, e não é culpa deles, que eles não conseguem atender todo mundo. Muitas vezes eles não podem acabar dedicando à gente. Então precisaria de mais técnicos em Tamarana pra trabalhar (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

No entanto, os assentados consideram que a qualidade da assistência técnica vem melhorando nos últimos anos, conforme depoimento:

Melhorou um pouco, né? Porque antes tinha muito pouco, não tinha, vamos dizer, quase assistência, né? Então o povo pedia, né? Agora já tem mais um pouco (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Agora é melhor. Eu acho que é melhor e mais acessível as coisas, os técnicos de hoje tão mais interessado em dar uma ajudinha aos agricultores. Agora tá melhor, vem ali os técnicos já atendem, estão mais dispostos, orientam. O pessoal, a gente vê, orienta, explica certinho as coisas, então tá melhor, melhorou bastante (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Dentre as reivindicações dos assentados está a contratação de mais técnicos para o município e técnicos responsáveis somente pela produção dos assentamentos, conforme sugestão do assentado:

Teria que ter mais técnicos. Teria que ter um técnico disponível pra atender só a parte de assentamentos, teria que ter uns dois técnicos pra atender só os assentamentos. E os outros técnicos pra atender os outros agricultores que é hortaliças, essas coisas, pra dá um pouco mais de atenção pro assentado. (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Aos comerciantes das lojas de produtos agropecuários perguntamos se consideravam que os assentados recebiam assistência técnica adequada para a produção, de modo que 75% dos entrevistados responderam não, que não consideravam suficiente a assistência técnica oferecida aos assentados. Sendo que 25% a considera adequada. Assim: “A EMATER não tem funcionários específicos para atender os assentamentos, eles atendem mais os grandes proprietários” (AGROPECUÁRIA I). “Alguns assentamentos são muito longe, e os técnicos daqui dão mais assistência aos grandes produtores” (AGROPECUÁRIA II). “Faltam funcionários na EMATER” (AGROPECUÁRIA III). “Sim, a gente (os funcionários da loja) apóia bastante e sempre procura orientá-los” (AGROPECUÁRIA IV).

Até o momento da pesquisa, constatou-se que a produção dos assentados, via de regra, é entregue para atravessadores, sendo o leite vendido para as cooperativas à R\$ 0,30 (trinta centavos) o litro, variando até R\$ 0,50 (cinquenta centavos) no período de inverno, como informou o presidente do assentamento União Camponesa no findar desse trabalho, em julho de 2007. Em muitos casos, a produção de derivados do leite e a venda no comércio do município, ou mesmo para municípios próximos como Londrina, torna-se um complemento da renda de muitos assentados.

Em entrevista com um dos cerealistas de Tamarana, obteve-se a confirmação de que a maioria da produção dos assentamentos é negociada direto com as cooperativas, o entrevistado afirmou que não costuma comprar a produção dos assentados e que esses a vendem direto para as cooperativas Corol e Integrada. Considera, ainda, que os assentados aumentaram o poder de aquisição de máquinas e equipamentos para o processo produtivo da agricultura, e com isso eliminaram o trabalho intermediário entre o agricultor e a empresa, e em casos nos quais não têm acesso a esta tecnologia, negociam a colheita e o escoamento da produção diretamente com as cooperativas. Em consideração aos assentamentos rurais, o

entrevistado diz que a falta de estrutura viária na zona rural do município dificulta o processo de comercialização da produção dos assentados. Citou como exemplos de projetos os assentamentos Água da Prata e Pari-Paró (no distrito de Lerroville, município de Londrina). Relatou que o município de Tamarana desenvolveu-se nos últimos dez anos e que a instalação dos assentamentos rurais e a pequena produção dos assentados tem importância significativa nesse processo.

Ao contrário, um outro cerealista entrevistado, diz comercializar a produção de café, arroz, feijão, milho, soja, mamona e amendoim, dos assentamentos rurais e pequenas propriedades de Tamarana e da região. Os produtos mais comercializados nos assentamentos, segundo o entrevistado, são arroz, feijão, café e milho, e ainda ressalta:

“Os assentamentos estão indo muito bem. Todos eles estão plantando café, os que não tão rendendo ainda estão com café de um ano, dois anos, e daqui um ano já estão vendendo tudo. Se Deus abençoar que não gie esse ano, daqui a dois ou três anos vai ser fantástico o movimento de Tamarana através do café”.

O estabelecimento comercializa uma grande quantidade de café em coco com as empresas exportadoras situadas em Londrina e Rolândia. O pagamento pela produção dos assentados é feito à vista na entrega da mercadoria, no entanto, disse também que costuma dar adiantamento pela produção dos assentados com quem tem relação de confiança. A empresa faz o frete e acima de cinquenta sacas não cobra pelo serviço, do contrário costumam cobrar apenas o combustível gasto com o transporte: “a gente só cobra o diesel pra não onerar o produtor”. Cada saca de café em coco pesa 40 kg., e varia de R\$ 70,00 a R\$ 90,00. Em consideração aos assentamentos, o entrevistado afirma que: “os assentamentos foram definitivos, a injeção de ânimo que Tamarana precisava em termos de setor agrícola”.

No entanto, o município não realiza feiras livres na cidade e a produção de olerícolas é negociada com atravessadores que a comercializam no CEASA (Central de Abastecimento Agrícola) de Londrina. Segundo as entrevistas: “Os grandes ‘planta’ bastante e os pequenos não conseguem vender os produtos. Ultimamente eu levava mercadoria pro CEASA, vendia metade e a outra metade jogava fora porque não conseguia vender” (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Assim que foram assentados pelo INCRA, o primeiro recurso financeiro que receberam foi o que chamam de fomento, no valor de R\$ 400, 00, para

alimentação. Em relação ao PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, os assentados de Tamarana receberam o benefício de R\$ 7.500,00, em média após um ou dois anos da instalação do assentamento. Esse recurso foi extinto em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e em seu lugar instituiu-se o PRONAF. Tal recurso, segundo os assentados, veio sob o desígnio de investimento, para iniciarem o processo produtivo com a aquisição de equipamentos, insumos e demais necessidades para este fim, além de R\$ 2.500,00 que receberam para auxiliar na construção de moradia.

No entanto, a ausência de acompanhamento técnico na implantação dos assentamentos e de projetos visando a inserção desses agricultores no mercado, em muitos casos, possibilitou que o dinheiro recebido pelos assentados se transformasse em dívidas, contribuindo, deste modo, para o índice de repasses das áreas adquiridas, através da desistência do produtor em empreender o lote. Em Tamarana, a maioria dos assentados esteve envolvida com estas políticas de crédito. Foram feitas algumas considerações pelos assentados em relação ao extinto PROCERA¹⁰:

“Geralmente, ele serviu muito, né? Que eu mesmo, hoje o que eu tenho, com o que eu estou sobrevivendo foi daquele dinheiro do PROCERA” (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

E ainda:

Foi muito bom, eu investi, eu comprei oito vacas de leite, eu comprei um triturador bom, eu comprei cavalo, comprei todas as coisas, comprei arame pra fazer cerca, comprei madeira, comprei bastante coisa com o investimento, foi uma coisa que deu pra dar aquela arrancada mesmo, falei assim: to começando. Comecei, comecei com o investimento, depois a gente tinha dois anos de carência pra pagar, depois teria as parcelas pra pagar por ano (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

¹⁰“O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua emancipação, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva”. Ver Rezende, 1999.

Dessa maneira, os presidentes das associações dos assentamentos entrevistados fizeram as seguintes considerações sobre os créditos recebidos:

O PROCERA a gente achou, na época, que era um dinheiro até razoavelmente, mas o problema é que nós, como sem-terra, peguemos o dinheiro e não priorizemos e podia hoje os assentados estar mais bem estruturado. *Nós tinha* que ter pegado uma linha de produção e investir naquela linha de produção, e como você viu aí, foi desvalorizado, foi feito *miles e vinte* coisas com pouco dinheiro, então aí você não vai conseguir (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

Foi bom. Pra quem soube aproveitar e sabia o que queria fazer foi bom. Foi muito bom, o pessoal investiu. Mas foi muito pouca pessoa que investiu esse dinheiro, o resto jogou pela janela. Hoje em dia, você pode ver no Banco do Brasil, você vai lá no Banco do Brasil, 90% do pessoal não pagou as dívidas, provocou, jogou com o dinheiro do investimento e tá sem pagar até hoje porque não teve direcionamento do dinheiro e gastou tudo. Aí, foi o que aconteceu com muitos que pegou o investimento, gastou tudo a sua, e depois passou o lote pra outra pessoa e hoje em dia é outra pessoa que entrou no lote que tá com a dívida pra pagar e sendo que aproveitou nada desse dinheiro, não investiu nada, só fez só conta pra pagar. Então é uma coisa muito triste (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Ainda em relação ao crédito recebido para investimentos, o presidente da associação do Assentamento Mundo Novo, fez a seguinte sugestão:

Eu tenho falado sempre assim: na minha opinião, o governo teria que, quando assentar a família, deixar eles no mínimo três anos sem o investimento, tem o PRONAF que é pra ele iniciar a lavoura dele, era dois mil reais, hoje tá quatro mil, é a opinião minha, e a partir de três anos que você tivesse assentado, você sabia o que você queria, você teria certeza: 'é isso aqui que eu quero, é isso aqui que eu sei fazer, então eu vou investir nisso daqui'. Aí pegaria o investimento, que daí você não desperdiçaria nenhum centavo do dinheiro.

Nota-se, portanto, que os projetos de assentamentos rurais não são resultado de intervenções planejadas para o desenvolvimento da pequena produção agrícola, ao contrário, mostram-se carentes de todo o tipo de estrutura para que a viabilidade econômica, tão almejada pelas políticas desenvolvimentistas que buscam nela a legitimidade dessas ações, seja possibilitada, entregando a pequena produção às mais diversas formas de subordinação e exploração do trabalho.

Em consideração aos números de repasses dos lotes, em alguns assentamentos a porcentagem destas ocorrências chega a 50%, tal como mostram os assentados:

”É, lamentavelmente houve em torno de umas 12, 13 pessoas” (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

“Teve, teve quatro repasses” (ASSENTAMENTO CACIQUE).

“Olha, dos primeiros que entrou teve uns 30% que trocou” (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Questionados sobre as causas destes repasses, as respostas dadas pelos presidentes das associações parecem convergir num ponto semelhante: o assalariamento. Diante das dificuldades da pequena produção alguns beneficiários dos lotes, acostumados com o assalariamento, acabam desistindo de empreendê-lo, seguramente resistindo no local àqueles que possuem fortes vínculos com a terra, conforme depoimentos:

A maior parte das pessoas eu acho que não era agricultura. Empregado, gente que nunca foi da agricultura, eles acham que a coisa é muito fácil demais e daí entra no lote e acha que vai ganhar muito dinheiro, que vai trabalhar pouco e não é assim. O pessoal do sitio sofre muito, sabe? É uma dificuldade muito grande, e a gente tem que batalhar bastante pra ganhar pouco, né? E daí quando vê que não é aquilo larga e vão embora (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

É, um foi porque ficou doente, né? Não teve como permanecer lá. E ‘outros resolveu’ ir embora, ou não se dedicar mais porque achava que não dava. Muitas vezes as pessoas pega a terra e acha que é uma coisa, né? E no fim a pessoa não é daquele ramo, acaba não dando certo, né? Daí ele quer voltar pro ramo dele (ASSENTAMENTO CACIQUE).

È aquilo que eu falei, a pessoa é acostumada a trabalhar de empregado, acostumado ter o dinheiro dele todo mês, né? Vem para uma propriedade rural dos sem terra, às vezes acontece dele ter o dinheirinho dele todo mês, mas às vezes não, não é certo que nem o salário. Ele não se acostuma naquele ritmo e lamentavelmente existe, né? Vende à troco de nada, vende o direitinho dele, pega lá, que nem teve gente que vendeu por dois, três mil só pra ir embora, comprou uma casa lá na favela, um barraquinho (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

As ações voltadas ao desenvolvimento rural ainda não conseguiram abarcar as diversas dificuldades dos pequenos produtores, assentados ou não, delegando-os às mais variadas maneiras de subordinação e exploração do trabalho. As idéias desenvolvimentistas ainda prevalecem a nortear as políticas agrícolas em nosso país, considerando a viabilidade econômica de tais projetos insuficientes e fadadas ao declínio quando comparadas à empresa-rural.

No entanto, desconsidera-se o fato de que a maioria dos alimentos consumidos no mercado interno é produzida por estas pequenas unidades agrícolas, cada qual abastecendo o plano local, municipal e regional onde estão inseridos e que, embora pontuadas as dificuldades, ainda colaboram de modo fundamental para o desenvolvimento das infra-estruturas públicas e da dinâmica sócio-econômica tanto do espaço rural quanto do espaço urbano do município. Também estabelecem uma determinada redefinição na atuação política da população que se intera com a questão social envolvida na luta pela terra.

Os assentamentos rurais, segundo as entrevistas com os assentados e no comércio municipal, foram bem recebidos pelos moradores de Tamarana, não havendo conflitos entre a população municipal e a população assentada, que é reconhecida pelos habitantes como um fortalecimento para a economia local.

5 OS REFLEXOS DOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE TAMARANA

5.1 ASSENTAMENTOS RURAIS E MUDANÇAS NA DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL LOCAL

A porção Sul do município de Londrina, local em que foi desmembrado o município de Tamarana, teve sua ocupação diferenciada da porção Norte: marcadamente influenciada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, a qualidade das terras e a topografia do terreno não despertaram o interesse da colonizadora particular nessa região, tendo sido ocupada pelo leste, por iniciativa dos tropeiros e latifundiários mineiros, que começaram a possear terrenos na região (WACHOWICZ, 1987).

Antes da instalação dos assentamentos rurais, a agricultura do município poderia ser definida como de baixo dinamismo. Solos fracos e acentuada declividade contribuíram para a formação de grandes áreas de pastagens, plantação de *Pinus* e eucalipto ou mesmo relegadas ao mero abandono.

As desapropriações de tais áreas, e a conseqüente repartição da terra em lotes para as famílias, provocaram um rearranjo no processo produtivo da agricultura do município com desdobramentos socioeconômicos no espaço rural e urbano de Tamarana. O processo de territorialização da luta pela terra traz alterações demográficas no plano local e municipal, pois envolvem, geralmente, deslocamentos de populações urbanas para áreas rurais e a vinda de uma população antes residente num outro município ou região, provocando o aumento da população e a mudança da relação entre população rural e população urbana (MEDEIROS, 2004).

No caso dos assentamentos rurais de Tamarana, além da população assentada já residente no município, ocorreu o deslocamento de inúmeras famílias da região, como: Londrina, Mauá da Serra, São Jerônimo da Serra, São João do Pinhal, etc. Há casos onde os deslocamentos são provenientes de outros Estados do país como São Paulo, Bahia e Alagoas. Em Tamarana, grande parte dos beneficiados eram trabalhadores temporários, ou ainda meeiros, parceiros e arrendatários.

De 2000 a 2005, conforme dados estimados pelo IBGE, o número de habitantes do município teve aumento de aproximadamente 5,7% no total da população, passando de 9.713 para 10.266 habitantes. Estas alterações demográficas

tendem a provocar desdobramentos políticos na medida em que estes assentados representam um acréscimo às exigências por infraestruturas e equipamentos sociais, tais como postos de saúde, escolas, transporte, estradas, etc. E conforme ressalta Medeiros (2004):

De alguma forma, o aumento da população municipal decorrente da criação de assentamentos pode implicar, em alguns casos, ampliação do mercado de trabalho e de consumo, gerando efeitos sobre a dinamização do comércio local, incremento da arrecadação de impostos, etc.

O fluxo demográfico, de que muitas vezes demanda o assentamento, contribui sensivelmente para a revisão das políticas públicas locais e para a dinamização do comércio da cidade, bem como pode contribuir também para o desenvolvimento da região em que estão inseridos, dependendo do envolvimento e direcionamento político que emana dessas relações.

Nos estudos realizados por Medeiros (2004, p. 32), foi constatado que,

O crescimento populacional gerado pelos assentamentos em algumas situações foi um fator importante para explicar a criação de novas regiões administrativas ou mesmo de novos municípios. Pontão e Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, e Acrelândia, no Acre, são exemplos claros nesta direção.

O município de Tamarana teve sua emancipação do município de Londrina no ano de 1997, ou seja, já ocorrido o deslocamento de população com a instalação do Assentamento Água da Prata, em 1985, além de outros assentamentos que começaram a ser implantados a partir da década de 1990, inferindo que tal fato possa ter exercido influência importante no ato de emancipação, demandando estradas e outras infra-estruturas.

Os impactos territoriais dos assentamentos são percebidos mediante sua dimensão temporal, implicando a alteração nas formas de uso da terra. O redirecionamento da produção também pode ser associado às possibilidades de recuperação dos recursos naturais, pois as áreas que receberam tais assentamentos, e antes encontravam-se ocupadas por pastagens, plantações de *Pinus*, ou abandonadas, acabaram recebendo projetos de reflorestamento e/ou averbações de reservas legais, além dos cuidados com os recursos hídricos (MEDEIROS, 2004).

Mesmo com as dificuldades da topografia e a necessidade de correções dos solos os assentados promoveram a diversificação dos produtos cultivados contribuindo tanto para o mercado local, aumentando a variedade dos produtos oferecidos, como também para o auto-consumo da unidade familiar, assim podendo obter tanto renda monetária como a satisfação alimentar da família. Este fato aponta, como mostra Medeiros (2004, p. 37), que:

A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológicas refletiram-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional.

As alterações no uso do solo em Tamarana podem ser percebidas pelo exposto na tabela 9, a qual demonstra a evolução da produção de olerícolas a partir do ano de emancipação do município em 1997.

Tabela 9 – Evolução da olericultura em Tamarana – 1997-2005

CULTURAS	97/98 ÁREA (ha)	98/99 ÁREA (ha)	99/00 ÁREA (ha)	00/01 ÁREA (ha)	01/02 ÁREA (ha)	02/03 ÁREA (ha)	03/04 ÁREA (ha)	04/05 ÁREA (ha)
Repolho	59,5	38	37	40	46	50	100	175
Couve-flor	20	32	32	32	37	35	37	150
Tomate Safrão	70	58	30	80	38	27	100	180
Tomate Risco	30	39	40	60	38	100	67	110
Batata doce	1	1	1	2	-	5	40	80
Feijão-vagem	12	11	10	10	10	12	50	70
Pimentão	18	11	36	36	16	20	50	50
Pepino	38	40	60	60	12	15	40	50
Abobrinha	11	3	6	6	5	5	30	40
Berinjela	2	3	26	26	6	10	30	40
Cebolinha	1	1	1	-	1	1	1	-
Gengibre	-	-	-	-	-	1	1	20
Abóbora (Kabotia)	2	0,5	2	8	4	5	20	20
Inhame	-	-	2	-	-	10	10	30
Cenoura	10	7,5	5	5	1	2	10	24
Chuchu	6	2,5	1	12	12	12	30	30
Alface	26,5	11	15	15	13	12	12	8
Salsa	2	2	1	1	2	2	2	2
Beterraba	4,5	3	1	1	1	5	5	5
Batata salsa	-	-	7	7	-	7	8	5
Jiló	2	3	3	3	5	5	5	5
Outros	1	1	18	15.5	12	20	32	26

Fonte: SEAB/DERAL. Organizado pela autora.

Nota-se que em especial as culturas de repolho, couve-flor, tomate e batata doce apresentaram aumento significativo da área de cultivo. A maioria das culturas apresentou aumento de aproximadamente 50% em área cultivada de 2003 à 2005, fato que demonstra a eficiência produtiva dos assentamentos rurais, contribuindo para o aumento e diversificação da oferta de alimentos. O quadro 5 contribui para que se visualize a participação dos assentados nessa alteração do uso do solo do município ao evidenciar o tipo de produção realizada nos assentamentos.

ASSENTAMENTOS	PRODUTOS						
	LEITE	SOJA	OLERÍCOLAS	FEIJÃO	ARROZ	MILHO	CAFÉ
ÁGUA DA PRATA	X			X			
SERRARIA	X		X				
MANDASSAIA	X						
TESOURO	X		X				
MUNDO NOVO	X						
UNIÃO CAMPONESA	X	X				X	
CRUZ DE MALTA	X	X				X	
CACIQUE		X				X	
GRUPO BRASIL			X				X
GRUPO ESPERANÇA	X						
GRUPO ÁGUA BRANCA	X			X	X		
GRUPO RENASCER I			X			X	
GRUPO RENASCER II			X			X	
GRUPO RENASCER III			X			X	

Quadro 5 – Atividades desenvolvidas nos assentamentos em Tamarana

Fonte: Secretaria de Agricultura de Tamarana. Organizado pela autora.

Nota-se que nos assentamentos rurais do Banco da Terra destaca-se a produção de olerícolas, pois esses assentados já possuíam experiência neste tipo de atividade e também pela pequena área destinada por tal financiamento. Nos assentamentos do INCRA há maior concentração da pecuária leiteira.

Nas áreas destinadas ao cultivo das lavouras temporárias e permanentes, do mesmo modo, houve uma evolução na área de produção, como pode ser observado na tabela 10, destacam-se a produção aveia branca, soja, feijão, trigo, milho e tritcale. As culturas da soja, feijão, e milho também estão compreendidas no universo da produção dos assentados (quadro 6). Em relação ao café os assentados do Grupo Brasil, até o momento, são os que mais se dedicam a esta cultura.

Tabela 10 – Evolução das lavouras temporárias e permanentes em Tamarana 1997-2005.

LAVOURAS	ÁREA (Ha) 97/98	ÁREA (Ha) 98/99	ÁREA (Ha) 99/00	ÁREA (Ha) 00/01	ÁREA (Ha) 01/02	ÁREA (Ha) 02/03	ÁREA (Ha) 03/04	ÁREA (Ha) 04/05
Arroz Irrigado	18	33	34	34	34	396	215	130
Arroz Sequeiro	180	180	180	70	180	288	240	180
Arroz Orgânico	-	-	-	-	-	-	2,5	-
Algodão	250	-	-	-	-	-	-	-
Aveia Branca	100	968	158	10	450	252	250	2.000
Café	40	42	70	19	44	50	50	76
Feijão das Águas	150	1.250	1.250	800	1.250	1.300	950	1.452
Feijão da Seca	70	200	200	310	325	710	850	565
Feijão de Inverno	70	70	35	121	350	850	850	-
Mamona	-	-	-	-	-	-	1	-
Milho-Pipoca	-	-	-	-	-	5	5	5
Milho Safrinha	600	350	480	250	605	800	800	500
Milho	2.200	1.700	2.200	2.500	2.500	2.100	4.000	3.340
Soja	8.900	9.400	8.400	8.400	8.400	9.550	12.000	14.520
Soja Safrinha	-	26	-	-	-	400	620	-
Trigo	1.500	960	700	1.200	4.000	2.800	3.331	2.500
Triticale	500	-	-	450	800	500	1.404	800

Fonte: SEAB/DERAL. Organizado pela autora.

Embora as evidências, tais como a diversificação e o aumento da oferta de alimentos, as políticas de reforma agrária no Brasil não compreendem a noção de desenvolvimento do espaço rural e seus reflexos na sociedade a partir da dinâmica dos próprios assentamentos, as intervenções realizadas nesse sentido ainda são dotadas das noções dicotômicas entre os espaços rural e urbano, prevalecendo assim a orientação que represente a viabilidade econômica dessas ações no sistema liberal.

O termo impacto, segundo Medeiros (2004, p. 24), pode parecer “excessivo, uma vez que chama a atenção para o mais visível e espetacular”. No entanto, este *visível espetacular* dos impactos, “muitas vezes têm um caráter molecular e só se potencializam ao longo do tempo”. Assim, a própria implantação do assentamento e a reorganização territorial por eles promovida, podem representar o

processo lento de transformação da dinâmica do espaço rural, que se reflete na dinâmica urbana, estendendo-se em benefícios sócio-econômicos para a sociedade.

Como *ponto de chegada* os assentamentos representam mobilidade e integração social conquistada através do processo social de luta pela terra, trazendo à tona *novos sujeitos políticos*. Ao mesmo tempo, os assentamentos rurais são também considerados como *ponto de partida*, pois a partir da terra conquistada o produtor assentado busca, segundo Medeiros (2004, p. 23):

Implementar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo as possibilidades de gerar 'efeitos multiplicadores' [...], com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua.

Ocorre que muitas famílias são assentadas sem condições mínimas de infraestrutura, tais como água encanada, energia elétrica, estradas em boas condições, escolas, postos de saúde, transporte, etc. Não raro, até mesmo as áreas desapropriadas são impróprias para a produção da agricultura. Portanto, o assentamento firma-se como um processo de *reposição de conflitos*, no que se refere à luta pela mobilização do poder público a fim de sanar as deficiências estruturais no plano político de desenvolvimento do espaço rural brasileiro.

No Assentamento Cacique, por exemplo, os assentados ficaram um ano e meio sem água encanada, contando apenas com água da mina, e sem energia elétrica por mais de dois anos, fato que comprova que os projetos de assentamentos rurais não contam com estudos prévios para a sustentabilidade das famílias assentadas, e devem-se “muito mais à própria forma que as lutas por terra assumiram em determinadas regiões” (Medeiros; Leite, 2004, p. 19).

Assim, quando questionados sobre as maiores dificuldades no início do assentamento, os assentados deram respostas diversas, dentre elas:

No início, geralmente, foi a falta de alimentação, né? Você sai de um acampamento vai pra 'riba' de uma área, mas você não tem estrutura nenhuma, né? Você vai para uma propriedade, mas você vai sem estrutura, você vai depender do governo pra começa fazer alguma coisa. (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

Foi mais difícil, a dificuldade maior – que a gente era acostumado com a casa até que mais ou menos, né? – até construir, vir a luz, energia, água, principalmente. (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Ó, a maior dificuldade, uma das maiores perdas, é estrada. Foi uma das mais difícil. Indo aqui pela UNOPAR, aqui pela fazenda, daqui pra nossa região lá dá 26KM, estrada ruim, era estrada tudo de terra, pra sair era difícil (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

A pressão por infraestruturas demanda a atuação do poder local, e mesmo das esferas estaduais e federais no objetivo de sanar o problema. No caso das estradas que dão acesso aos assentamentos de Tamarana, a Prefeitura do Município, em convênio com o INCRA, está atuando em melhorias nesse sentido, conforme depoimento do assentado:

Melhorou. A gente recebeu recurso do INCRA pra fazer a recuperação da estrada, moledo. Foi feito duas vezes já, foi feito em 1999 e agora no ano passado (2005) foi feito de novo. Dentro desse assentamento foi feito de mais 14 km de moledo, com recurso do INCRA através da Prefeitura. Hoje em dia nossas estradas dos assentamentos, igual Mundo Novo, Mandassaia, e outros que foi feito, tá melhor que as outras estradas“ (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Percebe-se, ainda que lentamente, que os projetos de assentamentos rurais originados pelo processo social de luta pela terra contribuem para uma reorganização territorial que promove o benefício tanto das famílias assentadas, quanto das famílias residentes no entorno de tais projetos. Sugerindo, dessa forma, possíveis delimitações de regiões construídas a partir dos assentamentos, dotando o campo com infra-estruturas que possibilitem o processo de reprodução social da população rural (MEDEIROS, 2004).

Em relação à saúde, os assentamentos Água da Prata e União Camponesa contam com infra-estrutura material e social para assistência médica, sendo trinta quilômetros distantes da cidade, contam também com ensino fundamental, Escola Elis Barbosa, com cento e treze alunos matriculados de primeira à quarta série (foto 6). Outras duzentas e quarenta e sete crianças residentes na área rural do município estão matriculadas nas escolas rurais de ensino fundamental: Presidente Bernardes e Fazenda UNOPAR (Universidade do Norte do Paraná), essa última com ensino integral gratuito, e aproximadamente cento e oitenta e oito crianças

estão matriculadas no ensino fundamental da escola urbana Iracema Torres Rochedo. Em relação à educação, o presidente da associação do assentamento Mundo Novo fez a seguinte consideração:

Hoje em dia a educação, a gente tinha a escolinha lá, hoje em dia foi tudo pra Tamarana, modificou, tirou 'as escolinhas rural', eu não gostei muito. A criança levanta cinco horas da manhã, eu mesmo faço o transporte escolar lá, quando chega em casa é duas horas da tarde. Cansa as crianças (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Com a lei de municipalização do ensino no Paraná, a partir do ano de 1995 a maioria das escolas da área rural foram desativadas, dificultando o acesso à educação da população rural, mais uma vez demonstra-se a perspectiva dicotômica que liga o rural ao atraso, delegando serviços públicos somente na área urbana. Neste sentido:

E eu vou falar pra você que eu acho que quando traz as crianças do campo pra estudar na cidade, eu acho que começa a desaprender eles a ficar no campo, quando eles começam a pegar ali seus quinze anos eles não querem nem saber mais do sítio, querem a cidade. Mas, não tem outra forma de ser, tem que ser assim, né? Eles têm que estudar, né? A gente tem reivindicado escola no campo, mas o pessoal não tem escutado não, viu? (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Além destes fatores, a ausência de organizações municipais ou estaduais de ensino superior e técnico no município também contribui para que se abandone o campo em busca da continuidade do aprendizado, conforme diz o assentado: "A educação terminou o segundo grau tem que ir embora de Tamarana" (ASSENTAMENTO CACIQUE).



Foto 6 – Escola de ensino Fundamental Elis Barbosa – assentamento Água da Prata

Foto: Viviane Lazari, 2005.

O restante da população assentada, bem como a população rural em geral que reside distante desses assentamentos, ou da cidade, não recebem assistência médica caso não se deslocarem para a Unidade Básica de Saúde de Tamarana, no centro da cidade, para isso dependem essencialmente de transporte. No caso de não possuírem o próprio veículo, é imprescindível a solidariedade de vizinhos:

Teve um rapaz lá agora que precisou, que a moça dele ficou doente e ele tava sem carro, aí ele correu no vizinho e alugou, pediu pra trazer. Mas vamos dizer que acontece de chegar lá e o vizinho não tá, né? Daí já complica mais (ASSENTAMENTO CACIQUE).

O Assentamento Mundo Novo conta com estrutura física para um posto de saúde, e o presidente da associação do assentamento considera que houve melhorias nesse sentido. No local há uma casa que fazia parte da sede da fazenda desapropriada e que foi destinada como posto de saúde, no entanto, ainda necessitam de funcionários, como no depoimento:

A saúde era mais ou menos, hoje é boa. Tem medicamento, tem tudo, o médico vai uma vez por semana. E enfermeira a gente tinha uma auxiliar no ano passado, e daí esse ano deu problema e ela foi embora. E tá quase certo de arrumar uma pro ano que vem, porque a gente não consegue, quando eu falo a gente não consegue, eu digo a gente junto com a Prefeitura, de repente também, tá colaborando pra ter uma pessoa pra trabalhar na zona rural (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

A capacitação profissional dos assentados contribui para que os próprios agentes comunitários, tais como enfermeiras, médicos, engenheiros agrônomos, professores, etc, surjam dos próprios assentamentos. A noção de desenvolvimento rural passa pela educação e capacitação dessa população, assim a própria territorialidade que os assentados apresentam com o espaço seria fortalecida enquanto *locus* de vida social e política. A falta de uma enfermeira permanente no local, segundo o presidente da associação, está diretamente ligada a este fator:

A Prefeitura, o hospital de Tamarana, não tem como obrigar uma auxiliar a ir morar lá – que pra ela ir trabalhar lá e voltar todo dia, então fica difícil, né? – então foi isso a dificuldade que nós tamo tendo. Mas a gente tem uma pessoa, no ano que vem, que ela é esposa de um assentado, mora até no Mandassaia, inclusive. Então tá tudo certinho, no final do ano ela tá acabando um estudo que ela tá fazendo, ela já é auxiliar, então ela vai pra lá. (ASSENTAMENTO NOVO MUNDO).

É imprescindível que haja uma reestruturação das políticas voltadas para o campo no objetivo de desenvolvimento rural, enquanto for negada a infraestrutura que parece ser privilégio do urbano será impossível de visualizar a melhoria das condições de vida da grande parcela carente que este espaço apresenta. Considerando que não ocorreram deslocamentos significativos de pessoas de outras regiões e que a população assentada representa parte significativa da população rural de Tamarana, também pode-se pretender que a política de assentamentos rurais constitui-se em alternativa de permanência e trabalho no meio rural, assim possibilitando o processo de reprodução do pequeno agricultor familiar:

A gente ficou dono. Que a gente já tinha conhecimento de agricultura, né? Porque foi criado no sitio, meu pai foi agricultor, minha mãe também, então a gente já é do sitio. Então pra mim foi uma boa. Graças à Deus não me arrependo, não (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Nos muitos casos nos quais o nível de escolaridade dos responsáveis pelo lote não ultrapassa o primeiro grau, ou seja, refletindo baixo domínio da leitura e escrita, o assentamento também representa uma alternativa de sobrevivência e reconhecimento social para uma população com dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho (MEDEIROS, 2004). Tal como depoimento do assentado:

A gente fica de teimoso. Porque a gente é do ramo, é da lavoura, sabe que na cidade não é fácil, a gente não tem estudo. Pra quem tá na cidade e tem estudo a gente já vê que tem muita dificuldade, então a gente “veve” ali, “veve” apertado, mas ensinando os filhos o que a gente pode ensinar ali pra ver se eles ficam na lavoura e toca pra frente o barco, né? Pra seguir, né? Porque vem do tempo que a agricultura era meu avô, meu bisavô, depois minha mãe, meu pai, então vem de longe. A gente gosta. Eu gosto do sitio. Eu gosto (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Desse modo, a mobilização do poder público local, provocada pela pressão social advinda da nova realidade - a implantação do assentamento, contribui para sanar as deficiências que impedem o desenvolvimento socioeconômico não somente dessas famílias assentadas, mas também para o benefício da população no entorno desses projetos, assim caminhando para o desenvolvimento do espaço rural brasileiro no conjunto da sociedade.

Quanto aos entrevistados do comércio da cidade de Tamarana, esses responderam da seguinte forma quando questionados sobre as condições de saúde do município; 8% a consideram ótima, 64% disseram ser boa, outros 24% disseram que é ruim e 4% a consideram péssima. Em relação à educação, as respostas foram as seguintes: 8% a consideram ótima, 60% a consideram boa e 32% a consideram ruim. Quando indagados sobre a situação do comércio nos últimos dez anos, os comerciantes entrevistados responderam da seguinte maneira: 16% dos entrevistados consideram que a situação do comércio em Tamarana não mudou nos últimos dez anos, outros 24% disseram ainda que ela piorou. No entanto, 60% dos entrevistados disseram que a situação do comércio havia melhorado:

“Melhorou, antes a gente era uma mercearia, hoje já somos um mercado” (MERCADO).

“Não mudou muito, não. Porque ainda depende muito da agricultura, se esta vai bem, a gente também se favorece, mas se a agricultura vai mal, a gente vende pouco aqui também” (PANIFICADORA).

“Piorou. No tempo em que colhiam algodão e café as pessoas tinham mais renda” (LOJA DE CALÇADOS).

“Ah melhorou. A cidade vem se desenvolvendo desde sua emancipação, aumentou a população do município e também aumentaram as vendas” (LOJA DE CALÇADOS).

“Nos últimos seis anos nosso comércio cresceu cerca de 70%” (LOJA DE MOTO PEÇAS).

Procurando ainda verificar se houve influência dos assentamentos rurais nas vendas do comércio, questionou-se aos comerciantes de Tamarana se a instalação de tais projetos foi significativa ou não para a dinamização do comércio local. Dos entrevistados, 16% responderam que a instalação dos assentamentos rurais não havia influenciado o fluxo das vendas, porém, o reconhecimento dos assentados no aumento das vendas do comércio do município foi de 84%:

“Aumentaram as vendas, principalmente no ano de 2005, quando saiu o PRONAF” (AGROPECUÁRIA).

“Não, eles consomem o que plantam” (SACOLÃO).

“Não, os financiamentos demoram muito” (AGROPECUÁRIA).

“As vendas aumentaram com os assentamentos mais próximos da cidade” (LOJA DE MÓVEIS).

“Ah, sim. Eles compram bastante aqui” (BAZAR).

“Hoje vendemos mais que antigamente” (LOJA DE CONFECÇÕES).

Em relação à reorganização do território, a alteração da ocupação do espaço representa a alteração da dinâmica do local, pois onde antes predominava a grande propriedade hoje multiplicam-se pequenos lotes que beneficiam inúmeras famílias. Estas alterações não são percebidas apenas pela população assentada, ao contrário, o problema da concentração fundiária tem seus efeitos conhecidos na prática do local, tanto pela população urbana quanto pela população rural.

Quando indagados sobre de que maneira a instalação dos assentamentos rurais influenciou nas vendas, os comerciantes do município deram respostas significativas, tais como:

“Antes era só um fazendeiro que muitas vezes nem comprava no comércio da cidade. Agora não, tem muitas famílias produzindo e comprando” (AGROPECUÁRIA).

“Movimentou o comércio. O fazendeiro não ajudava. Repartindo a terra também reparte a renda que é ajuda no comércio” (MERCADO).

“Se não for estes ‘sitinhos’ estamos mortos. A população da cidade não valoriza o comércio e compram em outro lugar” (LOJA DE MÓVEIS).

Em relação à importância dos assentamentos para o comércio da cidade, estabeleceu-se uma escala em quatro níveis: *muito importante*, *importante*, *pouco importante* e *não é importante*. Os assentamentos rurais foram reconhecidos por 75% dos entrevistados do comércio como muito importante para as vendas, enquanto os 25% restantes disseram ser importante. A demanda por produtos agropecuários no município favoreceu o estabelecimento de novas lojas agropecuárias nos últimos dez anos, conforme constatado no quadro 6, além da abertura de outros estabelecimentos.

Nº.	ESTABELECEMENTOS	TEMPO DE FUNCIONAMENTO	FREQUENCIAS DAS COMPRAS DOS ASSENTADOS
Supermercados			
01	Mercado do Carlito	12 Anos	Mensalmente, no começo do mês.
02	Supermercado Brasil	17 Anos	Mensalmente, no começo do mês.
03	Mercado Bom Dia	7 Anos	Mensalmente, no começo do mês.
04	Comercial Fogaça	15 Anos	Mensalmente, no começo do mês.
05	Casa Marcondes	15 Anos	Semanalmente.
Agropecuárias			
06	Cativa	4 Anos	Semanalmente.
07	Agrocem	10 Anos	Semanalmente.
08	Apoio Agrícola	2 Anos	Semanalmente.
09	Produza	6 Anos	Na época do financiamento
Farmácias			
10	Santa Terezinha	45 Anos	Não Frequentam
11	Garcia	16 Anos	Mensalmente
Lojas de Calçados			
12	Milenium	5 Anos	Mensalmente
13	Calçados do Reino	5 Anos	Mensalmente
Lojas de Confeccões			
14	Casa Barbosa	40 Anos	Mensalmente, no começo do mês.
15	Confeccão Santista	25 Anos	A cada 120 dias
16	Vegas Confeccões	18 Anos	Não Sabe Responder
Lojas de Móveis			
17	Móveis Oriani	11 Anos	Uma Vez Por Mês.
18	Loja de Móveis Tajima	9 Anos	A Cada 180 Dias.
Materiais de Construção			
19	Casa do Cimento	15 Anos	Mensalmente
Moto Peças			
20	Master Moto Peças	6 Anos	Semanalmente
Bazar – Móveis Usados			
21	Bazar da Olga	20 Anos	Mensalmente
Panificadora			
22	Panificadora Central	8 Anos	Não Sabe Responder
Quitandas			
23	Sacolão Alves	2 Anos	Não Frequentam
24	Sacolão Mooroka	10 Anos	Do Início do mês até o dia 10.
Outros			
25	Lojão de 1,99	14 Anos	Do Início do mês até o dia 15.

Quadro 6 – Tempo de funcionamento e frequência das compras dos assentados nos estabelecimentos

Fonte: Pesquisa de campo, SET/2006. Organizado pela autora.

Em relação ao valor gasto pelos assentados nas lojas agropecuárias, nota-se, através do quadro 7, que o PRONAF destaca-se enquanto financiamento da lavoura e fator de dinamização do comércio.

AGROPECUÁRIA	VALOR
CATIVA	Entre R\$ 40,00 a R\$ 50,00 por mês
AGROCEM	Varia de acordo com o PRONAF
APOIO AGRÍCOLA	Entre R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00 por safra
PRODUZA	Aproximadamente R\$ 1.500,00 por safra

Quadro 7 – Valores gastos pelos assentados nas agropecuárias

Fonte: Pesquisa in loco, 2006. Organizado pela autora

O quadro 8 demonstra a realidade agrícola do município, destacando a pecuária leiteira como atividade exercida por muitos pequenos agricultores, além da olericultura, feijão, arroz e milho, de acordo com os produtos mais vendidos para os assentados.

AGROPECUÁRIA	PRODUTOS
CATIVA	Vermífugos, vacinas, antibióticos e sal
AGROCEM	Sementes de hortaliças, adubo e veneno para horta
APOIO AGRÍCOLA	Fertilizantes, sementes de arroz, feijão, milho e hortaliças, rações, vermífugos, vitaminas e sais minerais
PRODUZA	Vermífugos e suplementos minerais

Quadro 8 – Produtos mais vendidos nas agropecuárias

Fonte: Pesquisa in loco, 2006. Organizado pela autora

No que se refere à concorrência entre lojas agropecuárias pela preferência das compras dos assentados, os entrevistados responderam o seguinte:

“Sim, oferecemos bons preços nos produtos veterinários” (AGROPECUÁRIA I).

“Sim, geralmente na época do PRONAF os orçamentos das agropecuárias variam” (AGROPECUÁRIA II).

“Sim, tem concorrência quando sai o PRONAF, mas geralmente cada agropecuária tem seus clientes conforme a atividade do produtor” (AGROPECUÁRIA III).

“Quando sai o PRONAF a gente costuma concorrer nos orçamentos que a EMATER escolhe” (AGROPECUÁRIA IV).

Questionados se houve aumento significativo nas vendas após a instalação dos assentamentos rurais no município, 75% dos entrevistados nas lojas agropecuárias responderam que sim, sendo que somente a Agropecuária IV considerou que não houve diferença nas vendas, esse estabelecimento costuma fornecer produtos aos grandes proprietários, segundo o entrevistado.

Em 100% dos estabelecimentos agropecuários as compras efetuadas pelos assentados são pagas à vista, na maioria dos casos através de guia de pagamento emitida pelo Banco do Brasil, conforme valor aprovado nos projetos do PRONAF pela EMATER. Dessa maneira, pode-se perceber que as políticas de crédito agrícola se configuram de maneira fundamental tanto para possibilitar a produção nos assentamentos como para dinamizar o comércio local.

Tal financiamento é obtido através de projetos, individuais ou coletivos, elaborados pela EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), e COTRARA (Cooperativa dos Trabalhadores em Reforma Agrária). No caso, em Tamarana a assistência técnica é prestada pela EMATER que, para emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) tem como exigência que, no mínimo, 70% da renda do agricultor seja decorrente de atividades agrícolas, além do título da propriedade (no caso dos assentamentos, título de propriedade provisório fornecido pelo INCRA), ou documento que comprove ser arrendatário, meeiro, parceiro ou comodatário, conforme informado pelo engenheiro responsável pela EMATER do município.

Em entrevista com a responsável pelo financiamento do PRONAF junto ao Banco do Brasil, agência Londrina, constatou-se que no município de Tamarana os projetos coletivos deixaram de ser viabilizados para evitar o endividamento coletivo das famílias, caso alguma das partes envolvidas deixe de pagar pelo financiamento. A entrevistada calcula que, do total de projetos financiados no município de Tamarana, aproximadamente 30% deles estejam inadimplentes e considera que frustrações de safras e repasses de lotes sejam os responsáveis pelos endividamentos.

No entanto, afirmou a entrevistada que aproximadamente 50% dos agricultores de Tamarana que recorreram ao financiamento para custeio PRONAF A, no valor de R\$ 2.000,00, renovaram o financiamento na linha custeio PRONAF C, no valor de R\$ 4.000,00. Fato que, segundo a entrevistada, representa aumento na

capacidade de endividamento desses agricultores de acordo com o rendimento obtido nas atividades agrícolas.

As fotos 7 e 8, mostram estabelecimentos comerciais recém construídos em Tamarana, evidência da expansão da área comercial do município. Em diversos estabelecimentos comerciais os entrevistados citaram o PRONAF como instrumento propulsor das vendas, além da previdência social como a aposentadoria, coincidindo com a freqüência das compras dos assentados nos estabelecimentos comerciais, conforme observado no quadro 6, que ocorrem geralmente no início do mês.

As dificuldades advindas da ausência de equipamentos necessários à produção da agricultura contribuem para que, através dos intermediários, os produtores acabem lesados quanto à apropriação da riqueza por eles produzida, contribuindo para a exploração do trabalho do agricultor na terra. Nesse sentido, o crédito constitui-se como importante meio para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas utilizados pelos assentados no processo de produção, além de dinamizar o comércio local. Nas entrevistas do comércio, foi bastante citado o crédito PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em sua contribuição ao acesso dos assentados às compras realizadas. Segundo o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2004 mais de 1,57 milhões de pequenos agricultores tiveram acesso a este crédito no Brasil.

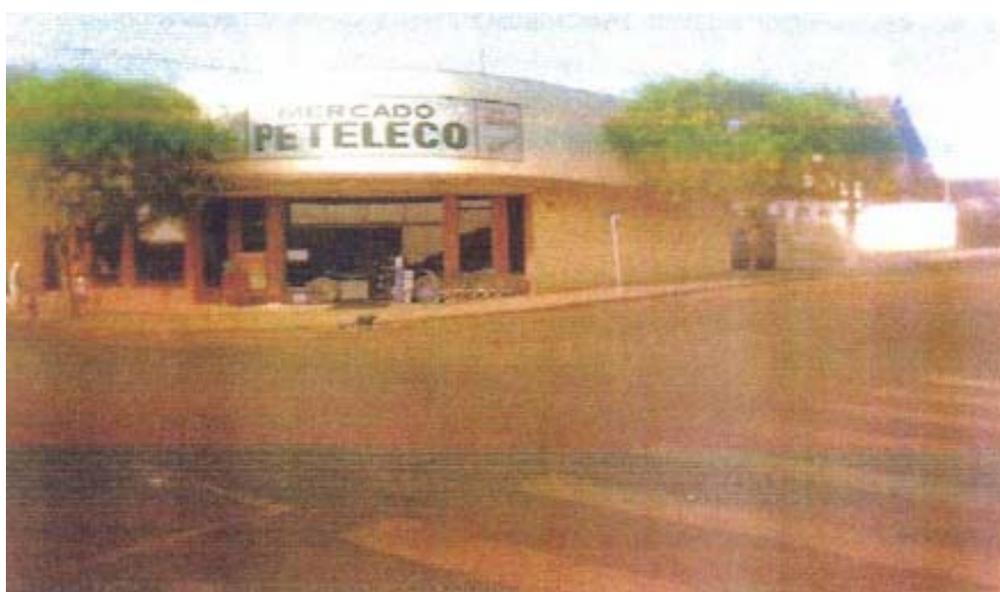


Foto 7 – Área comercial do Município de Tamarana



Foto 8 – Área comercial do Município de Tamarana

A população rural de Tamarana tem peso na movimentação do comércio no município, os próprios comerciantes reconhecem a participação da população rural nos estabelecimentos, pois 88% dos entrevistados disseram que seus fregueses mais freqüentes são moradores da zona rural, 12% não souberam diferenciar, enquanto nenhum dos entrevistados citou a população urbana.

O crédito rural, como o PRONAF, constitui-se importante meio de aquisição de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas utilizados pelos assentados no processo de produção, além de dinamizar o comércio local. No estabelecimento de materiais para construção que foi mais citado pelos assentados, o responsável fez a seguinte observação:

Olha, até 2003 mais ou menos, a gente teve uma melhora de 100% nas vendas graças aos assentados aqui de Tamarana, porque eles receberam o crédito de habitação para construir as casas, receberam o PROCERA. A gente fechou com eles o material de construção, algumas ferramentas, então foi vendido bastante coisa, sabe? Agora de 2004 pra cá não tá muito bom, não. Os assentados tem dado uma diminuída nas compras, tá faltando verba pra eles, o PRONAF é um que ajuda muito.

A responsável pela loja de R\$ 1.99, citou o PRONAF, dizendo que: “Entrou mais dinheiro no município com o PRONAF, eles (os assentados) gastam mais no comércio agora”. Dessa maneira, quando questionados sobre as pretensões em permanecer no comércio do município, 96% dos entrevistados disseram que sim,

tinham perspectivas de continuar em Tamarana, sendo que apenas 4% dos comerciantes confessaram-se insatisfeitos, com pretensões de deixar o comércio da cidade por apresentarem rendimentos pouco significativos.

Em relação às condições de pagamento das compras realizadas pelos assentados no comércio da cidade, em 56% dos estabelecimentos a população assentada tem a possibilidade de comprar através de crediários e cadernetas, no caso dos crediários estes são feitos da maneira comum no comércio, sob consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, e as cadernetas são documentos à base da confiança. Outros 44% responderam que eles não possuem crédito em seus estabelecimentos, alguns por não concederem esse tipo de financiamento para cliente algum. Os entrevistados também responderam unânimes que os assentados costumam ser bons pagadores. A busca por atividades mais lucrativas e diversificadas reflete-se na composição da renda dos assentados que recai, com efeito, sobre o comércio local, firmando o assentamento como um peso político no plano em que estão inseridos.

Enquanto os estabelecimentos comerciais da cidade beneficiam-se, a população rural assentada mantém-se na luta por melhores condições de produção e comercialização dos seus produtos. Os estudos sobre as formas de produção nos assentamentos rurais mostram que elas são exemplos de inventividade, ou seja, diante das condições de comercialização os assentados promovem rearranjos que possam possibilitar a continuidade do processo de reprodução social, de modo que desenvolvem redes de efeitos multiplicadores alterando a dinâmica da produção. Percebe-se este fato nos seguintes depoimentos:

A gente mexe com a vaquinha de leite, o leite é barato demais não compensa. Eu entregava leite, parei de entregar, minha mulher faz doce, faz queijo pra vender, senão não compensa. Trinta centavos o leite, daí não compensa. Então, ela sofre um pouquinho mais na produção, mas faz lá o doce, o queijinho dela, eu trago na cidade vendo, vou em Londrina vendo. Então, é uma rendinha que eu aumento um pouco minha renda, né? E tem que ser assim, se não for assim você é muito explorado (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

No assentamento varia bastante, né? Uns mexe mais com criação, outros mais com agricultura, né? E, então, varia muito, né? No caso meu, eu mexia mais com horta, e plantava sem veneno milho, roça assim. Só que não dava muito futuro, né? Daí ultimamente a horta tava ficando difícil também, então a gente ta virando pro lado da criação, né? A gente vai mexer com cordeiro, com gado, coisa assim, sabe? Por que

daí a gente levou muito prejuízo, né? Então ta parando. E daí, a maior parte ali é gado também. Também tem um pouco de frango (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Portanto, conclui-se que esta diversificação coloca-se forçosamente como necessidade de superação diante das formas de comercialização e do apoio à produção agrícola desses assentamentos, conforme o assentado do ASSENTAMENTO MUNDO NOVO:

Agricultura eu não mexo muito, só um pouquinho com gado mesmo porque hoje não ta fácil pro pequeno agricultor mexer com lavoura. Você pega aí um PRONAFINHO aí, R\$ 2000 um PRONAFINHO, daí não tem o maquinário, paga trator, paga semente, paga adubo, paga tudo e gasta os dois mil reais pra preparar um alqueire, quando você colhe um alqueire ele não dá dois mil reais, então não ta compensando.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados permanecem a configurar a situação do pequeno agricultor em geral, sendo prejudicados pelos processos de comercialização de seus produtos que, na maioria das vezes, entregam a preços vis para os atravessadores. Além da deficiência nos aparatos do processo de produção como disseram os assentados:

As cooperativas que colhem lá, o milho, por exemplo, o cara tem uma colhedeira e um caminhão. Por exemplo, eu pago lá dez sacos por alqueire, pra colher, ele colhe, já traz e já ganha o frete também, né? (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

Paga frete, né? Paga pra plantar, paga pra colher, então por isso que fica difícil. Igual, a gente tem um tratorzinho, mas não tem todos os implementos, então fica difícil. Pra gente fica. Precisa de uma bomba de veneno aí a gente não tem, eu tenho que pagar porque não tem como eu ir lá e fretar a bomba e passar, né? Não é todo mundo que empresta, né? Então, é falta de equipamento (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Ainda que pautados por dificuldades no processo de produção e comercialização dos produtos, a dinâmica provocada pela instalação dos assentamentos rurais pode ser notada pelo seu reconhecimento político e econômico do município. Não há conhecimento de conflitos entre a população assentada, comerciantes e assentados disseram que os assentamentos foram bem recebidos pela população de Tamarana.

Aos comerciantes perguntou-se qual a mudança que foi observada no município após a instalação dos assentamentos, desta maneira obtiveram-se respostas interessantes, como:

“O comercio ficou mais forte, vieram investimentos de fora como a Integrada (cooperativa agrícola) e a Tamarana Metais (indústria)” (AGROPECUÁRIA).

“Aumentou a população e entrou um pouco mais de dinheiro” (AGROPECUÁRIA).

“O que mudou bastante foi o número de bóias frias que ficavam de manhã na praça esperando serviço, hoje não se vê mais nenhum” (FARMÁCIA).

“Movimentou bastante o comércio com o aumento da população e também abriram outras lojinhas” (MERCADO).

“As vendas aumentaram, mas eles não têm incentivos para produzir. Se tivessem, Tamarana estaria bem melhor hoje em dia” (FARMÁCIA).

“Movimentou o comércio e também fizeram reformas nas estradas” (MERCADO).

A mesma pergunta foi feita aos assentados:

Mudou porque abriu mais comércio, a movimentação, o ônibus que faz a linha lá na nossa região, parece que quando sai o povo dos assentamentos a cidade fica mais calma. Movimentou, a gente já ta bem conhecido no comércio, teve gente que falou quando a gente chegou que Tamarana ia voltar a ser Tamarana de antigamente, na era do café, por causa dos *pequenos agricultor*, né? (UNIÃO CAMPONESA).

A cidade, eu acho que a cidade até melhorou muito, o que deu pra ver que melhorou é casa de comércio. Mercado era um mercado aqui outro mercadinho lá, hoje em dia você vê quatro, cinco mercado grande.

Material de construção tinha um material de construção, hoje você vê três, quatro material de construção grande. Coisa boa, porque você vai num e pechincha, vai no outro e pechincha, o outro faz um preço melhor, então melhorou bastante. As estradas melhorou bem porque primeiro era poucos agricultores e tal, eram poucos pra reclamar, né? Hoje em dia, então, já melhorou bastante as estrada rural, melhorou bastante pra vir pra cidade. Eu acho que melhorou num todo assim. Melhorou muito (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Dos comerciantes, procurou-se saber a opinião sobre a população assentada, e obtendo as seguintes considerações:

“Eles não têm incentivos pra produzir. Se tivessem, isso ajudaria bastante o comércio da cidade também” (panificadora).

“Tem muito abuso, eles ficam na terra até sair os créditos e depois vendem” (farmácia).

“Não trazem muito benefício, mas também não fazem mal. Eles prejudicam mais o fazendeiro” (loja de móveis).

“Pro município é muito bom, veja bem, hoje a fazenda assenta muitas famílias” (agropecuária).

“Eu apóio, uma fazenda não gasta o que eles gastam” (material de construção).

Segundo os presidentes das associações, os assentados costumam ir à cidade semanalmente, tanto para freqüentar o comércio como os bancos. E também para utilizarem os serviços públicos. Quanto ao comércio, os assentados disseram que Tamarana hoje oferece de tudo, não havendo necessidade de efetuar compras fora do município, assim:

É bom. Eu falo pra você que é bom e tem vantagem porque eu freqüento muito Londrina, né? Então to em Londrina quero um arame, alguma coisa, eu sempre vejo lá e aqui, sabe? Então tem coisa que você acha mais caro lá do que aqui” (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Este fato demonstra que o comércio passou por um rearranjo, conforme as necessidades por produtos que antes não ofereciam, possibilitando o estabelecimento de novas lojas e ampliando a oferta nos estabelecimentos existentes, além do aumento na oferta dos serviços. Em estudo realizado por Medeiros (2004, p. 35), foi constatado que:

Na região de Bagé, Rio Grande do Sul, por exemplo, a produção de sementes introduzidas por um conjunto de projetos de assentamentos modificou sensivelmente a estrutura produtiva local e incentivou a instalação de indústrias de beneficiamento nos municípios próximos.

No caso de Tamarana o potencial dos assentamentos, embora seja bastante considerável, parece que vem despertando lentamente o interesse público em relação ao desenvolvimento sócio-econômico do município, principalmente na produção de leite e derivados, além da olericultura. A falta de projetos direcionados para os assentamentos rurais em Tamarana acaba entregando nas mãos dos atravessadores a riqueza produzida pelos assentados. No caso, a olericultura é comercializada pelos atravessadores no CEASA de Londrina, o leite e a produção de grãos são vendidos às cooperativas: Cativa, Integrada e Corol.

O responsável pela EMATER de Tamarana, apresentou o projeto de uma queijaria que estava sendo analisado em relação à viabilidade de sua execução junto aos assentados de Tamarana. Também o Secretário da Agricultura do município disse que o potencial da produção de leite está sendo estudado e mantém perspectivas positivas em relação às cooperativas de derivados de leite que podem surgir dos assentamentos rurais. Porém, até o final dessa pesquisa, nenhum projeto havia sido efetivamente organizado.

No entanto, o potencial de produção coletiva nos assentamentos de Tamarana permanece sem ser explorado em benefício dos próprios produtores, desse modo, vendem a matéria prima para ser beneficiada por aqueles que se aproveitam da produção leiteira no município e desenvolvem atividades a partir do trabalho dos assentados, evidenciando os efeitos multiplicadores sobre a economia local:

O leite tem um rapaz que pega lá, que é pra queijaria, né? Tem uma fabriqueta de queijo. E daí tem uma mulher também lá que faz queijo na propriedade dela. Aí o resto do pessoal que mexe com leite já entrega pro laticínio (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Ainda procurando verificar o que poderia ser realizado pelo poder público local, no intuito de dinamizar a produção e comercialização dos produtos dos assentados, pediu-se aos presidentes das associações dos assentamentos algumas sugestões neste sentido:

Olha, a lavoura, todo mundo planta muita lavoura e tá tendo prejuízo, é muito caro. Podia conseguir sementes do governo, que eu sei que tem sementes, no ano passado teve semente que veio, veio semente de feijão, de milho pro agricultor, que daí o caro não precisa comprar, já tem ali, é um custo a menos. Podia a Secretaria da agricultura correr atrás e dar uma mão (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Eu acho que pra melhorar eles poderiam trazer mais curso pro agricultor, cooperativa, fábrica de massa de tomate, de tecido, alguma coisa assim, pra ajudar, né? Que daí incentivava. Tipo assim um mercado mais próximo, um CEASA mais próximo, por exemplo, um mercadão, né? Pra não ficar tão difícil o transporte, caro pro pequeno agricultor, né? (ASSENTAMENTO CACIQUE).

No município existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que promove cursos de capacitação aos pequenos produtores. Aos assentados, em janeiro de 2007, segundo dados obtidos junto à Secretaria de Agricultura do município, foi realizado o curso de plantação de eucalipto, derivados do leite e cultivo florestal. No mês de fevereiro, realizou-se o curso de apicultura e em março o curso de turismo rural, todos com vagas para quinze pessoas. Conforme informação obtida no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município, todas as vagas oferecidas pelos cursos foram preenchidas.

A instalação dos assentamentos rurais, enquanto fruto do processo social de luta pela terra e instituídos através de políticas públicas, traz a tona o surgimento de novos sujeitos políticos, tal como afirma Medeiros (2004, p. 22):

Daí deriva uma das primeiras dimensões do que se poderia chamar de 'impacto' dos assentamentos: trazer determinados seguimentos para a experiência com o mundo dos direitos, reconhecendo e legitimando o acesso a um certo pedaço de terra.

Esse fato contribui para a organização política dos assentados que, mesmo nos casos em que encontram-se distantes dos movimentos sociais de luta pela terra, continuam reivindicando melhores condições de infraestrutura e

equipamentos sociais. A associação, no assentamento, aparece como um instrumento para o exercício da cidadania e fortalecimento das relações sociais dentro e fora do novo espaço conquistado. Deste modo, a participação dos assentados nas associações dos assentamentos é significativa, tal como se percebe nos depoimentos:

“Nós somos em doze, onze participam” (ASSENTAMENTO CACIQUE).

“Todas as famílias, vinte e sete. Não vou dizer que em todas as reuniões tem cem por cento, tem setenta, oitenta por cento, mas participam” (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

“Todas. Vinte e sete famílias” (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

E ainda:

Tem que ter a associação. Tem pessoas que não concordam muito, que acha que tem que fazer do jeito deles, mas a associação é fundamental pros assentados, porque sem ela tem muitas coisas que a gente não consegue, tem que ter associação, é muito importante a associação (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Geralmente, o que parece com toda a dificuldade, a gente graças à Deus ta levando bem democrático, né? Então, por ser democracia você acata as idéias dos companheiros e geralmente com as dificuldades a gente ta tocando, ta tendo uma certa aceitação, né? Da ‘companheirada’ por essa direção, né? (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

A organização da associação nos assentamentos representa, pelo exposto, o fortalecimento das reivindicações do grupo, aparecendo como forte instrumento político por parte dos assentados. Pode-se inferir também, que a constituição da associação nos assentamentos, e a adesão dos membros do grupo, aparece como um fator que fortalece a união e o sentimento de identidade entre os participantes. As reuniões realizadas pela associação, em geral, costumam acontecer uma vez por mês. Nelas, os assentados discutem problemas diversos, além de

exporem democraticamente maneiras de saná-los, como responderam os presidentes quando indagados sobre como é a participação dos assentados nas reuniões:

Nas assembléias, né? Dando opiniões, sugerindo, questionando coisas. Que o grupo não pode ter só elogio tem que ter críticas, né? Pra crescer”(ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

É sobre as ordens, né? O que a gente tem que manter em ordem. É as plantas, respeitar as beiras do rio, reserva, plantas de árvores nativas, né? E sobre os recursos também, que temos que batalhar. O quanto pagar também, né? (ASSENTAMENTO CACIQUE).

A gente marca reunião, discute problemas, leva informação pro pessoal. Então, a reunião é sempre uma vez por mês. Se não for necessário não faz, mas pelo menos uma vez por mês a gente faz uma reunião (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Vale ressaltar que, antes de emergirem como novos atores políticos em experiência com o mundo dos direitos, essa população assentada, em grande parte, representava a mão-de-obra explorada e expropriada do campo, se apresentado como reflexo da concentração fundiária em nosso país:

Eu morava de porcenteiro, então a gente avaliou que ia chegar uma época que não ia ter terra mais para arrendar, e se tivesse era a parte mais ruim que nem lá na minha região lá no sul do Paraná, sudoeste, divisa com Santa Catarina, é tudo quebrado, então *as pessoas pegava as costela de vaca*, né? Não tinha terra, tinha morro, lugar mais ruim. Daí eu conscientizei um dia, falei pra minha esposa: “vamos pro sem terra”, a gente achava que era um movimento organizado, tinha um pouco de consciência com a causa do homem do campo, tinha uma identidade (ASSENTAMENTO UNIÃO CAMPONESA).

A gente sofreu muito, trabalhava de meeiro, né? Sofria. Então a vontade da gente era ter uma ‘chacrinha’, nem que fosse pequenininha, sabe? Mas, com ajuda de Deus, agora nós conseguimos (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Eu morava na fazenda, meu patrão vendeu pro INCRA. Daí a gente viu que tinha direito de ficar na fazenda, a gente morava em três famílias, todas as três ficou (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

A identificação com os trabalhadores sem terra que fazem parte do MST, inevitavelmente ocorre, pois a consciência do problema agrário brasileiro

perpassa o agricultor meeiro, arrendatário, bóia-fria, enfim, é inerente aos que possuem fortes vínculos territoriais com o espaço rural, ainda que esta consciência não atinja plenamente o plano político-social em que está envolvida a questão agrária em nosso país, ela é inerente à percepção dos pequenos agricultores na realidade em que vivem.

Ainda que a maioria dos assentados de Tamarana não cultive fortes vínculos com MST, percebe-se que o processo de espacialização da luta pela terra, ou seja, as ocupações ocasionadas por este movimento social no município atraíram diversos agricultores, agregando-os à luta, contribuindo para a pressão social que culmina na desapropriação das áreas para a implantação de projetos de reforma agrária. Tal como nos depoimentos:

É, eu achei assim, que eu trabalhava aqui, daí a gente viu as pessoas que entrava e fazia cadastro, né? Pra ser assentado. Aí a gente viu aquela conversa, daí eu falei pra minha mulher: 'vou chegar até o acampamento pra ver se eu consigo, né, fazer o cadastro?'. Aí a gente chegou, tinha algumas pessoas conhecidas já, aí fizemos cadastro. A gente lutou por três anos nessa batalha aí (ASSENTAMENTO CACIQUE).

Eu morava na fazenda, e quando o pessoal ocupou mesmo era o MST, o pessoal do MST. A gente tirou uma parte do gado da fazenda e 'ponho' noutra parte, pra ceder uma parte pra eles. Eu sempre ajudei, sabe? (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Nota-se nos assentamentos de Tamarana, que os laços com o movimento social, construídos no processo de identificação com a luta, se rompem assim que institucionalizado o assentamento, desmembrando do movimento social as famílias que antes estavam a ele ligadas, no objetivo da reforma agrária. O coletivo existente nos acampamentos parece desaparecer mediante a propriedade privada, segundo o presidente do Assentamento União Camponesa. Quando indagado sobre quais mudanças ocorrem na relação com o movimento social quando passa de acampado para assentado, nos disse o seguinte:

Modifica principalmente aquilo que eu falei, né? Tem pessoas que acha que pegou a terra e tem tudo, né? Eu, principalmente pra mim, a terra é o primeiro passo, o resto a gente tem que ir buscando, conquistando, batalhando pra gente chegar naquele objetivo que a gente sonhou. Aqui, lamentavelmente, aqui dentro de Tamarana o único assentamento

mais vinculado ao MST é *nóis*, lamentavelmente. É aquilo que eu falei, o cara pega um sitio: ‘ - agora eu sou dono de um pedaço de terra, agora a organização é à parte’.

Nesse sentido, a participação política dos assentados nas associações pode derivar do aprendizado adquirido com a experiência nas relações com o movimento social de luta, porém, vencida a luta pela terra, outros conflitos aparecem definindo a realidade do assentamento e o plano político em que está inserido, gerando organizações de acordo com as necessidades específicas do grupo, com menor ou maior identificação com a política do movimento.

O peso político-econômico dos assentamentos do município de Tamarana pode ser reconhecido também na relação dos assentados com o poder público local. Segundo as entrevistas:

“O Prefeito é a favor nosso, né? Incentiva” (ASSENTAMENTO CACIQUE).

E também:

A gente tá sempre na Prefeitura cobrando coisas, pedindo ajuda. Cobrando e pedindo ajuda, né? Sempre a gente tá sendo atendido, estrada mesmo a prefeitura fez. Veio um grupo, a gente foi pra Curitiba, deram um carro quando a gente foi pra Curitiba, foi muito bom pra ver esse projeto das estradas (ASSENTAMENTO MUNDO NOVO).

Através da análise dos dados e da pesquisa de campo pode-se afirmar que o estabelecimento dos assentamentos rurais no município de Tamarana contribuiu para algumas mudanças e impactos do ponto de vista socioeconômico para o plano local. A participação dos assentados no município tornou-se indispensável para algumas atividades econômicas, e também politicamente, pois qualquer candidato para viabilizar algum cargo representativo no município necessita do apoio desta parcela da população de Tamarana; ressalta-se que o atual Secretário da Agricultura do município é um dos assentados do assentamento Água da Prata, reforçando a atuação política e a aceitação dos assentados. A identificação com a realidade dos assentamentos pode contribuir para o direcionamento das políticas municipais visando contribuir com o desenvolvimento do espaço agrário do município,

assim o secretário de agricultura viabilizou melhorias nas estradas com os recursos advindos do INCRA e mantém-se atento as reivindicações dos assentados de Tamarana, de modo que foi convidado para ocupar o cargo de Secretário de Obras, reconhecendo o trabalho por ele desenvolvido no município.

Desse modo, percebe-se que a instalação dos assentamentos rurais como alternativa de desenvolvimento local mostra-se viável, contribuindo para melhorias econômicas, sociais e políticas que se estendem para a população do entorno onde esses projetos são viabilizados. No entanto, o sucesso ou insucesso dos assentamentos rurais não envolve apenas a vocação do beneficiário do lote para o trabalho na terra, ao contrário, depende de políticas locais, estaduais e federais que objetivem a inserção social, econômica e política desses produtores rurais. Contudo, deve-se ressaltar que a formulação de tais políticas depende da demanda social, politicamente consciente dos problemas agrários de nosso país, processo em movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se concluir que a territorialização dos assentamentos rurais em Tamarana contribuiu para que ocorressem mudanças na forma de uso do solo do município, ampliando e diversificando a oferta de alimentos. Esse fato deve ser considerado importante visto que, anteriormente à implantação desses projetos, a concentração de grandes propriedades improdutivas no município não possibilitava a oferta diversificada de alimentos que hoje apresenta-se em Tamarana, permitindo também o sustento da unidade familiar. Além desse aspecto, os projetos de assentamentos rurais constituíram-se como importantes oportunidades para as famílias assentadas, uma vez que proporcionaram a possibilidade de reestruturação da lógica de reprodução familiar.

Os projetos de assentamentos rurais são representantes de uma maneira alternativa de produzir alimentos, introduzindo novas atividades e contribuindo tanto para a circulação do capital, como para novas formas de relações sociais que podem ser capazes de representar transformações e redefinições de outras práticas a partir das relações sociais redefinidas em torno da posse da terra.

No município de Tamarana ocorreu também a territorialização dos assentamentos do programa Banco da Terra, e mesmo que a lógica de sua política seja uma lógica anti-reforma, vale ressaltar que tais assentamentos também configuraram-se como geradores de riquezas, lembrando que em Tamarana destaca-se a produção de olerícolas nesses assentamentos, demonstrando que a partir da posse da terra as possibilidades de transformações sociais desdobraram-se. Contudo, a reforma agrária deve ser baseada no processo de desapropriação dos latifúndios improdutivos, pois no caso do Banco da Terra mantém-se a lógica do regime fundiário, ou seja, operam ao mesmo tempo as desapropriações e os mecanismos de reconcentração fundiária.

Torna-se necessário romper com a visão quantitativa que limita a reforma agrária à redistribuição de terras, e que permite que se desenvolvam os mecanismos que preservam a forma arcaica de direito fundiário e renda da terra, mantendo a concentração de terras e atraindo os *clientes da reforma agrária*.

A territorialização dos assentamentos instituídos pelo INCRA, e ocasionados pela pressão social do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra,

ocorreu durante toda a década de 1990, tais desapropriações, de certa forma, foram facilitadas pelo interesse dos proprietários em negociar as áreas com o Estado. Em Tamarana, somente os assentados do União Camponesa é que possuem vínculos com o MST, identificando-se com o movimento social, a maioria das famílias assentadas acabou enxergando nas ocupações no município uma oportunidade de acesso à terra, fator que os agregou à luta, no entanto, na condição de assentados tais vínculos romperam-se.

Conforme os comerciantes do município a população assentada contribuiu para o fortalecimento do comércio, ampliando a oferta de produtos oferecidos no mercado local e ocasionando a abertura de novos estabelecimentos comerciais. A população assentada conquistou apoio e respeito da população municipal, a partir do momento em que os reflexos dessas intervenções recaíram positivamente sobre o plano local, evidenciando que os efeitos da concentração fundiária fazem-se sentir não somente para aqueles que foram expulsos e expropriados da terra, pelo contrário, dificulta a circulação do capital e priva toda a sociedade dos efeitos produzidos pelas unidades familiares de produção, tal como no depoimento de um dos comerciantes entrevistados: “o fazendeiro não gasta o que eles gastam”.

No entanto, é necessário que se ultrapasse a visão dicotômica entre os espaços rural e urbano, na intenção de estender as políticas que privilegiam os centros urbanos em detrimento da população rural, que carece de todo tipo de infraestrutura material e social, dificultando o processo de reprodução social no campo e contribuindo para o debate que pretende desqualificar as intervenções que objetivam a desconcentração fundiária.

Dotar o campo com infra-estruturas que parecem típicas do espaço urbano torna-se imprescindível no que diz respeito a saúde, educação e lazer, tais como a construção de escolas e postos de saúde, a realização de eventos culturais e a preservação dos costumes e tradições do homem do campo, e nesse sentido, o intercâmbio dessas tradições no espaço urbano, além da valorização de tais costumes, passaria também a fortalecer o respeito às diferenças e permitiria o reconhecimento social do trabalhador rural, numa perspectiva de desenvolvimento baseado no princípio de justiça social. Possibilitar o acesso dessa população a tais serviços contribui para o desenvolvimento do espaço rural e estende-se para a sociedade mais ampla, partindo do plano local e regional.

O surgimento de novos atores políticos também deve ser ressaltado, pois a partir do contato com o processo de luta os assentados deparam-se com o mundo dos direitos e, sendo assim, os aspectos culturais do grupo, e suas demandas, promovem um rearranjo no plano em que estão inseridos. No caso de Tamarana, salienta-se que o Secretário de Agricultura do município é um assentado, favorecendo com isso a identificação com os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, assim como as benfeitorias realizadas nas estradas que dão acesso aos assentamentos, através de recursos obtidos com o INCRA. Em consequência de sua atuação política, o assentado foi convidado para ser o Secretário de Obras do município.

Portanto, nota-se que a instalação dos projetos de assentamentos rurais legitima-se ao proporcionar a reestruturação da lógica de reprodução familiar, possibilitando que se alterem as relações sociais que configuram o meio rural, tornando-se espaços de sociabilização política e de reconhecimento social, isso, no entanto, se reportarem ao campo as políticas voltadas para a instalação de equipamentos sociais e materiais que possibilitem a reprodução social das famílias assentadas, bem como de toda a população residente no espaço rural, estendendo-lhes o acesso à educação, à saúde, ao lazer, aos mercados, enfim, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico a partir da perspectiva dos impactos locais e regionais que estão contidos nessas intervenções, permitindo que se apropriem dos frutos do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *O que há de novo no rural brasileiro?* Revista Terra Livre. São Paulo, 2000, nº. 15, p.87-112.

ASARI, A. Y. & TSUKAMOTO, R.Y. *Assentamentos Rurais e a Reordenação Econômico-Espacial de Tamarana – PR*. Artigo apresentado no III Simpósio Nacional de Geografia Agrária e II Simpósio Internacional de Geografia Agrária – Jornada Ariovaldo Umbelino Oliveira, UNESP – Presidente Prudente, NOV/2005. Disponível no endereço eletrônico:
<www2.prudente.unesp.br/agraria/Trabalhos/Artigos/Ruth%20Youko%20Tsukamoto.pdf>

BALHANA, A. P. & MACHADO, B.P. *Campos Gerais – Estruturas Agrárias*. Curitiba: Ed. UFPR, 1969.

BASTOS, N. S. M. *A moradia possível: a trajetória das políticas habitacionais no Brasil*. In: *Sociedade e Território*, volume 15, n. ° 2 - jul. /dez. 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas*. Ed. Brasiliense, 2º ed. São Paulo 1985.

BRANFORD, S. E ROCHA, J. *Rompendo a Cerca: a história do MST*. Ed. Casa Amarela. São Paulo, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins, *Política Compensatória de Assentamentos Rurais como negação da Reforma Agrária* IN: Revista ADUSP, nº. 34, maio/2005. Disponível:<www.desempregozero.org.br/artigos/politica_compensatoria_de_assuntos_rurais.pdf> Acesso dia 28/12/2006 às 12h49m.

CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1979.

CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 4º edição, 2004.

_____. *Espaço, um conceito chave da Geografia*. IN: CASTRO, I. “Geografia: Conceitos e Temas”. Rio de Janeiro, 1995.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra. Relatório Preliminar 2004.
Disponível em:
http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Dataluta/dataluta2004/DATALUTA_RELATORIO_2004.pdf

EMATER – *Perfil da Realidade Agrícola Municipal -2004/2005*.

FABRINI, João Edmilson. *Paraná – Acampamentos e Assentamentos – 1998*.
Cascavel: EDUNIOESTE, 1998.

FERNANDES, B. M. & PONTE, K.F. *As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades*. IN: TERRA LIVRE: Geografia, Movimentos Sociais e Teoria, jul./dez, nº. 19, Ano 18, 2002.

FERNANDES, B. M. *MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo*, Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.

_____ *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

_____ *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GOMES DA SILVA, J. *A reforma agrária no Brasil*. IN: STÉDILLE, J.P. (org.) “A questão agrária hoje”. Editora UFRS, Porto alegre, 2002.

GRAMSCI, A. *Poder, Política e Partido*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. *A justiça Social e a Cidade*. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1980.

_____ *Condição Pós-Moderna*, Ed. Loyola. São Paulo, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 1998.

IBGE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> Acesso dia 22/11/2006.

JOFILLY, José. *Londres, Londrina*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. Disponível em:
<http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-09-30/mat_14737.htm>. Acesso em
28/12/2006, às 13h46min.

JORNAL PORTAL POPULAR. Entrevista com Neuri Rosseto, dirigente nacional do
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em:
<[http://www.portalpopular.org.br/mambo/index.php?option=com_content&task=view
&id=867&Itemid=38](http://www.portalpopular.org.br/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=867&Itemid=38)>.

JORNAL DE LONDRINA – JL. Publicação dos dias 17 e 19 de Janeiro de 2007.
Arquivo Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

LEFEBVRE, Henri. *La Revolucion Urbana*. Alianza Editorial, Madrid, 1973.

_____ *O Direito à Cidade*. Ed. Centauro, 3^o edição, São Paulo, 2004.

_____ *A Cidade do Capital*. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2001.

MARTINE, G. *Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil*.
IN: "Os impactos sociais da modernização agrícola". Editora Caetés. São Paulo.
1987.

MARQUES, M.I.M. *A questão Agrária Hoje e os Desafios do Governo Lula*. IN:
REVISTA AGRÁRIA, nº 1, Ed. USP, São Paulo, 2004.

_____ *O conceito de espaço rural em questão*. IN: Terra Livre: Geografia,
Movimentos Sociais e Teoria, jul./dez. n.º 19, Ano 18, 2002.

MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1983.

_____ *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. IN: *A reforma agrária e a luta
do MST*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1997.

_____ *Exclusão social e a nova desigualdade*. HUCITEC, 2^o edição. São Paulo,
2003.

_____ *O poder do atraso – Ensaios de Sociologia da História Lenta*. HUCITEC, 2^o
edição, São Paulo, 1999.

_____ *O cativo da Terra*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1981.

_____ *Reforma Agrária – O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo, 1987.

_____ *O capital*. Livro terceiro, vol. VI – Trad. Reginaldo Sant'anna. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

_____ *A dialética do trabalho*. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2002.

MEDEIROS, L.S. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1996.

_____ *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Ed. FASE. Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, LS & LEITE, S. *Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional*, Rio de Janeiro, 2004.

MELO NETO, J. C. *Morte e vida Severina*. "Serial e Antes". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=813>>. Acesso em 31/12/2006 às 20h27min.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em:
<http://www.previdencia.gov.br/>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – Site Oficial do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/historico/congresso21.html>> Acesso dia 20/12/2006 às 12h35min.

NORDER, L. A. C. & BERGAMASCO, S. M. *O que são assentamentos rurais*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. IN: ROSS, J.L.S. (org) *Geografia do Brasil*. 4º ed. São Paulo: Editora USP, 2001a.

_____ *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. IN: *Estudos Avançados* nº. 43, vol. 15 Set/Dez. Dossiê: *Desenvolvimento Rural*. São Paulo. USP, 2001b.

_____ *Agricultura e indústria no Brasil*. IN: *Boletim Paulista de Geografia*, nº. 58, São Paulo. AGB, 1981.

_____ *Modo de produção capitalista e agricultura*. Ed. Ática. São Paulo, 1995.

_____ *A não reforma agrária no governo Lula*, trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via campestina durante a Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, entre 07 e 10/03/2006. Disponível em:
<<http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf>>

OLIVEIRA, F. *O Estado e o Urbano no Brasil*. IN: *Espaço e Debates*, nº. 06, 1982.

OLIVEIRA, M. P. *América Latina: legado socioespacial e globalização*. IN: HAESBAERT, R. (org.) “*Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*”, Rio de Janeiro, 1998.

PADIS, P. C. *A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Ed. HUCITEC, Curitiba, 1981.

PEREIRA, J.M.M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial e sua aplicação no Brasil: a experiência do projeto Cédula da Terra. Orientação política, dinâmica e resultados*. Disponível em:
<http://www.cerai.es/fmra/archivo/pereira1_abr05.pdf> Acesso dia 30/12/2006 às 15h39min.

PRADO JR, C. *Questão Agrária*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1981.

PROSCÊNCIO, Patrícia A. *No descompasso da reforma agrária – União camponesa – Tamarana*. Londrina, 1999. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

RAMOS FILHO, Eraldo. *De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: Territorialização e territorialidades da Reforma agrária de mercado*. Disponível em <www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/1/Eraldo_Ramos_Filho.Pdf> - Acesso dia 30/12/2006 às 15h39min.

REZENDE, G. C. *Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA: institucionalidade, subsídio e eficácia*. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>>

ROMEIRO, A. *Agricultura e desenvolvimento socioeconômico: o sentido atual da Reforma Agrária no Brasil*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1990.

ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. & LEITE, S. (Orgs.), *Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

ROSSETO, Neuri. Entrevista publicada no site PORTAL POPULAR. Disponível em:<http://www.portalpopular.org.br/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=867&Itemid=38>

SANTOS, Milton. *A metrópole: modernização, involução e segmentação*. IN: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios*. Rio de Janeiro, 1990.

SEAB/DERAL, Levantamento da Produção Agrícola do Estado, Listagem da Produção por município – 1997-2005.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro, 1981.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. IN: MARICATO, E. (org.) "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial", São Paulo, 1979.

SIMON, C. G. B. *Os campos dos senhores: UDR e elite rural – 1985/1988*. Londrina: EDUEL, 1998.

SILVA, F. G. *Qual Reforma Agrária?* Geração Editorial, São Paulo, 1996.

SILVA, Diânice Oriane. *Posse e uso da terra no Brasil: o caso do assentamento água da Prata (Apucarantina) – Tamarana*. Londrina, 1998. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

STÉDILE, J.P. *A luta pela reforma agrária e o MST*. IN: *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1997.

_____. *A questão Agrária no Brasil – Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. Vol. 3. 2ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

_____. *A questão agrária hoje*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação*. IN: SANTOS, Milton (org) "Território: Globalização e Fragmentação". São Paulo: EDUSP, 2002.

VIDEIRA, S. L. *Território-rede: influência do tempo das coexistências*. IN: *Geografia – Associação de Geografia Teórica – Rio Claro*, vol. 30, n.º 3, Set./Dez. 2005.

TEÓFILO FILHO, E. F. *A organização da produção nos assentamentos: subordinação ou autogestão?* IN: *Reforma Agrária, Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

WESTPHALEN, C.M. *Ocupação do Paraná*. Cadernos de Migração, Vol. 3. Curitiba: UFPR, 1988.

WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba, UFPR, 1987.

ANEXOS

ANEXO 1 –

QUESTIONÁRIO I

(para ser aplicado aos presidentes das associações dos assentamentos)

Nome do assentamento: _____ Ano de implantação _____

Entrevistado: _____ Idade: _____

Origem: _____ R() U (). Função: Líder () Presidente de associação ()

Data da entrevista: ____/____/____

I – HISTÓRICO DOS ASSENTAMENTOS

1- Em que ano iniciaram as ocupações em Tamarana? _____

2- Como tiveram conhecimento sobre a área disponível?

3- Ficaram acampados no local até conseguir a implantação do assentamento?

Sim, ficamos acampados na área ().

Não ficamos acampados ().

Não, ficamos acampados em outro lugar (). Onde? _____

4- Permaneceram acampados por quanto tempo? _____

5- Você já passou por outros acampamentos?

Sim () Não (). Onde? _____

6- Houve algum tipo de conflito?

Sim () Onde? _____ Como foi? _____

Não ().

7- Quanto tempo você esperou até conseguir a terra? _____

8- Quais foram as dificuldades enfrentadas para conquistar a terra deste assentamento?

9- Há quanto tempo você mora no assentamento? _____

10- De que forma as terras foram desapropriadas? _____

11- A quem pertenciam as terras do assentamento? _____

12- Qual é o número de famílias do assentamento? _____

- 13- De onde vêm estas famílias? _____

- 14- Quais foram os critérios para a distribuição dos lotes? _____

- 15- Qual a área média dos lotes? _____
- 16- Existem muitos casos de repasse de terras neste assentamento? Sim () Não ()
 Qual a porcentagem aproximada? _____
- 17- Qual o motivo destes repasses? _____

- 18- Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas no início do assentamento? _____

II – FORMA DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

- 19- Existe uma associação neste assentamento? Sim () Não (). Quantos? nº _____
- 20- Qual o nome? _____
- 21- Ela tem funcionado bem? Sim () Não (). Por quê? _____
- 22- Você participa dela? Sim () Não (). Qual a sua função? _____
- 23- Todos os assentados participam desta associação?
 Sim () De que forma? _____
 Não (). Por quê? _____
- 24- E eles demonstram que estão satisfeitos?
 Sim () Não (). Por quê? _____
- 25- Como produtores assentados vocês ainda seguem orientações do movimento social?
 Sim () Não (). Quais? _____
- 26- Depois de assentados, os produtores continuam a militância exigindo melhores condições de produção?
 Sim (). Como? _____ Não (). Por quê? _____
- 27- São realizadas reuniões com os assentados?
 Sim () Não (). Com que frequência? _____
- 28- O que vocês costumam discutir nestas reuniões? _____

29- São realizados cursos de capacitação técnica desses produtores assentados?

Sim () Que tipo? _____ Quem? _____

Não ().

30- Quais as maiores dificuldades enfrentadas no início de processo produtivo?

31- E quanto aos assentados, há concordância de todos quanto à organização da cooperativa? Sim () Não (). Por quê? _____

III- ATIVIDADES AGRÍCOLAS

32- E quais as principais atividades agrícolas do assentamento?

Pecuária de leite: Sim () Não (); Pecuária de corte: Sim () Não (); Avicultura: Sim () Não (); Sericicultura: Sim () Não (). Outras _____

33- E quais são as principais culturas para a comercialização? _____

34- E quais as principais culturas para o auto-consumo? _____

35- Como é o processo de comercialização?

Venda direta ao consumidor (). Onde? _____ Por quê? _____

Venda para agroindústria (). Qual? _____ O quê? _____

Feiras livres (). Onde? _____ Por quê? _____

Venda ao atravessador (). O que? _____ Por quê? _____

Outra (). Qual? _____

36- Como você considera os preços pagos pelas mercadorias?

Bons () Ruins () Péssimos (). Por quê? _____

37- Como a produção dos lotes costuma ser escoada? _____

38- Onde são compradas as ferramentas mais comuns utilizadas pelos agricultores?

Estabelecimento _____ Por quê? _____

39- E os insumos e outros materiais para a lavoura?

Estabelecimento _____ Por quê? _____

40- Você conhece a agroecologia?

Sim () Não ().

41- Como tomou conhecimento sobre ela? _____

42- Existe algum interesse quanto à prática da agroecologia no assentamento?

VI- INFRAESTRUTURA

43- Conta com infra-estruturas tais como:

água encanada (), energia elétrica () e esgoto ()

Telefone: fixo () celular () público ()

Em caso de resposta negativa, como fazem?

44- O assentamento conta com assistência médica? Sim () Não ()

45- Onde fica o hospital mais próximo? _____

46- Isso fica a quanto tempo do assentamento? _____

47- Já precisou de atendimento médico de emergência ou conhece algum assentado que precisou?

Sim (). Como foi? _____

Não ().

48- O assentamento conta com escola para as crianças?

Sim (). Até que série? _____

Não ().

49- Em caso de resposta negativa, onde elas estudam? _____

50- Como são transportadas até a escola? _____

51- Quanto tempo leva até chegarem à escola? _____

52- Os adultos, em sua maioria, são alfabetizados? Sim () Não ().

53- Como você considera a condição das estradas de acesso ao assentamento?

Ótima () Boa () Ruim () Péssima ().

IV- ASSISTÊNCIA TÉCNICA

54- Vocês recebem assistência técnica?

Sim () De quem? _____ Com que freqüência? _____ Que tipo? _____

Não ().

55- Você considera suficiente? Sim () Não (). Por quê? _____

56- Em sua opinião, a qualidade da assistência técnica melhorou ou piorou desde a instalação do assentamento? Melhorou () Piorou (). Por quê? _____

57- Qual a sua opinião sobre a assistência técnica prestada pela EMATER?

58- Em sua opinião, o que falta aos assentados em relação à assistência técnica?

V-FINANCIAMENTOS

59- Quais foram os auxílios e os valores recebidos no processo de assentamento com relação à alimentação, moradia, saúde, educação?

60- Como esse dinheiro foi dividido entre os assentados?

61- Você considera que o dinheiro recebido foi suficiente para o produtor assentado?

Sim () Não (). Por quê? _____

62- Vocês receberam dinheiro do PROCERA? Sim () Não ().

63- Em que ano?

64- Quanto?

- a) Construção da moradia R\$ _____
b) Custeio para a primeira produção R\$ _____
c) Para investimentos R\$ _____

65- O que foi comprado com o dinheiro para investimentos (ferramentas, animais, máquinas, fertilizantes, etc)? Detalhar:

66- Onde estes produtos foram comprados? Por quê? _____

67- Qual a sua opinião sobre o PROCERA? _____

68- E sobre o Banco da Terra/Crédito Fundiário? _____

VII- OPINÕES

69- Você faz parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)?

Sim () Não ().

70- Há quanto tempo você faz parte do movimento? _____

71- O que o motivou a integrar o movimento? _____

72- No momento de entrar para o movimento houve a concordância de toda a família?

Sim () Não (). Por quê? _____

73- Você faz parte de algum partido político?

Sim () Não (). Qual? _____

74- Quais as principais mudanças que ocorrem quando o trabalhador passa de acampado para assentado? _____

75- As relações com o movimento também se modificam?

Sim () Não (). De que forma? _____

76- O que seria necessário, em sua opinião, para melhorar a produtividade dos lotes?

77- O que mudou no município após a instalação dos assentamentos?

78- Como a população de Tamarana recebeu a instalação destes assentamentos?

79- Já houve conflitos entre assentados e a população local?

Sim () Que tipo? _____

Não ().

80- Os assentados chegaram a sentir algum tipo de preconceito da população local?

Sim (). Como? _____

Não ().

81- Vocês recebem apoio político de algum vereador ou algum outro político do município?

Sim () Quem? _____ Partido? _____

Não ().

82- Tem algum assentado que participa como vereador ou outra função política no município?

Sim () Quem? _____ Partido? _____ O que faz? _____

Não ().

83- Qual a sua opinião sobre a atual gestão do prefeito (a) do município?

84- Em sua opinião, o que poderia ser feito para incentivar a produção agrícola no município? E por que não o fazem?

- _____
- _____
- 85- No comércio da cidade, quais as casas comerciais que os assentados mais freqüentam (cite o nome dos estabelecimentos)?
- _____
- _____
- 86- Qual o motivo da preferência por estes estabelecimentos? _____
- _____
- 87- Quantas vezes na semana costumam ir para a cidade? _____
- 88- Onde costumam ir? _____
- 89- Os assentados possuem crédito nos estabelecimentos comerciais?
- Sim () Quais estabelecimentos? _____
- Não ().
- 90- Costuma fazer compras fora da cidade?
- Sim () Onde? _____ O que? _____
- Não ().
- 91- Qual a sua opinião sobre o comércio de Tamarana, os preços são bons?
- Sim () Não (). Por quê? _____
- 92- Existe diversidade nos produtos oferecidos no comércio da cidade?
- Sim () Não (). Por quê? _____
- 93- Em sua opinião, quais produtos os assentados sentem mais dificuldades em comprar no comércio do município? Por quê? _____
- 94- E em relação aos serviços públicos (saúde, educação, etc.), do que os assentados são mais carentes? _____
- 95- Quais os planos para o futuro deste assentamento? _____
- _____
- 96- Em quem pretende votar para presidente neste ano?
- Lula () Alckmin () Heloísa Helena () Cristóvão Buarque () Não sabe () Nulo ()
- Outro (). Quem? _____ Por quê? _____

ANEXO 2 –

QUESTIONÁRIO II

(para ser aplicado aos proprietários das casas comerciais)

NOME: _____ data da entrevista _____

ESTABELECIMENTO: _____

I- HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

1- Você é natural de Tamarana?

Sim () Não (). De onde? _____

2- Há quanto tempo possui este estabelecimento na cidade? _____

3- Como você considera a situação do comércio da cidade quando você decidiu abrir esta loja em relação à hoje em dia?

Melhor () Pior () Não mudou () Por que? _____

4-Quais são seus fregueses mais frequentes?

População urbana () População rural () Não sabe diferenciar () Outros () _____

5- As instalações dos assentamentos rurais influenciaram nas vendas?

Sim (). Por quê? _____

Não ().

7-Com que frequência os assentados costumam fazer as compras no seu estabelecimento? _____

8- A população rural assentada possui crédito no seu estabelecimento?

Sim () Não (). Por quê? _____

II- OPINIÕES

1- Como você considera a atuação política do município em relação à:

Saúde; ótima () boa () ruim () péssima (). Por que? _____

Educação; ótima () boa () ruim () péssima (). Por que? _____

Trabalho; ótima () boa () ruim () péssima (). Por que? _____

Crescimento econômico; ótimo () bom () ruim () péssimo (). Por que? _____

Qualidade de vida da população; ótima () boa () ruim () péssima (). Por que? _____

II – B (farmácias)

- 1- Os assentados costumam se consultar com o farmacêutico antes de procurar um médico? Sim () Não (). Por quê? _____
- 2- Você pode dizer quais os medicamentos mais consumidos pelos moradores dos assentamentos? _____
- 3- A população assentada costuma reclamar das condições de saúde do município? Sim () Não ().
- 4- Quais as moléstias mais freqüentes que atingem a área rural do município? _____
- 5- Como você considera a saúde no município? Ótima () Boa () Ruim () Péssima (). Por que? _____
- 6- Como você considera a influência da população assentada nas suas vendas? Muito importante () Importante () Pouco importante () Não é importante ().
-

II – C (casas agropecuárias)

- 1- Quais são os produtos mais vendidos para os assentados? _____
- 2- Você considera que eles recebem uma boa orientação técnica?
- 3- Sim () Não (). Por quê? _____
- 4- Qual é o valor médio que os assentados gastam por safra na sua loja? _____
- 5- E quanto à concorrência, outras casas agropecuárias disputam a preferência dos assentados? Sim () Não (). De que maneira? _____
- 6- Houve aumento significativo nas vendas após as instalações dos assentamentos rurais? Sim () Não (). Por quê? _____
- 7- E como costuma ser feito o pagamento das compras? À vista () à prazo ().
- 9- E qual é o período em que geralmente eles realizam estas compras? No início da produção () Na época do financiamento Outro (). Qual? _____
- 10- É o próprio assentado quem efetua o pagamento? Sim () Não (). Quem? _____
- 7- Como você considera a influência da população assentada nas suas vendas? Muito importante () Importante () Pouco importante () Não é importante ().
-

ANEXO 3 –**QUESTIONÁRIO III – CEREALISTAS**

1. Há quanto tempo possui o estabelecimento em Tamarana?
2. Quais são os produtos comercializados?
3. Para quem vendem?
4. De quem compram?
5. Vocês costumam comprar a produção dos assentamentos? Quais assentamentos? O que compram? Por que?
6. Quais os assentamentos que mais entregam a produção? Por que?
7. Com que frequência costumam comprar a mercadoria oferecida pelos assentados?
8. Qual a quantidade da produção que costumam comprar dos assentados?
9. Existe um padrão de qualidade para as compras? Qual?
10. Os preços oferecidos pelos assentados interferem na compra do produto? Costumam ser mais baratos?
11. Como é feita a entrega do produto (frete)?
12. Vocês é que procuram a produção dos assentamentos ou os próprios assentados que oferecem o produto?
13. Como é feito o pagamento?
14. Vocês costumam financiar alguma produção?
15. Qual a opinião sobre a população assentada? Sugestões.

ANEXO 4 –



FAZENDA DO JANENE

Comissão quer que PF investigue expulsão

Grupo, que esteve em Londrina para verificar situação dos sem-terra, vai pedir ajuda do ministro Márcio Thomaz Bastos

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), a organização de direitos humanos Terra de Direitos, pedem ao deputado estadual Tadeu Veneti (PT) vá pedir ao Ministério da Justiça em Brasília que a Polícia Federal investigue a formação de milícia armada para expulsar a última terça-feira famílias sem-terra acampadas desde setembro na Fazenda 3 Jota, do deputado federal licenciado José Jaime (PP). Das 16 pessoas detidas, duas permanecem presas por porte ilegal de arma e munição.

A decisão de acionar o Ministério da Justiça saiu de um encontro da comissão com o prefeito Nelson Michelini, que oferece PRATIFICADOS e roupas para os sem-terra desalojados em Tamarana. "A formação de bandos de milícia exige a ação da PF. Se a moda pega, teremos um estopim de conflitos no campo. A milícia atua como se fosse a Polícia Civil, inclusive se autodeclarando assim. Perderam a noção de que temos uma Constituição resacada", detalhou Dionísio Vandresen, coordenador da CPT.

"Precisamos saber quem contactou, como e por quais motivos. Vamos até Brasília falar com o ministro Márcio Thomaz Bastos porque tudo precisa ser apurado", assegurou o deputado Tadeu Veneti.

Ortens, os representantes das entidades tentaram entrar na Fazenda para reaver pertences dos membros do MST - mas foram barrados. Ao chegar na 3 Jota, a comissão se identificou, mas a entrada não foi autorizada. Pelo celular, Veneti conversou com José Damasceno, assessor de Janene e administrador da fazenda. "Ele disse que o Janene não nos autorizou a entrar", afirmou Veneti.

Desde a terça-feira, após a expulsão do MST, policiais militares permanecem, dia e noite, na en-



Comissão conversa com delegado Sérgio Barroso

expulsos

Barracão abriga 90 sem-terra

O barracão da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Campesina (Coproar) se tornou a casa de cerca de 90 pessoas, expulsos da Fazenda 3 Jota. Lá eles dormem, cozinham, fazem as refeições e passam o dia esperando algum lugar para ir. Outros pela manhã, Jurema Aparecida de Oliveira, 41, e Gilza Maria Fernandes Pascoal, 32, fazem o almoço. O fogão e as panelas eram emprestados. Os mantimentos para preparar a refeição - arroz, feijão e macarrão - só durariam até ontem. "Damosnos feijão, adôbora e verduras plantadas na fazenda. Queremos cozinhar, foi a gente que plantou", disse Jurema. Assim como a maioria dos colegas, ela, o marido e os seis filhos só estavam com a roupa de corpo. "Passamos duas noites aqui e está difícil. Tem chorido muito, o barracão é apertado e está cheio de gente",

trada do local. De acordo com o 1º tenente Frank Clone, à presença da PM tem o objetivo de evitar confrontos entre os sem-terra e funcionários da propriedade.

Nenhum sem-terra integrou a comissão. De acordo com José Damasceno, coordenador estadual do MST, não queriam criar alaridos desnecessários. "Essas pessoas que se reuniram aqui hoje representam a sociedade com aciedade e moral. A reforma agrária é um problema social e entendemos que a so-

cidade deve tomar providências", afirmou.

— Antes da visita frustrada à fazenda, a comissão foi até a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Campesina (Coproar), onde parte dos sem-terra está instalada, para ouvir os relatos da desocupação. Outro grupo ficou no acampamento em Faxinal. O delegado-chefe da PF, Elcio Furlanin, estava de férias e não foi contatado para comentar o caso.

— *Diário Catarinense e Marcelo Frade*

ONG questiona presença de juiz na fazenda

A ONG Terra de Direitos irá apresentar contra o juiz da 1ª Vara Criminal, João Luiz Cleve Machado, para apurar a presença do magistrado na Fazenda 3 Jota na terça-feira à tarde. Ele chegou acompanhado de Medelín Ferrnani, tido pela PF como laranja de Janene no esquema do Mensalão. Na porteira

da fazenda, o juiz declarou que Jennani estava com medo de ir ao local sozinho e que apenas "deu uma carona".

"A magistratura tem seus dias e o juiz não tem as mesmas condições de trânsito dos outros cidadãos. Sua presença é inibitória. Apenas o juiz da causa poderia estar aqui", afirmou Tadeu Veneti.

O deputado também irá representar contra o juiz na comarca de Tribunal de Justiça (TJ).

Cleve disse ao JL não compreender a razão da representação contra ele. "Não estava em serviço, fui com a minha camionhete dar carona a um amigo. Não me identifiquei como juiz", afirmou.

Delegado vai instaurar inquérito

Após encontrarse com o delegado-chefe da CPT, o delegado-chefe da Polícia Civil, Sérgio Barroso anunciou a instauração de um inquérito para investigar "vítimas criminosas". "Além do flagrante por posse de arma e munição, vamos investigar a retenção dos pertences (dos sem-terra) na fazenda, assim como o furto de animais dos sem-terra e a formação de quadrilha praticada pelos funcionários", afirmou. "Vamos ouvir os sem-terra, os gestores da fazenda e também Alameda Damasceno", disse. "Segurança" armados presos pelo PM na dia da desocupação da fazenda afirmaram em entrevistas à imprensa que se reportavam diretamente a Janene. Depois, eles negaram.

Jairzão se recusou a falar

Os relatos dos sem-terra dão conta de que todos os milicianos estavam encapuçados, à exceção de um, conhecido como "Jairzão", responsável pelo grupo. O nome Jairzão Cairango foi até a 10ª subdivisão policial e se negou a responder as perguntas do delegado Algard Farias, alegando que falou apenas na Justiça.

Sem-terra diz que foi agredido

O sem-terra Valdeci de Almeida, de 18 anos, relatou a quem que dormia na sede da fazenda quando a milícia chegou. "Entraram na fazenda, é a polícia e queriam saber do Damasceno". Almeida afirmou ainda que levou três coronhadas e chegou a ter, simultaneamente, quatro armas apontadas para a cabeça. Crislan de Oliveira Pereira, 21 anos, disse que foi amarrado pela fazenda e obrigado a encostar-se a uma cerca, onde estavam outros companheiros. O advogado de Janene, Adalberto GDA, nega a formação de milícia armada e diz que os sem-terra "sairam espontaneamente" da fazenda.


CONFLITO NO CAMPO

Milícia expulsa sem-terra de fazenda de Janene

Homens armados retiraram as famílias de sem-terra que haviam invadido a Fazenda 3 Jota em setembro do ano passado; dois homens foram presos com arma e munição

Doze mil homens foram presos ontem após expulsarem as famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que haviam invadido a Fazenda 3 Jota, localizada entre Tamarana e Guararapes, e pertencente ao deputado federal licenciado José Janene (PP-PA). Segundo estatísticas dos sem-terra, os homens entraram na fazenda às 5h30 e expulsaram 32 famílias que estavam no local. Assustados, os sem-terra não resistiram ao despejo e fugiram rapidamente.

A tarde, as famílias voltaram ao local para tentar recuperar pertences e alimentos — o que só foi possível depois de longa negociação com a PM, que cercou a área com 16 policiais fuzil. Mais armados, é vistoria e cães. A reintegração de posse da Fazenda 3 Jota chegou ao fim em 15 de setembro de 2000, mas não foi cumprida pelo governo do Estado.

Ante de madrugada, segundo relato dos sem-terra, com gritos e ameaças, os homens teriam obrigado os trabalhadores a subir na carromata de um caminhão, que se levou até uma cooperativa em Tamarana. "Chegaram atropelando de motor e atirando. Tem gente com marca de casaca no tórax", afirmou José Damasceno, coordenador estadual do MST. Sem se identificar, diversos trabalhadores relataram cenas de agressões e brutalidade. "Vigilância, pilantra, vai embora daqui agora, senão vai morrer. Foi assim que fui acordado", afirmou um sem-terra, de 63 anos, exibindo uma marca na cabeça. "Rasparam a minha barraca e me churrusaram", narrou outro.

Para prender os homens que expulsaram os sem-terra, 40 policiais da Rondá Tático Motorizada (RTM) da PM e da Polícia Civil (PC) chegaram à 3 Jota perto das 9 horas da manhã e vistoriaram a área em busca de armas. Dois acu-



Após expulsão, uma das barracas dos sem-terra foi incendiada

À tarde

Polícia impede volta do MST

Expulsos da fazenda pela manhã, os integrantes do MST voltaram à tarde em dois ônibus, caminhonetes e carros. No momento em que se aproximaram da fazenda, os 14 PMs postados à frente da propriedade se posicionaram e empunharam as armas, causando apreensão. "Queremos retirar nossas pertences", afirmou José Damasceno, líder do MST, que passou a dialogar com um negociador da PM à distância. Entretanto, a polícia rejeitou a entrada de todos no local. De posse, a entrada de o peles, que escoltados pelas autoridades por 15 funcionários da fazenda a colocar tudo num caminhão. O advogado do Janene Adauto Gomes, no entanto, permitiu que apenas quatro sem-terra entrassem para retirar mantimentos e colchões. Mas, eles voltaram para pegar o restante. Enquanto isso, funcionários da fazenda acendiam fogos nas barracas de lena do MST. Perto das 19 horas, o juiz João Cláudio Machado chegou de carro ao local com Marilda Jenari, ovidado de Janene, acusado pela polícia Federal de corrupção por lavagem de dinheiro em investigação sobre o esquema do mensaleiro, "Zaque de féias. Sou amigo deles e o Marilda estava com medo de vir aqui. Resolvi dar uma carona", disse o juiz. Cláudio Machado disse ter ouvido que o líder do MST recebeu dinheiro para deixar o local. "Foi o comentário que ouvi", declarou, após mais hora dentro da fazenda. "Lá dentro está tudo destruído". Perguntado sobre Janene, respondeu aos jornalistas: "Está na prisão não está?". O líder do MST negou ter recebido dinheiro para sair da fazenda e afirmou que funcionários de Janene "tentaram subornar as lideranças do movimento, com R\$ 5 mil, R\$ 5 mil, e expulsaram essa história". (M.F.)

salos pelos sem-terra de pistolas, foram presos pela polícia. Arnaldo Nogueira, 42 anos, casaca na peneira da fazenda portando um revólver 38 e 12 balas. Voltington Basso da Silva, 20, foi preso no interior da fazenda com dois cartuchos calibre 12. Com eles ainda havia um capuz preto, um carilote e um celular. Incriminados para a 10ª Subdivisão Policial (SP), ambos afirmaram terem sido convocados por um funcionário da fazenda, de apelido "Jatobá".

Quase 14 homens foram levados à Delegacia de Tamarana, acusados e libertados depois de assinarem Termo Circunstanciado. "Fizem justiça com as próprias mãos", assinala o delegado-chefe da 10ª SP Sérgio Barroso.

Foram apreendidos também duas motocicletas. O chassis de uma delas não tinha correspondência com a placa e o chassis da outra estava adulterado. No chão, a PM apreendeu ainda uma gamela e uma carabina, ambas de fabricação caseira.

Um sem-terra que estava na fazenda era tido pelo MST como desaparecido até o início da noite do crime. O suposto desaparecimento de João Batista Barbosa, 28 anos, foi comunicado ao delegado Barroso ainda pela manhã pelo coordenador do MST. "Espero que não tenha ocorrido o pior", afirmou Damasceno.

ALVARO GONCALVES e MARCELO PIRES



Advogado alega que desocupação da área foi pacífica

A versão do advogado Adolfo Góes, defensor de Janene, é diferente do relato dos sem-terra e da polícia. Góes afirma que "a desocupação foi pacífica" e que os sem-terra praticamente desistiram da fazenda nos últimos meses, restando "apenas alguns". "O MST abandonou a 3 Jota e a PM foi fazer uma vistoria", disse. Os dois homens presos com armas, segundo

Góes, eram funcionários da Fazenda Marília, também do deputado, e 2 quilômetros da 3 Jota. Eles tentaram ir ao local para impedir a volta dos sem-terra.

De acordo com o advogado, que tentava libertar os dois na 10ª Subdivisão Policial ontem à tarde, "a arma encontrada com eles era na verdade dos sem-terra". O advogado também afirmou que tira a

justiça para obter um interdito proibitório que impedisse a volta do MST à fazenda.

O major Fábio Luiz Rincónski, delegado do 6º Batalhão da PM, afirmou que não houve vistoria na 3 Jota. "A informação é de que existe um número expressivo de pessoas fazendo desocupação à força e com armas". De acordo com Rincónski, os homens presos na fa-

zenda admitiram prontamente ter participado da ação.

Góes disse ainda que "o delegado tem o direito de portar com a força o próprio instrumento". "Matar um 3 mil carabina, mudar camuflagem, desarmar tudo", lamentou. "Alguém vai ter que pagar por isso", disse, após afirmar que acionará o Estado para ressarcimento dos danos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)